

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA INDÚSTRIA E
DA TECNOLOGIA
INSTITUTO DE ECONOMIA**

DANIEL LEITE DE NADAI

PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA CEPAL

RIO DE JANEIRO

2025

DANIEL LEITE DE NADAI

PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA CEPAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia.

Orientador: Jaime León

RIO DE JANEIRO

2025

CIP - Catalogação na Publicação

L126p Leite De Nadai, Daniel
PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DA CEPAL /
Daniel Leite De Nadai. -- Rio de Janeiro, 2025.
163 f.

Orientador: Jaime Ernesto Winter Hughes Léon.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de
Pós-Graduação em Economia, 2025.

1. CEPAL. 2. Crítica da Economia Política. 3.
Desenvolvimento da América Latina. 4. Progresso. 5.
Prebisch. I. Ernesto Winter Hughes Léon, Jaime,
orient. II. Título.

A NACIONALIDADE DO TRABALHADOR NÃO É FRANCESA, NEM INGLESA, NEM ALEMÃ, É O TRABALHO, A ESCRAVIDÃO LIVRE, A AUTO-VENDA. O SEU GOVERNO NÃO É FRANCÊS, NEM INGLÊS, NEM ALEMÃO, É O CAPITAL. O AR QUE RESPIRA NÃO É FRANCÊS, NEM ALEMÃO, NEM INGLÊS, É O AR DA FÁBRICA. A TERRA QUE LHE PERTENCE NÃO É FRANCESA, NEM INGLESA, NEM ALEMÃ, ELA FICA A ALGUNS METROS ABAIXO DO SOLO. DENTRO DO PAÍS, O DINHEIRO É A PÁTRIA DO INDUSTRIALISTA.
(MARX, 1975 [1845], p. 280)

HELMER:
TU NÃO ESTÁS TE SENTINDO BEM, NORA? ALGUMA COISA TE INCOMODA?

NORA:
OH, HELMER, CLARO QUE NÃO! ESTÁ TUDO PERFEITO. AFINAL, É NATAL! DEVEMOS ESTAR FELIZES, NÃO É?

HELMER:
É CLARO! E TU, MINHA PEQUENA ANDORINHA, ÉS A IMAGEM DA FELICIDADE. SEMPRE TÃO ENCANTADORA E LEVE... EU NÃO SUPORTO VER NEM UM TRAÇO DE MELANCOLIA EM TEU ROSTO.

NORA (*FORÇANDO UM SORRISO*):
POIS ENTÃO NÃO VERÁS! EU FAREI TUDO PARA QUE ESTA CASA SEJA UM LAR PERFEITO PARA NÓS DOIS...

HELMER (*SEM PERCEBER A HESITAÇÃO DELA*):
ISSO É O QUE EU SEMPRE DIGO. NOSSO PEQUENO REFÚGIO! AH, NORA, COMO SOMOS ABENÇOADOS POR TER ESTA VIDA TÃO... HARMÔNICA.

NORA (*BAIXA O OLHAR, MAS MANTÉM O TOM LEVE*):
SIM, É UMA BÊNÇÃO... É TUDO EXATAMENTE COMO DEVERIA SER...
(HENRIK IBSEN, UMA CASA DE BONECAS)

TANCREDI: (...) SE QUEREMOS QUE TUDO FIQUE COMO ESTÁ É PRECISO QUE TUDO MUDE.
EXPLIQUEI-ME BEM? (...)
(GIUSEPPE DI LAMPEDUSA, O LEOPARDO)

RESUMO

O presente trabalho dissertativo busca, como objetivo geral, refletir sobre a noção de crítica dentro da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) entre 1949 e 1955 de forma crítica, no sentido marxista do termo. Para isso, busca-se, como objetivos específicos, i) a noção marxista de crítica e uma interpretação sobre desenvolvimento e progresso em Marx; ii) uma interpretação do contexto histórico mundial no qual as crises de acumulação de capital das décadas anteriores são fundamentais para a compreensão das condições que existiam para o surgimento de uma teoria desenvolvimentista na América Latina como uma resposta teórica regional a essas dificuldades globais; iii) o esclarecimento sobre o papel histórico que a CEPAL cumpria ao servir como eixo teórico da modernização capitalista latino-americana; uma reflexão sobre o método da CEPAL e suas influências e, por fim, iv) uma reflexão sobre o tema do Estado pela instituição. Auxiliados por uma interpretação do método de Marx que privilegia a crítica às formas das relações sociais capitalistas, utilizamos o sentido de crítica da economia política na sua diferença com a teoria econômica para mostrar como a CEPAL realiza uma economia política crítica. Nossa intenção, com isso, é compreender melhor o sentido de ‘crítica’ dos trabalhos cepalinos desse período, que se constituem como uma crítica acrítica ou crítica informe, uma vez que a ideia fundamental que constitui uma crítica substantiva é aquela que não deixa de lado a crítica à forma.

PALAVRAS-CHAVE: CEPAL; CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA; AMÉRICA LATINA; DESENVOLVIMENTO; PROGRESSO;

ABSTRACT

This dissertation aims, as its general objective, to reflect on the notion of critique within ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean) between 1949 and 1955, in a critical sense aligned with the Marxist framework. To achieve this, it seeks, as specific objectives: i) to explore the Marxist notion of critique and provide an interpretation of development and progress in Marx; ii) to analyze the global historical context in which the accumulation crises of capital in the preceding decades are essential for understanding the conditions that led to the emergence of a developmentalist theory in Latin America as a regional theoretical response to these global challenges; iii) to elucidate the historical role that ECLAC played in serving as the theoretical axis of Latin American capitalist modernization; iv) to reflect on ECLAC's method and its influences; and, finally, v) to engage in a reflection on the institution's perspective on the State. Assisted by an interpretation of Marx's method that emphasizes the critique of capitalist social relations, we use the sense of critique in political economy, distinguishing it from economic theory, to demonstrate how ECLAC conducts a critical political economy. Our intention, therefore, is to better understand the meaning of "critique" in ECLAC's work during this period, which we argue constitutes an uncritical or formless critique, given that the fundamental idea of substantive critique is one that does not overlook the critique of form.

KEYWORDS: ECLAC; CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY; LATIN AMERICA; DEVELOPMENT; PROGRESS;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1: CRÍTICA, PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO.....	12
1.1 Introdução.....	12
1.2 Crítica em Marx.....	12
1.2.1 Crítica em Marx como crítica da economia política: crítica categoria e crítica da abstração.....	14
1.2.2 A crítica da economia política como crítica imanente e crítica do fetiche.....	19
1.3 Breves comentários sobre desenvolvimento e progresso segundo interpretações marxistas.....	27
1.3.1 As categorias de desenvolvimento e progresso em Marx, segundo a interpretação luckásiana.....	27
1.3.2 O progresso e o desenvolvimento como aparências das relações sociais capitalistas.....	32
1.4 Considerações Finais:.....	42
2. O CONTEXTO GLOBAL DO SURGIMENTO DA CRÍTICA CEPALINA.....	44
2.1 Introdução.....	44
2.2 A crise da velha ordem, a relação capital-trabalho e as estratégias de reestabilização da ordem global.....	45
2.3 O pós-guerra, a construção de uma nova ordem mundial e a ameaça comunista.....	56
2.4 Arar o terreno antes de plantar: reerguer o sistema mundial de mercadorias.....	62
2.5 Crise do imperialismo, ascensão das lutas anticoloniais e do direito à autodeterminação dos povos.....	68
2.6 O recorte da América Latina.....	74
2.7 Considerações finais.....	83
3. A CEPAL: CRIAÇÃO, TEORIA E MÉTODO.....	85
3.1 Introdução.....	85
3.2 A criação da Cepal.....	85
3.3 Uma exposição da posição teórica da CEPAL a partir dos seus principais textos.....	96
3.3.1 O recorte histórico adotado.....	96
3.3.2 O arcabouço teórico da CEPAL segundo seus principais textos.....	98
3.4 Método histórico-estrutural e as influências teóricas da CEPAL.....	112
3.4.1 O método histórico-estrutural.....	113
3.4.2 Uma interpretação da aproximação entre o estruturalismo latino-americano, a economia política clássica e Marx.....	119
3.4.3 Friedrich List, protecionismo, integração econômica regional e o nacionalismo econômico.....	125
3.5 Considerações Finais.....	134
4. A CEPAL COMO ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA: ESTADO E GESTÃO DA TRANSFORMAÇÃO.....	135
4.1 Introdução.....	135
4.2 A CEPAL, o Estado e a sua relação com o mercado.....	136
4.3 A CEPAL e a manipulação das quantidades econômicas: a gestão da “transformação”	

produtiva.....	144
4.4 Considerações finais.....	150
5. CONCLUSÃO: A CEPAL COMO ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA: O DESENVOLVIMENTO SEM ADJETIVO E NEM FORMA.....	152
Referências bibliográficas.....	157

INTRODUÇÃO

No texto de Carlos Antonio Brandão (2018) que introduz o livro que ele mesmo organiza sobre as “Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano”, o autor considera a CEPAL como uma escola de “pensamento crítico” pelo menos em quatro ocasiões antes de resumir cada texto escolhido para a coletânea. Já Bielschowsky (2000), no texto de “Cinquenta anos da CEPAL”, adjetiva de modo semelhante: “a CEPAL dos anos 1960 seria principalmente um fórum de discussão de idéias críticas ao processo de desenvolvimento em curso” (Bielschowsky, 2000, p. 39). Fiori (2018), se refere ao pensamento da CEPAL como integrante da “tradição crítica”, chegando à estranha afirmação de que “o pensamento crítico é tributário de toda a tradição clássica e moderna da teoria econômica” (Fiori, 2018, p. 40). Ademais, ela é frequentemente referida pelo termo “crítica” por conta de seu confronto com a teoria econômica dos chamados “centros industriais”. Nessa “crítica”, argumenta que as teorias econômicas surgidas nesses países são incapazes de dar conta das especificidades latino-americanas. E assim prenuncia uma nova formulação. No que diz respeito à visão de mundo da CEPAL, poderia-se descrevê-la como crítica também a partir do confronto com a realidade da época, marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas na região, além de seu atraso tecnológico. Em outras palavras, a visão de mundo da CEPAL apontaria para um desejo de transformação, de tornar a América Latina num outro diferente daquilo que era.

O objetivo deste trabalho é compreender o significado de crítica para a CEPAL do período 1949-1955, quando se concentra o núcleo duro do pensamento estruturalista (Pollock, 1978). Para isso, buscaremos entender esse significado de crítica no sentido geral presente nas obras, considerando o recorte apresentado. Dizendo de outro modo, sem fazer um inventário lexical de onde o termo aparece explicitamente, mas sim por meio do que a obra cepalina expressa sobre a realidade e como essa teoria termina por se posicionar diante dela. Nossa hipótese é de que a crítica cepalina termina sendo apenas uma economia política crítica, o que é diferente de afirmar que seja uma crítica da economia política, no sentido marxiano. Vale lembrar que muitas das obras de Marx levaram a palavra crítica no título ou no subtítulo. Ao mesmo tempo, ainda com relação à hipótese, consideramos que essa

crítica cepalina, vista a partir do contexto histórico em que surge, confere legitimidade ao ordenamento social capitalista, a partir de uma visão de modernização e socialização do consumo capitalista.

A metodologia do trabalho consiste numa revisão crítica de diferentes bibliografias. Isto inclui a bibliografia referente à interpretação marxista sobre crítica que estamos adotando, àquela concernente ao contexto histórico e à bibliografia dos primeiros documentos da CEPAL relativos ao recorte adotado. Por fim, uma breve revisão de alguns apontamentos sobre a visão cepalina acerca do Estado capitalista. Outras bibliografias complementares foram consultadas na medida em que aportavam maior compreensão sobre o tema tratado, como as bibliografias secundárias que ajudam a discutir algumas influências recebidas pela teoria da instituição.

Com relação aos objetivos específicos, eles estão relacionados com a estrutura dos capítulos, de modo que a apresentação dos últimos a seguir dará simultaneamente conta de indicar esses objetivos.

No capítulo 1, tratamos de fazer algumas considerações metodológicas. Nos referimos à teoria marxiana, principalmente na maturidade, como crítica da economia política, enquanto simultaneamente nos referimos à teoria cepalina, conforme foi dito, como economia política crítica. Essa contraposição do pensamento cepalino com a crítica da economia política nos serve para desvelar o verdadeiro potencial crítico do pensamento dessa instituição. E, com isso, de certo modo, mostrar os limites do desenvolvimentismo como um todo, ainda que a CEPAL seja apenas uma formulação teórica dessa visão de mundo e que, tratá-la de modo geral, exigiria um trabalho à parte.

Ao pôr no centro a questão das formas de relações sociais, num trabalho que pretende debater a CEPAL, instituição que foi uma das principais difusoras teóricas da ideia de desenvolvimento na região, somos obrigados a considerar brevemente uma interpretação marxista do que significa desenvolvimento para um campo do pensamento que surge a partir de Marx. Além disso, o termo desenvolvimento costuma ser recorrentemente associado ao termo progresso (Medeiros, 2013). Por isso, tratamos de forma breve a ideia de progresso levando em conta as condições sociais que a possibilitaram, na sua forma moderna, existir no interior das relações sociais capitalistas. A ideia de progresso é tratada como categoria, no sentido de

Marx, e dessa maneira como aparência real das relações sociais em que o valor predomina.

No segundo capítulo, consideraremos mais uma vez as condições sociais de possibilidade para a existência das ideias. Contudo, ao invés das condições gerais que marcam as relações sociais capitalistas em qualquer tempo e lugar desse modo de produção, o capítulo consiste numa investigação da especificidade histórica das décadas anteriores ao pós-guerra que possibilitou o surgimento das ideias cepalinas. Começaremos aproximadamente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A Era das Catástrofes (1914-1945) (Hobsbawm, 1995) é inaugurada por um Dilúvio (Tooze, 2015,), uma crise originada pelo seu contrário, a saber, por uma acelerada expansão capitalista de caráter interimperialista nas décadas anteriores. Diz-se que há uma calmaria antes de a tempestade que esconde a gestação do dilúvio. Em alguns casos, tal tormenta pode ser duradoura, principalmente quando as relações sociais têm a aparência de condições naturais, como a chuva. Fato é que este período, no esforço de buscar um novo padrão de relações entre capital e trabalho que sustentasse um novo padrão de acumulação, culminou na reconfiguração da ordem econômica global no pós-guerra. E nessa reconfiguração, a América Latina também se moveu.

É o terceiro capítulo que abre as portas finalmente para uma investigação direta da CEPAL. Nesta parte, apresentamos o recorte deste trabalho para a análise da instituição. Viva até os dias atuais, nas últimas décadas se dedicou a uma reelaboração das suas teses iniciais naquilo que se convencionou chamar de neoestruturalismo latino-americano (Bielschowsky, 2009). Contudo, a fase a qual nos dedicamos aqui está localizada no interior do período estruturalista da instituição, que marca as primeiras décadas¹. Inicialmente, o processo histórico da sua criação é levado em conta, para depois ser substituído por uma análise dos principais textos que contêm as elaborações teóricas nucleares do estruturalismo cepalino, em especial as considerações gerais sobre o método desta teoria. Em seguida, fazemos alguns comentários de ordem metodológica a fim de aprofundar a crítica ao estruturalismo cepalino. Tratamos de uma possível influência do estruturalismo clássico de origem francesa, do nacionalismo econômico de Friedrich

¹ No subcapítulo 3.3, o recorte é feito de forma mais precisa. Aqui ele é apresentado apenas nos limites de uma introdução.

List (1789 - 1846) e de uma eventual relação com Marx e a economia política clássica.

Por fim, dedicamos o quarto capítulo a uma análise da concepção de Estado na CEPAL a partir, mais uma vez, da crítica de Marx que considera a análise da origem das formas sociais. Veremos como o roteiro de atuação do Estado é construído pelas elaborações que, a princípio, são apenas de teoria econômica. Além disso, consta um item sobre o trabalho pioneiro da CEPAL na criação de estudos técnicos, levantamento estatístico e capacitação profissional na região. O objetivo deste capítulo é nos debruçarmos sobre o papel que o Estado desempenhou como a forma do fetiche na teoria do desenvolvimento cepalino, no esforço de restabelecer a unidade social da organização social capitalista.

O texto está dividido em uma Introdução, quatro capítulos e uma Conclusão. No interior de cada capítulo há subdivisões numeradas em subcapítulos e em itens. Em algumas partes faremos referências ao subcapítulo “x.y” ou item “x.y.z”. Todos os trechos de textos cujo idioma original não é o português foram traduzidos pelo próprio autor.

1: CRÍTICA, PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

1.1 Introdução

Visto o objetivo geral desta dissertação, cabe a este capítulo realizar apontamentos metodológicos que darão a base para a discussão da crítica na CEPAL. Isto significa, no subcapítulo 1.2, apresentar a interpretação de crítica em Marx que adotaremos como referencial para o restante do trabalho. Em seguida, no subcapítulo 1.3, fazemos alguns comentários acerca do uso das categorias desenvolvimento e progresso em algumas interpretações marxistas, uma vez que esses são termos adotados pela crítica cepalina.

1.2 Crítica em Marx

O termo crítica é comumente usado na vida cotidiana para se referir a um comentário negativo, uma discordância, em relação a algo ou alguém. A palavra vem do grego *kritiké*, que significa “a arte de julgar” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001). Nos jornais impressos foi comum durante muito tempo a existência de uma seção de crítica de teatro, de cinema, literária ou mesmo de arte em geral. Estas seções não continham necessariamente - embora pudessem ocorrer - comentários depreciativos a uma obra de arte. Podiam ser simplesmente um julgamento, no sentido de uma análise dos diferentes aspectos contidos na obra. Nas discussões teóricas, essa palavra é também associada, de maneira pouco rigorosa, a posições que se contrapõem à visão hegemônica num determinado assunto, podendo ser essa contraposição referida a apenas um pequeno aspecto da visão dominante. Esse é o caso quando, por exemplo, Keynes questionou certos pressupostos da economia neoclássica, embora tivesse mantido outros, assim como compartilhou da mesma teoria do valor. Assim, essas críticas são por vezes incorporadas, tratando-as como casos particulares de uma teoria mais geral.

Muito antes de Keynes, essa palavra foi consagrada na filosofia do século XVIII pelo criticismo kantiano. A obra de Kant denominada de *Crítica da razão pura*

(1781) constituiu um esforço na refundação da metafísica² a partir de uma crítica ao chamado “dogmatismo”. Este último era a maneira com que Kant se referia a certos filósofos que tratavam, para ele, “o procedimento dogmático da razão pura sem uma crítica prévia de sua própria faculdade”, “sem uma investigação do modo e do direito pelos quais teriam chegado a ele [ao conhecimento puro]” (Kant, 2012 [1781], p. 39). Nesse sentido, a crítica de Kant é uma crítica a uma posição filosófica anterior. Em outras palavras, uma crítica à maneira de conduzir até então a metafísica. Por outro lado, o título sugere que não se trata simplesmente de uma crítica no sentido de uma refutação de outras posições teóricas: “Eu entendo aqui, contudo, não uma crítica dos livros e sistemas, mas sim da faculdade da razão em geral” (ibidem, p. 19). Kant estabelece os limites e as condições nas quais o conhecimento puro é possível, delimitando o campo de atuação da metafísica. Assim, a crítica da razão pura significa o estabelecimento dos limites e das condições da faculdade da razão pura. Além disso, é uma crítica porque, por meio da identificação dos limites da faculdade da razão - e com isso das condições para o conhecimento - funciona como uma preparação inicial a um sistema da razão pura ou uma filosofia transcendental. Com efeito, o objetivo é estabelecer as fundações sobre as quais se possa construir o edifício dessa filosofia. O fato, portanto, de o livro em questão ser apenas uma parte dessa filosofia, mas não uma análise exaustiva de todo o conhecimento humano a priori (ou seja, que ela se atém apenas ao que Kant chama de juízos sintéticos a priori), também é um elemento que rebaixa seu *status* a ser apenas o de crítica, embora um papel literalmente fundamental - no sentido de estabelecer os fundamentos para o edifício do conhecimento.

No caso de Marx, essa palavra ganha centralidade nos seus textos de forma distinta, como pretendemos mostrar. Como em Kant, ela não é simplesmente uma crítica dos livros e teorias, mas da própria realidade - embora em sentido diverso. O significado dela é distinto do senso comum e, por isso, apenas a apreensão do senso comum sobre esta palavra não é suficiente para compreender as especificidades da crítica de Marx. Para tal, mostramos como ela se constitui enquanto crítica da economia política, que tem um caráter imanente.

Ao longo de diversas obras do autor, a palavra crítica se constrói como uma crítica às condições materiais que tornam possíveis certas ideias. Este será o

² Metafísica é a ciência cujo objeto está para além da experiência, i.e. cujo objeto é o próprio conhecimento a priori, que é independente da experiência

gancho para o subcapítulo 1.3. Neste caso, os termos desenvolvimento e progresso serão importantes. Em especial porque tentaremos apresentar como essas ideias são manifestações da existência objetiva do ser social em condições históricas particulares.

O texto está dividido em duas seções, sendo a primeira a explicação da crítica de Marx enquanto crítica da economia política, que se diferencia de uma economia política crítica. A segunda parte, por sua vez, trata da crítica marxiana como crítica imanente, diferente da apresentada por Proudhon, conforme veremos.

1.2.1 Crítica em Marx como crítica da economia política: crítica categorial e crítica da abstração

O termo crítica é comum em muitas obras de Marx como na “*Crítica da filosofia do direito de Hegel*”, em “*A sagrada família ou a crítica da Crítica crítica contra Burno Bauer e consortes*”, “*Contribuição à crítica da economia política*”, “*Crítica do programa de Gotha*”, dentre outras. Na sua obra mais importante, o termo também aparece. Na capa de “*O Capital*” (1867), vemos o subtítulo “*crítica da economia política*”. Marx não o faz despretensiosamente.

Essa expressão pode ser entendida em dois sentidos distintos, no qual apenas um está correto. A possível e equivocada interpretação seria aquela que vê em crítica *da* economia política o mesmo sentido que os livros do Marx são uma crítica do Marx. Em outras palavras, seria um erro entender que se trata de uma crítica que pertence à economia política, ou seja, uma crítica no interior da economia política.

Essa expressão é distinta de “economia política crítica”, que seria o caso se “*O Capital*” fosse uma obra que pretendesse apresentar uma economia política alternativa, ao identificar que determinados aspectos da economia política estão incorretos. Este parece ser o lugar que alguns autores atribuem a Marx ao darem ênfase na continuidade entre a teoria ricardiana do valor-trabalho e a teoria do valor de Marx. De crítico da economia política, Marx é deformado como economista político crítico. Essa também seria uma forma de crítica no interior da economia. Assim sendo, vamos abordar o segundo sentido interpretativo, que consideramos correto, para o termo “crítica da economia política”.

Mas antes, é importante deixar explícita a intenção dessa argumentação. A nosso ver, “o trabalho de Marx foca na questão das formas, em primeiro lugar nas formas de consciência (direito e religião) e posteriormente nas formas da economia política” (Bonefeld, 2014, p. 40). Por isso, fazemos uso de trechos de outras obras marxianas que nos ajudam a esclarecer o sentido de crítica que Marx assume posteriormente em *O Capital* (1867). Em outras palavras, acreditamos ser possível traçar uma linha (nem tão linear, muito menos direcionada a priori) no pensamento de Marx com relação a alguns elementos que estão presentes no seu trabalho de maturidade. Nem sempre a ideia de crítica assumiu esse mesmo sentido que estamos aqui apresentando. Bensussan e Labica (1999), por exemplo, afirmam que:

Durante o período [1842-1843] em que Marx colabora com diferentes órgãos da imprensa de oposição, em particular o *Rheinische Zeitung*, do qual ele será diretor, o termo reaparece frequentemente, sem, no entanto, adquirir um significado definitivo. Assim, a crítica pode ser identificada com a faculdade de julgamento: “a censura é a crítica oficial; suas normas são normas críticas” (MEW, 1, 3); mas também com a razão em seu desenvolvimento histórico: “a situação alemã... encontra-se abaixo do nível da história, ela está abaixo de qualquer crítica” (Critique, MEW, 1, 380; Paris, Aubier, 1971, p. 59). A crítica aparece também como uma atividade teórica específica: “a verdadeira crítica não analisa as respostas, mas as perguntas” (MEW, Erg., 1, 379), e cada pergunta é resolvida assim que se torna uma pergunta verdadeira (*wirklich*). Enfim, trata-se de uma atividade reflexiva, uma autorreflexão da razão: “a crítica é a verdadeira censura, fundamentada na essência da liberdade de imprensa. Ela é o olhar que a imprensa gera a partir de si mesma” (MEW, 1, 55). (BENSUSSAN e LABICA, p. 271, 1999, grifos do original)

A fim de traçar essa linha do termo crítica, cujo centro está na questão das formas e do fetiche, seguimos na investigação do termo crítica da economia política. O autor alemão faz mais do que apontar a falsidade da economia política que lhe precedia. Para que ele pudesse fazer a crítica não apenas a teorias particulares da economia política, mas à economia política como um todo, ele precisou fazer a crítica categorial. Segundo Heinrich (2004), “Marx não está predominantemente criticando as conclusões da economia política, mas sim a maneira com que ela põe questões” (Heinrich, 2004, p. 34, tradução própria). Para uma “crítica categorial”, é necessário entender o que é uma categoria em Marx.

As categorias da economia política, para o autor alemão, são expressões de relações sociais que aparecem como autônomas em relação aos seres humanos, como se elas fossem sujeitos. A crítica de Marx, portanto, requer não apenas negar tais categorias que aparecem como autônomas, mas principalmente buscar

compreender por que as relações sociais burguesas assumem essa forma categorial, ou seja, porque elas aparecem reificadas.

Nas palavras de Marx, antes mesmo de passar a estudar as categorias da economia política e muito antes de escrever *O Capital*, o autor já tinha uma preocupação com a prioridade da realidade concreta das ideias:

As provas da existência de Deus nada mais são do que tautologias vazias – a prova ontológica, por exemplo, não vai além da seguinte afirmação: “o que eu imagino realmente (realiter) é uma representação real para mim”, ela atua sobre mim e, nesse sentido, todos os deuses, pagãos ou cristãos, possuíram uma existência real. O antigo Moloque não exerceu uma dominação? O Apolo délfico não era uma potência real na vida dos gregos? Diante disso, de nada vale nem mesmo a crítica de Kant. Se alguém imagina possuir cem táleres, não sendo isso para ele apenas uma representação arbitrária, subjetiva, se acreditar de fato nela, então os cem táleres imaginados têm para ele o mesmo valor de cem táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas em função desse seu dado imaginário, o qual provocará uma ação efetiva, do mesmo modo que toda a humanidade contraiu dívidas contando com seus deuses. (MARX, apud LUKÁCS, p. 283, 2018)

A “prova ontológica” citada por Marx é o termo cunhado por Kant (1724-1804) para se referir aos argumentos feitos por Anselmo de Aosta (1033-1109) e, posteriormente, por Descartes (1596-1650). O termo *ontológico* tem, aqui, um significado particular, distinto de outros usos dentro da história da filosofia³. Trata-se da tentativa de provar a existência de Deus apenas pela razão, sem relação com a experiência. Kant buscou, em sua *Crítica da razão pura* (1781), refutar tal argumento que utiliza apenas a razão, como insuficiente para provar a existência de Deus. Nesta passagem, Marx está fazendo sua própria interpretação do método das provas ontológicas ao mesmo tempo que permanece fora do debate sobre a existência de Deus como um ser perfeito que existe independentemente dos seres humanos. Ao que parece, a discussão que interessa a Marx é outra.

Marx destaca que, ainda que Deus possa não ter existência totalmente independente dos seres humanos, ele ainda assim aparece realmente e exerce força social sobre os indivíduos. Isso vale tanto para o Deus cristão quanto para todos os outros deuses - gregos, romanos, nórdicos, maias, incas etc. A força de Deus aparecia, por exemplo, quando se contraía uma dívida ou quando um golpe de espada era desferido durante as Cruzadas. As crenças das sociedades constituem práticas sociais efetivas, e é nesse sentido que, para Marx, podemos dizer que os

³ Um autor marxista que reivindica tal termo com outro significado é Lukács (2018).

deuses existiram. Ao mesmo tempo, essas crenças são derivadas das condições materiais concretamente existentes numa sociedade determinada.

A passagem acima citada é escrita em 1841, para o trabalho de doutoramento na Universidade de Jena, na Alemanha. Naquele momento, Marx ainda não tinha uma concepção desenvolvida de materialismo. Contudo, essa citação mesmo assim já reflete um embrião da posição de seus textos propriamente materialistas⁴.

Contudo, Marx ainda é muito influenciado pelo idealismo em 1841. Bensussan e Labica (1999) indica que em outro excerto da sua tese “a crítica é um padrão de medida” (p. 271) por conta da afirmação de Marx de que “é a crítica que mede a existência singular pela essência, a realidade efetiva particular pela ideia” (Marx apud BENSUSSAN E LABICA , 1999, p. 271). Ainda é, de certo modo, uma realidade efetiva que não vale por si mesma, não tem como razão de ser ela mesma. E, assim, precisa da crítica.

Em *A Sagrada Família* (1845), Marx e Engels fazem uma crítica aos jovens hegelianos, autores que eles consideram dividir o mundo entre uma massa acrítica e eles, os ironizados por Marx como os “críticos críticos”, donos de uma crítica tão absoluta que são duplamente críticos. Esses autores, entre eles os irmãos Bruno e Edgar Bauer, se autodenominavam “críticos”. Para Marx, eles eram tão críticos que se enredavam na própria crítica, constituindo uma crítica absoluta, que se alija da realidade, esquecendo o seu objeto. Assim, transformavam a tarefa da crítica em uma especulação, na qual a crítica em si mesma “seria o mais pleno de conteúdo, ou, muito antes, a única coisa plena de conteúdo” no que Marx conclui que “o pensamento absoluto [ou seja, a crítica dos Bauer] considera a si mesmo como se fosse toda a realidade (...) Ela não é, portanto, uma crítica de objetos reais” (MARX, 2011, p. 181, grifos do autor). Em termos políticos, essa posição dos irmãos Bauer

⁴ Não nos interessa aqui entrar no debate que faz Althusser (2015 [1965]) sobre o pensamento do jovem Marx e sua trajetória intelectual ao longo de sua vida. Para Althusser, definir se o autor é idealista numa certa obra, mas com traços materialistas, é uma análise que decompõe a obra em elementos isolados e não atribui um sentido global, uma unidade para o texto, deixando de buscar a problemática da obra. É, além disso, uma análise preocupada não com o sentido da obra em si, mas com um pressuposto teleológico: já sabemos o que Marx se tornou e, por isso, toda análise do jovem Marx se torna um “tribunal secreto da história” (p. 43). Nos termos de Althusser, a problemática contida no período de juventude de Marx não é a mesma que o autor passa a ter posteriormente quando desenvolve o que Althusser chama de ciência do materialismo histórico. Por isso, para Althusser, o materialismo nem era uma questão ainda.

(entre outros autores “críticos”) era conformista, na medida em que negava a realidade.

Esses autores eram idealistas porque subordinavam as condições materiais dominantes na sociedade a uma discussão a respeito das ideias dominantes, especialmente quanto à religião. A isto se soma a posição dos críticos críticos, na visão de Marx, a respeito dos trabalhadores: uma massa acrítica desprovida de conhecimento, que “não cria nada (...) porque seu trabalho é sempre, permanentemente, um trabalho concreto” (MARX e ENGELS, 2011, p. 29). Na direção oposta, Marx afirma que os trabalhadores, apesar de criarem até o ser humano, não são reconhecidos pela Sagrada Família. Naturalmente, para Marx, uma vez que estes transformam tudo que é vivo em acrítico, denominando de crítica apenas a atividade especulativa.

Em *Miséria da Filosofia* (1847), Marx reconhece a prioridade, na constituição da realidade, do ser em relação à consciência, ou em outras palavras, que as ideias não nascem do ar - e nem dos céus -, mas dos próprios seres humanos e das suas relações entre si. Em uma carta para Ánnenkov (1846), um literato russo que foi correspondente seu em Paris, Marx comenta a obra de Proudhon⁵ “Filosofia da miséria” (1846) assim que termina de ler. Esta carta contém comentários que serão depois desenvolvidos por Marx na sua obra de 1847. Para Marx, Proudhon (1809-1865) produz um “dualismo entre a vida e as ideias” (2017 [1847], p. 195), fazendo com que a vida prática fosse a aplicação das categorias da razão pura. Nesta mesma carta, ele defende que “as ideias, as categorias” são “as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações que expressam” (Ibidem). Em outra correspondência (1865), escrita quase vinte anos depois, destinada à publicação no jornal *Social-Demokrat* por ocasião de falecimento de Proudhon, Marx diz que o filósofo francês “compartia das ilusões da filosofia ‘especulativa’: em vez de considerar as *categorias econômicas expressões teóricas de relações de produção históricas* (...) sua imaginação as converte em ideias eternas, preexistentes a qualquer realidade” (2017 [1847], p. 200, *itálico do original*). Em 1859, no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, Marx reforça explicitamente: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser que, inversamente, determina sua consciência” (Marx, p. 5, [1859] 2011).

⁵ O autor francês fora um filósofo e economista político muito influente no movimento operário na década de 1840.

Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução* (2013 [1844]), Marx diz, ainda sobre a religião, que a “exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões.” (p. 151-2, 2013 [1844]). Transpondo para o debate em *O Capital*, quando a crítica ganha formas mais desenvolvidas: trata-se, portanto, de compreender as condições sociais que dão existência e relevância ao categorial da economia política. Ao citar esta frase e propor a analogia com as categorias da economia política, não as tratamos como meras ilusões. Como “modos de ser, determinações da existência” (Marx, p. 265, [1859] 2008), as categorias são, para Marx, expressões teóricas de relações sociais reais. Elas mistificam as relações sociais, ocultando essas relações, o que termina por conceder vida própria e aparência de natural às categorias. Essas relações se cristalizam e exercem força social sobre nós, tal como os deuses.

A crítica feuerbachiana à Hegel, da qual Marx, em sua juventude, esteve envolvido total ou parcialmente, foi uma fonte importante para que, inicialmente, o autor pudesse já assumir posições críticas relevantes. A crítica de Feuerbach contra a religião consiste em reconhecer Deus como a objetivação de qualidades humanas que são transferidas para essa figura externa divina. As qualidades humanas aparecem como sendo qualidades de um absoluto. Marx, convencido pelo sensualista Feuerbach neste aspecto, identifica a abstração como inimiga da crítica e realiza, na crítica à Hegel que mais acima citamos (1843), um alargamento dessa crítica para outras formas sociais, o Estado e o direito. O Estado seria, assim, a projeção das qualidades políticas dos seres humanos postas fora deles. Como dito, é uma crítica da abstração. O sentido de abstração tem origem na dialética hegeliana, na qual a sensibilidade é rebaixada como esfera autônoma da vida humana (ou seja, deixa de ser uma esfera autônoma) e passa a apenas representar um momento da verdade. Em outras palavras, é o universal que cria o particular. Para Marx, o mérito de Feuerbach era apresentar o positivo - a realidade concreta - descansando sobre si mesmo, fundando a si próprio.

Nesse início, portanto, a crítica à abstração demonstra uma exteriorização e autonomização, mas que ainda não conforma um objeto que se volta contra os seres humanos, dominando-os. Isso fica mais presente à medida que Marx vai se envolvendo nos seus estudos de economia política. Para nós, esse será um avanço fundamental.

1.2.2 A crítica da economia política como crítica imanente e crítica do fetiche

Em 1847, no texto já citado, escrito como resposta à obra de Proudhon, Marx o acusa de dogmatismo a respeito das categorias econômicas. Proudhon pretende, com essa obra, chegar a uma explicação supostamente científica da sua teoria da igualdade dos valores e dos salários. Para isso, o autor “prova” - na verdade, ele apenas afirma, mas “para ele, afirmar é provar” (Marx, [1847] 2017, p. 127) - a existência da categoria “valor constituído”, cuja substância é a quantidade de trabalho. Nesse aspecto, guarda alguma semelhança com Ricardo, que também enxerga no trabalho a substância do valor. Contudo, as diferenças nos interessam mais:

Este [Ricardo] toma a sociedade atual como ponto de partida para demonstrar como ela constitui o valor; o sr. Proudhon toma o valor constituído como ponto de partida para constituir um novo mundo social por intermédio desse valor (...) A teoria dos valores de Ricardo é a interpretação científica da vida econômica atual; a teoria dos valores do sr. Proudhon é a interpretação utópica da teoria de Ricardo (Marx, [1847] 2017, p. 58)

Na época dessa citação, Marx ainda não havia desenvolvido plenamente sua teoria do valor e ainda aceitava a teoria ricardiana do valor. Em outras palavras, enquanto Ricardo derivaria das próprias relações sociais a categoria, Proudhon parece apenas supô-la e dela, fixada de antemão, construir sua proposta de sociedade. Segundo Marx, Proudhon derivou toda a sua teoria a partir de categorias econômicas não explicadas. Não à toa, Marx o acusa de ser um economista de fórmulas prontas. Assim, por exemplo, ele supõe (não explica) a divisão do trabalho na medida em que argumenta que o valor de troca seria resultado do simples fato de que os seres humanos não conseguiam produzir todos os valores de uso de que necessitavam e, portanto, se dividiram. Com a divisão do trabalho, ele supõe a troca e, assim, finalmente, diz explicar o valor de troca - “teria valido mais supor, desde o início, o valor de troca” (Marx, [1847] 2017, p. 46).

Tal como Proudhon, quase todos os socialistas ingleses propuseram a “aplicação igualitária” da teoria ricardiana. Para Proudhon e outros socialistas⁶ da época, o grande problema é que as trocas não são operadas segundo um sistema

⁶ Marx cita, por exemplo, sr. Bray, William Thompson e Hopkins.

equitativo. O problema é um sistema de trocas soberanamente injusto. É necessário, portanto, alcançar essa justiça. Proudhon oferece uma receita: que os valores sejam efetivamente medidos pelo tempo de trabalho. Simples assim. Não se trata de uma mudança de relação social de produção. Ela pode permanecer a mesma. Aliás, a troca também pode permanecer, tal como a concorrência e todo o resto. Como a dialética proudhoniana trata as categorias como tendo dois lados, um bom e outro mau, basta então abandonar o lado mau dessas categorias para conservá-las.

Ele considera as categorias como o pequeno-burguês considera os grandes homens da história: Napoleão é um grande homem; fez muita coisa boa, mas também fez muita coisa má. O lado bom e o lado mau, a vantagem e o inconveniente, tomados em conjunto, constituem, para o sr. Proudhon, a contradição em cada categoria econômica. Problema a ser resolvido: conservar o lado bom, eliminando o mau. A escravidão é uma categoria econômica como qualquer outra. Portanto, também possui dois lados. (...) Como fará o sr. Proudhon para salvar a escravidão? Colocará o problema: conservar o lado bom dessa categoria econômica e eliminar o lado mau. (Marx, [1847] 2017, p. 103-4)

O conhecimento de Marx sobre a economia política, que desembocou anos depois no seu projeto de crítica da economia política, passou por grande desenvolvimento, que se diferencia em alguns aspectos de posições que o autor tinha em 1847. Contudo, a crítica geral a Proudhon permaneceu ao longo de toda sua vida. Marx não parte, n' *O Capital*, de um categorial alternativo ideal a fim de compará-lo com o da economia política. Este é o procedimento proudhoniano. Como diz Heinrich (2004, p. 35-6), “Marx não acusa o capitalismo (ou mesmo capitalistas individuais) de violar alguma norma eterna de justiça”. Marx critica, no Livro I de *O Capital* (1867), certo modo de crítica que contrapõe às relações atuais um tipo ideal de relação. Esse equívoco é cometido por Proudhon com seu ideal de “justiça eterna”, dentre outras “ideias eternas”.

Em *O Capital*, Marx não oferecia um ideal seu em lugar do ideal proudhoniano, pois não é desta maneira que procede sua crítica. E para mostrar o quão descabida é a “ciência proudhoniana”⁷, ele fez uma analogia com o absurdo de um químico que, ao invés de “estudar as leis reais do metabolismo e de resolver determinadas tarefas com base neste estudo, pretendesse modelar⁸ o metabolismo

⁷ “...isso não impede que, hoje em dia, uma tal sabedoria grasse em certos círculos sob o nome de *science* [ciência]. Jamais uma escola atribuiu tanto a si mesma a palavra *science* quanto a escola proudhoniana, pois ‘Onde do conceito há maior lacuna,/ Palavras surgirão na hora oportuna’, J.W.F. Goethe, *Fausto* [trad. Jenny Klabin Segall, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Villa Rica, 1991, p. 92].” (p. 144, Marx, *itálicos do original*).

⁸ No inglês, a palavra *modelar* parece melhor traduzida como *remake* (Marx, Karl (1976): *Capital*, Volume I, translated by Ben Fowkes, London: Penguin) que no português poderia ser remodelar.

por meio de ‘ideias eternas’” (MARX, 2013 [1867]⁹, p. 159). Marx trata, ao contrário, de uma crítica imanente da realidade. Dizemos imanente no sentido de que essa crítica parte de uma análise do interior do movimento real da sociedade existente, e não dogmaticamente de categorias não explicadas, nem de um ideal de justiça *a priori*.

Sendo assim, a crítica de Marx é uma crítica que parte das relações sociais atuais na sua totalidade, e não de qualquer pressuposto. Isto põe luz sobre o modo como o método dialético é entendido em Marx. Não se trata de um método *a priori*, independente do objeto de investigação. Tampouco de um conjunto de regras historicamente universais. Isto seria como um mapa do tesouro que é válido para qualquer tesouro, ou seja, um mesmo conjunto de procedimentos independente de qual o objeto a ser descoberto. Ao contrário, a dialética, para Marx, é uma ontologia. Em outras palavras, ela é a lógica de constituição da própria realidade social no capitalismo. Trata-se não de uma lógica simplesmente do pensamento, mas uma lógica da própria realidade que pode vir a se manifestar no pensamento, como na obra de Marx. *O capital*, como obra máxima da dialética marxiana, não é o corpo da lógica, mas a lógica do corpo.

Além disso, por partir da análise das relações sociais realmente existentes, se diferencia da economia política clássica. Adam Smith (1723-1790), filósofo e economista político clássico escocês, considerava a existência de uma natureza humana que consiste na propensão a barganhar e trocar - “[a divisão do trabalho] é a necessária, se bem que muito lenta e gradual, consequência de uma certa propensão da natureza humana (...) para comerciar, barganhar e trocar uma coisa por outra” (SMITH, 2017 [1776], p. 35). A partir dessa natureza mercantil do ser humano é que Smith desenvolve todas as categorias econômicas e concebe a história como o desenvolvimento, o desdobramento, o revelar-se explicitamente dessa natureza. Isto significa que ele parte de leis gerais da história humana que são pressupostas por ele a partir da realidade que ele vive, o mundo burguês do

⁹ Nas referências aos principais textos, pôs-se o ano de publicação original da obra. Neste caso, optamos por escrever aqui o ano de 1867, da primeira edição. Contudo, sabendo dos debates que envolvem as diferenças entre as primeiras edições, apenas esclarecemos ao leitor que a edição disponível da editora Boitempo não é efetivamente a primeira edição. Depois de 1867, houve uma nova edição alemã e uma tradução francesa revisada por Marx. Após sua morte, Engels publicaria ainda outras duas edições, incorporando passagens da versão francesa, mas que não eram totalmente equivalentes. Assim, é provável que a edição seja composta por textos escritos por Marx entre 1866 e 1875 (Heinrich, p. 19-20, 2014)

século XVIII. “No seu melhor, portanto, a economia é um argumento sobre a maneira com a qual a evolução da divisão técnica do trabalho dá origem a formas determinadas de sociedade” (BONEFELD, 2014, p. 22). Assim, se, para a economia, a natureza econômica do ser humano é sua essência, para a crítica da economia política a essência do ser humano é a sociedade - a sociedade em termos concretos, pois ela só existe como sociedade determinada, jamais em geral¹⁰.

O estruturalismo althusseriano é constituído de forma semelhante. A repulsa de Althusser ao humanismo é louvável quando tem como objetivo a negação de uma essência humana imutável, fixa. Essa é a principal crítica althusseriana aos *Manuscritos de 1844*, que denomina esse estudo de “filosofia do homem” e adjetiva o trabalho de ideológico, diferenciando-o da verdadeira ciência do materialismo histórico. A problemática principal de Marx nesse texto seria a essência humana alienada e a história como a recuperação da essência perdida. A história é a alienação e a produção do homem verdadeiro no homem alienado. Nisso há um pressuposto de uma essência definida a priori. O fim da história é o “reaver, como sujeito, a sua essência alienada” (ALTHUSSER, 2015 [1965], p. 187).

É acertada a posição althusseriana que busca negar a existência de uma essência humana fixa. O problema é que ele argumenta que a crítica da economia política não é uma crítica à sociedade capitalista apenas, mas uma análise da manifestação específica de leis econômicas gerais da sociedade humana. Ele vê, em Marx, que as forças produtivas são categorias transistóricas, cujas leis gerais se manifestam através de relações sociais específicas. Para tal, a análise da sociedade existente depende de conceitos intermediários que conectem as leis econômicas gerais às categorias próprias dessa sociedade. Sua interpretação transforma a crítica da economia política na análise cujo objetivo é revelar o modo de funcionamento específico das leis econômicas gerais *na* sociedade capitalista. A lei econômica geral mais fundamental é a que entende o trabalho como transistórico - trabalho entendido como o metabolismo entre o ser humano e a natureza. Assim é concebida a existência de um trabalho que paira abstratamente por sobre a história concreta das sociedades. É a partir desse conceito de trabalho que as forças de produção são compreendidas como transistóricas e as relações sociais de produção como a manifestação historicamente particular dessas forças produtivas.

¹⁰ Neste parágrafo e nos próximos quatro partimos da argumentação proposta em Bonefeld (2014).

Em vez de dissolver a aparência reificada das coisas, esta visão a encara como a manifestação de leis econômicas naturais que estruturam as relações reais da vida. Em vez da noção crítica de que 'os conceitos são momentos da realidade que exigem sua formação', essa ideia sustenta que os conceitos são instrumentos científicos geralmente aplicáveis, capazes de dissecar e analisar cada sociedade em todos os tempos e lugares como uma manifestação superdeterminada de leis econômicas abstratas. Essa visão sugere uma separação radical entre o pensamento e a realidade. (BONEFELD, 2014, p. 31)

Como contraponto, o materialismo histórico, entendido como a dissolução do dogmatismo, não é “a derivação de relações sociais de produção de forças produtivas transhistoricamente ativas e concebidas abstratamente” (BONEFELD, 2014, p. 36). Não se trata das leis gerais da natureza, da sociedade e do pensamento. Ele é a seguinte pergunta: por que as relações sociais de produção atuais assumem a forma reificada? As relações sociais atuais aparecem na forma de forças econômicas objetivas. Vemos isto em *O Capital*.

No primeiro capítulo, Marx parte da mercadoria. Analisa esta mercadoria representativa como um objeto externo, um valor de uso, que satisfaz necessidades humanas e que, na sociedade capitalista, tem uma propriedade específica que é ser suporte material do valor de troca. O valor de troca é analisado inicialmente como uma relação de proporção entre valores de uso distintos. Assim, as proporções aparecem como algo contingente, sem uma regularidade por detrás. O valor de troca surge da possibilidade de comparação entre valores de uso distintos. Sendo assim, o que faz com que valores de uso com qualidades completamente diferentes, tais como um livro e um copo possam ser igualados e, portanto, comparados, deve ser uma propriedade comum a ambos valores de uso. Essa propriedade não é inerente ao corpo da mercadoria, mas uma propriedade social que assume o valor de uso na sociedade capitalista. Essa propriedade social é ser produto do trabalho humano. Assim, o valor é determinado como uma relação social - o trabalho - cristalizada na mercadoria. Sua grandeza, por sua vez, é determinada pela quantidade de trabalho, medida em tempo, ou seja, em dia, semanas, horas. O valor de troca ganha uma segunda determinação: ser a forma de manifestação do valor - ou simplesmente forma de valor - e, em última instância, do trabalho contido na mercadoria. Sendo assim, revelamos o que há por detrás da mercadoria - o trabalho. No item dois, podemos entender o duplo caráter desse trabalho. Descobrimos a substância do valor e a grandeza do valor que se encontram “atrás” do valor de troca. Contudo, ainda não investigamos a forma de valor, apenas

chegamos através dela no valor: “Conhecemos, agora, a substância do valor. Ela é o trabalho. Conhecemos sua medida de grandeza. Ela é o tempo de trabalho. Resta analisar sua forma, que fixa o valor precisamente como valor de troca.” (MARX, 2013, p. 118). O item três do primeiro capítulo é onde efetivamente a forma de valor é analisada detalhadamente para desembocar na análise do fetichismo. Nestas linhas, Marx se dedica a

“provar a gênese dessa forma-dinheiro, portanto, seguir de perto o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde sua forma mais simples e opaca até sua ofuscante forma-dinheiro. Com isso, desaparece o enigma do dinheiro.” (MARX, 2013, p. 125)

O caráter social da mercadoria não é resultado da sua substância, mas da sua forma. Num mundo de produtores privados, o vínculo social entre as pessoas é apenas estabelecido com a troca, que é uma relação entre mercadorias. E é somente por meio desse contato que efetivamente os produtos dos trabalhos se efetivam como mercadorias¹¹ - a mercadoria para ser o que é conta também com sua forma, não apenas sua substância e sua grandeza. Sendo assim, o caráter misterioso da forma-mercadoria provém do fato de que a relação entre as pessoas precisa assumir, nessa sociedade, a forma da relação entre coisas. Dessa forma, para as pessoas, as coisas parecem assumir vida própria, e os caracteres propriamente sociais aparecem como sendo próprios da coisa. Disso vemos semelhanças com a crítica da religião. Aqui, não é a crítica da religião que aparece, mas a crítica *da economia política como religião*.

O Deus-dinheiro, o Deus-mercadoria, etc são “independentizados”, autonomizados, como se não fossem criações dos próprios seres humanos, como se suas atribuições não fossem as próprias capacidades humanas exteriorizadas. Mas se trata de algo mais. O conceito de fetichismo tem origem na crítica da religião. Colonizadores portugueses tomaram nota de povos africanos considerados por eles “primitivos” pela prática de conferirem a objetos mortos (totems) vida própria (Kurz, 1993). A analogia com respeito a mercadoria é uma forma de salientar que nós também vivemos envoltos por produtos do nosso próprio trabalho, portanto produtos sociais, aos quais conferimos vida própria e se tornam externos a nós, com um poder que nos é alheio e se virá contra nós.

¹¹ “É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais” (Marx, 2013, p. 147)

A teoria do valor, da forma como estamos considerando aqui, é uma teoria sobre como as pessoas estão conectadas umas às outras, no interior e através da forma-mercadoria. E a troca é esse elemento que permite a socialização na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que é onde a socialização se constitui como coisificação.

A crítica de Marx é desmistificadora do misticismo da sociedade que vivemos. Tanto na crítica da religião, como na crítica da economia política, a crítica de Marx “é um descobrimento da nossa capacidade, do nosso poder de transformar a realidade.” (Colombini Neto, 2018, p. 21). A análise da origem dos fenômenos, tal como Marx faz com o dinheiro - “desaparece o enigma do dinheiro” - nega certa exterioridade desse objeto, o revelando como produto social.

Mas, para a economia tal como a conhecemos hoje, o que importa é o movimento das quantidades econômicas. O movimento dessas quantidades deve ser calculado. Métodos estatísticos devem ajudar a antecipar os movimentos a fim de uma melhor administração dessas quantidades. A economia

presume uma objetividade econômica "externa ao Homem", analisa as preferências de valor do Homem econômico e estuda o mercado como um meio racional de distribuição econômica e tomada de decisão individual, que por meio do mecanismo de preço livre informa aos consumidores e produtores o grau de escassez em toda a economia, levando ao ajuste das preferências de valor pelos agentes econômicos. (Bonefeld, 2014, p. 23)

Por tomar, portanto, a aparência como essência, como a totalidade das relações, a economia é a ciência do mundo invertido. O mundo invertido é verdadeiro, mas “o verdadeiro é um momento do falso” (Debord, 1997, p. 11 apud Colombini Neto, p. 26, 2018). Investigar apenas esse mundo é naturalizá-lo e naturalizar essas quantidades. É tratar esse mundo e suas quantidades econômicas como dados a priori, anteriores ao ser social. Por isso, a crítica de Marx trata de entender o processo de inversão desse mundo, como se originam as formas autonomizadas - ou seja, os processos de autonomização.

Tendo apresentado uma interpretação acerca do ato de criticar em Marx, podemos sintetizar essa atividade como sendo uma crítica categorial da realidade social, que tem como ponto de partida o objeto da realidade propriamente dito e quer necessariamente questionar a inversão do mundo dominado por quantidades econômicas que aparecem como sujeitos autônomos. Em comum entre os autores que se seguem a partir dessa leitura está a rejeição às posições distributivistas do

movimento comunista de maneira geral. Nelas, o debate é reduzido a uma necessidade de melhorar a desigual distribuição da riqueza, enquanto a forma social da riqueza é tornada menos importante. Neste último item, fizemos Proudhon de representante dessa posição, muito embora seja uma posição ainda mais comum nos dias de hoje.

Dando continuidade à dissertação, à frente vamos fazer alguns comentários sobre os termos “desenvolvimento” e “progresso”, apresentando diferentes posições dentro do marxismo, mas que convergem na intenção de confrontar o mundo invertido.

1.3 Breves comentários sobre desenvolvimento e progresso segundo interpretações marxistas

Tanto o termo “progresso” quanto o termo “desenvolvimento” são certamente anteriores ao modo de produção capitalista (Nisbet, 1985). Contudo, a forma como se organiza esse modo de produção permite com que esses termos mobilizem a sociedade de modo mais hegemônico do que nunca, pelo fato de que, efetivamente, o progresso e o desenvolvimento existem. Ainda assim, apesar de existirem, isso não é suficiente, pois, enquanto categorias, não podem ser utilizadas no abstrato. Dizer que elas existem exige indicar o que é essa existência, ou seja, o que determina sua existência e, assim, significa também analisar de que progresso e desenvolvimento estamos falando.

No item 1.3.1, comentamos a interpretação de Bonente (2016), inspirada em Lukács (2018), e veremos que a categoria desenvolvimento assume um lugar central no seu entendimento do ser social em geral, proporcionando boas indicações para uma crítica das teorias do desenvolvimento do século XX.

No item 1.3.2, aproximamos o termo desenvolvimento do termo progresso e comentamos essa ideia a partir de outro referencial. Nesta parte, buscamos tratar esses termos como categorias, que tem existência real nas relações sociais existentes.

O progresso e o desenvolvimento, enquanto movimento efetivo da história numa direção teleologicamente posta de antemão, que apenas funciona como um desdobrar da Razão, de Deus ou de qualquer outra categoria que pré-existiria, não

tem fundamento. Não existe nem para a história humana, nem muito menos para o “ser em geral”. Contudo, ainda assim podemos dizer que há progresso e desenvolvimento. Se trata de entender em que sentido.

1.3.1 As categorias de desenvolvimento e progresso em Marx, segundo a interpretação lukácsiana.

O trabalho de Bonente (2016) teve como objetivo final apresentar criticamente as teorias do desenvolvimento surgidas depois da segunda guerra mundial, incluída a teoria cepalina. A autora criticou essas teorias com base em uma formulação do que é desenvolvimento em Marx, descrita na primeira parte do livro. Essa interpretação é de forte inspiração lukácsiana, em especial a partir das obras tardias de Lukács. É disto que deriva a primeira parte do trabalho de Bonente denominado “Por uma teoria ontológica do desenvolvimento”. É por conta da interpretação lukácsiana do debate sobre desenvolvimento que optamos por apresentá-lo brevemente, apenas na medida em que alimenta a discussão que fazemos nesse trabalho, nas linhas que se seguem.

Essa teoria significa a descoberta de leis gerais de desenvolvimento da sociedade, considerada em abstrato. Ao deixar de lado a sociedade concretamente determinada, a sociedade realmente existente, Lukács e Bonente, defendem a categoria do trabalho como aquela que diferencia o ser social (que, reforçando, é o ser social em geral) do ser orgânico e também do inorgânico. Através do trabalho que as propriedades dos objetos da natureza são postas em movimento, convertendo-se em coisas úteis. Esse processo de conversão em coisas úteis é um processo teleológico. Aqui entra o exemplo da abelha e do arquiteto dado n’O Capital: “o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera” (Marx, 2013 [1867], p. 255-6). Em outras palavras, quem trabalha efetua um processo em que põe concretamente algo que previamente idealizou. Esta noção se constitui como a base para a ontologia do ser social de Lukács. Evidentemente que sua formulação é bem mais extensa do que o que nos cabe aqui. A intenção é apenas apontar para o fato de que é, como descreveu Bonente (2016), uma teoria do

desenvolvimento das sociedades em geral, e para isto a categoria trabalho é muito importante.

Em Lukács, a historicidade é uma propriedade ontológica do ser social, ou seja, ela é uma característica que constitui necessariamente todo ser social. A historicidade é um elemento em comum entre o ser social e qualquer outra forma de ser - como o orgânico e inorgânico -, mas o que os diferencia é o fundamento dessa historicidade, que, no ser social, é a categoria já mencionada do trabalho. Essa determinação do ser como ser histórico aponta para uma direção na história. A primeira reação a essa afirmação que indica a existência de uma direção na historicidade pode ser de assombro. Poderia parecer a retomada de uma concepção determinista e teleológica para a história.

Contudo, Lukács afirma que apontar a existência de uma direção para a história não é o mesmo que apontar uma teleologia no ser social ou muito menos para formas inorgânicas de ser. Para isso, o autor se diferencia de Hegel e Aristóteles, autores que expandiram o campo de atuação da teleologia incorretamente. Para Lukács, o único complexo do ser social em que há teleologia é na práxis social, cujo modelo é o trabalho. O trabalho é realizado pelo indivíduo e é, resumidamente, determinado como o ato de mediação entre o ser social e a natureza através do pôr teleológico. Os diferentes tipos de práxis também envolvem pôres teleológicos, mas que são distintos dos pôres do trabalho, que se realizam na relação direta com a natureza. O trabalho é o modelo da práxis social e o fundamento do ser social. O conjunto de atos singulares que envolvem pôres teleológicos, no entanto, não cria, no processo global, uma direção antecipadamente intencionada. Essa direção dos processos globais constitui o modo tendencial de funcionamento, definido por Lukács como leis de tendência.

Diante dessas determinações gerais, Lukács se aproxima da sociedade capitalista e das suas leis de funcionamento. Mas é já nesta formulação geral que permite aos autores afirmarem que o desenvolvimento em Marx é a explicitação de leis de funcionamento do objeto em questão. Neste caso, a sociedade capitalista. Essas leis se explicitam na medida em que se amplia sua operação tanto em sentido intensivo quanto extensivo. Isso possibilita com que Bonente diferencie Marx da posição cepalina - posição que analisaremos mais adiante. Em Marx, o desenvolvimento é uma categoria objetiva, que independe de juízo de valor sobre o processo histórico - se consideramos bom ou ruim o ocorrido. Sendo assim, é

possível falar, segundo Lukács e Bonente, na existência objetiva de desenvolvimento no capitalismo.

Em poucas palavras, o procedimento crítico de Lukács, a que Bonente se filia, parece ser aquele que formula antes leis gerais do ser social, para depois enfrentar a especificidade da sociedade historicamente determinada, a saber, a sociedade fundada no modo de produção capitalista. Este é um debate bastante extenso, que foge do escopo do presente trabalho. Contudo, independente de como opera metodologicamente, Lukács e Bonente trazem interessantes reflexões no que diz respeito à determinação do conceito de desenvolvimento em Marx e, no caso de Bonente, explicitamente em contraste com as teorias do desenvolvimento surgidas após a segunda guerra. Além do mais, a interpretação lukácsiana mostra uma preocupação em se livrar da ideia de uma essência fixa do ser humano, uma estrutura humana rígida que determinaria por completo suas ações, deixando espaço para um pensamento humanista que concebe a práxis social e o papel da ação dos indivíduos. Resumidamente, é um pensamento que ao menos busca se separar de uma visão a respeito do progresso e do desenvolvimento como tendências inexoráveis da história humana, ao mesmo tempo que os concebe como realizações objetivas do modo de produção capitalista, tanto em relação às formas de organização social anteriores, quanto no seu interior. Em parte, Lukács buscava confrontar o stalinismo e a social-democracia alemã¹², que guardavam traços desse determinismo teórico.

Acreditamos que é essa interpretação da obra de Marx que permite a Colin Leys (1996) afirmar que uma teoria do desenvolvimento substantiva deveria recorrer ao legado teórico de Hegel e Marx. De fato, isso converge com a ideia de que a filosofia burguesa conheceu duas etapas principais. Uma primeira que vai dos renascentistas até Hegel e uma segunda que marca a decadência do pensamento burguês e o abandono da Razão dialética, dentre outras categorias deixadas de lado. A ruptura para a segunda fase ocorreria entre 1830 e 1848. O primeiro ano destaca a Revolução contra o Antigo Regime, que trouxe o rei burguês, Luís Filipe, ao trono, marcando o domínio político da burguesia. Já a Revolução de 1848 marcou o primeiro grande momento em que a burguesia se viu diante do proletariado crescente como defensora da ordem vigente (Coutinho, 1972).

¹² Sobre essas visões acerca de desenvolvimento e progresso (stalinista e social-democrata), não nos aprofundaremos aqui.

Mesmo Adorno, para quem o debate sobre progresso ocorre de uma forma um tanto distinta, concorda com essa afirmação:

Trivial, decerto, é menos a tão injuriada ideia oitocentista do progresso, apesar de Condorcet – em Rousseau a doutrina da perfectibilidade radical é associada à da corruptibilidade radical da natureza humana – do que a novecentista. Enquanto a classe burguesa se via oprimida, pelo menos quanto às formas políticas, ela se opunha à condição estacionária vigente com a palavra de ordem do progresso; disso seu pathos era o eco. Foi apenas quando a classe ocupou as posições de poder decisivas que o conceito progresso degenerou na ideologia da qual depois a vacuidade ideológica acusaria o século dezoito. O século dezenove atingiu o limite da sociedade burguesa; ela não podia realizar sua própria razão, seus próprios ideais de liberdade, de justiça e de imediatez humana sem que sua ordem fosse suprimida. Isso a obrigou a falsamente contabilizar as oportunidades perdidas como realizações. (ADORNO, 1992 [1969], p. 228)

Esta proximidade se explica pelo fato de que esta formulação é do próprio Marx quando se refere à economia política burguesa:

No ano de 1830, têm início a crise decisiva. Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo (...) O lugar da consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (MARX, 2013 [1867], p. 86)

Reivindicar, portanto, um conceito de progresso e de desenvolvimento não seria o mesmo que aderir às teorias do desenvolvimento do pós-guerra. Para esses autores, se trata de, ao contrário, ser capaz de se contrapor a um pensamento que reduz progresso e desenvolvimento ao que é útil e cômodo para o capital. Em outras palavras, se trata de denunciar teorias do desenvolvimento e do progresso que, embora frequentemente anunciem a defesa do desenvolvimento humano pleno e do progresso de suas capacidades, se reduzem a teorias do progresso técnico e da organização da expansão da acumulação capitalista.

Portanto, como vimos, esses autores atribuem à Hegel e Marx como os autores que efetivamente viam a história enquanto possibilidade de progresso, cada um à sua maneira particular. Novamente, é preciso esclarecer: não se trata de um destino posto de antemão, mas algo que, no estudo da história, só pode ser visto a posteriori. De forma diferente, ele é apreendido como resultado histórico em que “a anatomia do homem contém a chave para a anatomia do macaco” (MARX apud LEYS, 1996, p. 5), ou seja, que “a coruja de Minerva só levanta vôo no cair do crepúsculo” (HEGEL apud LEYS, 1996, p. 3).

Para esses autores (Lukács, (2018); Bonente (2016); Leys (1996)), o progresso e o desenvolvimento são portanto objetivos. E isso ocorre na medida em que, a título de exemplo, a fome natural se torna uma fome social. Por séculos, a fome foi um problema com o qual as diversas sociedades humanas conviveram, frequentemente advindo de causas naturais, como enchentes e secas, que afetavam as safras de alimentos. Pela primeira vez na história, no capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas tornou possível com que essa fome passasse a ser uma fome social. Há, ao menos, condições técnicas para eliminar a fome mundial, convertendo esse problema no modo como organizamos a produção material atual. Isto não significa dizer que o capitalismo era uma inevitabilidade histórica ou que a superação da fome social é igualmente inevitável. E nem que o capitalismo não possa chegar em um ponto no qual qualquer conquista histórica do passado se converta em pura decadência humana.

Conceber a teoria do desenvolvimento como tendo Hegel e Marx como seus fundamentos poderia parecer um equívoco à primeira vista. Leys (1996) reconhece que a teoria do desenvolvimento tal como conhecemos hoje, oriunda do pós-segunda guerra mundial, rompeu com qualquer tentativa de compreensão mais ampla e filosófica do mundo social. Ela se restringiu a, em termos gerais, pensar como as ex-colônias africanas e asiáticas e os países latino-americanos poderiam ser transformados em direção a sociedades mais produtivas do ponto de vista da economia capitalista. Por isso, numa análise mais acurada, vemos que a posição apresentada aqui é útil na medida em que contribui para a caracterização dessas teorias do desenvolvimento surgidas a partir do final da segunda guerra mundial.

Esse trabalho busca contribuir para o entendimento das razões pelas quais os intelectuais do desenvolvimento não buscaram em Marx e Hegel seus antecedentes teóricos. Antecipamos apenas que, a nosso ver, isso está ligado a interesses distintos com a teoria, que para os autores que Leys chama, pelo menos para pelo menos para Marx, como dissemos, está ligado ainda a uma tentativa de compreensão profunda da realidade social. No caso dos segundos, veremos que está conectada ao esforço de socialização capitalista do pós-segunda guerra, configurando-se como uma expressão teórica que tenta posicionar a América Latina diante do quadro internacional de crise mundial do valor.

No subitem seguinte, ainda continuaremos a investigar a questão do desenvolvimento e do progresso, desta vez investigando a consideração do progresso como aparência das relações sociais dessa sociedade, e não em geral.

1.3.2 O progresso e o desenvolvimento como aparências das relações sociais capitalistas

O interesse deste trabalho, como se sabe, aborda mais a questão do “desenvolvimento”, por consequência do uso disseminado da nomenclatura pelas teorias do desenvolvimento no pós-guerra - em particular, nos interessa, como pretendemos demonstrar nos próximos capítulos, o uso do termo feito pela Cepal. Contudo, esses são termos, desenvolvimento e progresso, que guardam íntima relação, conforme aponta Medeiros (2013): “a noção de *progresso* serve para descrever a passagem de um nível mais baixo de *desenvolvimento* para um nível mais alto – o aumento da complexidade de objetos estruturados” (MEDEIROS, 2013, p. 95, grifo nosso).

Assim, apontaremos brevemente uma possível interpretação, a partir de Marx, que concebe o progresso como categoria, ou seja, como uma ideia que não nasce do ar, mas da materialidade, o que significa dizer que as próprias relações sociais existem enquanto progresso, ao menos da sua determinação aparente.¹³

Marx descreve, em *O Capital*, no capítulo sobre “A transformação do dinheiro em capital”, a dinâmica que nos chama atenção. Nela, Marx explica que o dinheiro é a primeira forma de manifestação do capital. O capital não pode ser capital sem que se manifeste como dinheiro, mas apenas o dinheiro ainda não é capital. Este precisa passar por um processo de transformação em que ganha as determinações que efetivamente dão origem à forma-capital. Este processo é o ciclo D-M-D¹⁴, em que podemos ver o início do dinheiro. Neste início, o dinheiro já é capital, mas apenas se continuar no ciclo. “Ele liberta o dinheiro apenas com a ardilosa intenção de recapturá-lo. O dinheiro é, portanto, apenas adiantado” (MARX, 2013, p. 225). O

¹³ Infelizmente uma parte da crítica contemporânea tratou de ver Marx como um simples defensor dessas ideias de desenvolvimento e progresso nas suas piores acepções modernas (Sousa Santos, 1995). Um outro exemplo é Nisbet: “progresso inexorável, irreversível desdobrando-se em etapas rumo a uma idade do ouro na terra é muito evidente nas principais obras de Marx” (Nisbet, 1985, p. 265).

¹⁴ Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro.

dinheiro, no final, volta a seu ponto de partida. O fim, portanto, desse ciclo, é o valor, na sua forma específica de equivalente geral. Mas, como equivalente geral, nele está apagado qualquer e todo valor de uso - é assim que ele serve de suporte para a expressão do valor de troca de toda e qualquer mercadoria. Contudo, na fórmula D-M-D, o ciclo não tem sentido, uma vez que D e D são exatamente a mesma coisa. O dinheiro, por ser o que é, só se diferencia de dinheiro (D só se diferencia de D) em termos de quantidade. Por isso, esse ciclo, para se completar, precisa ser D-M-D'¹⁵. O dinheiro, nesta circulação, se transforma em capital, uma vez que se torna mais-dinheiro, ou seja, que o valor, expresso no dinheiro, se valoriza. O Capital é valor que se valoriza. Mas é mais que isso.

Esse processo que estamos descrevendo é diferente da circulação simples de mercadorias (M-D-M). Nesta última, o objetivo da troca está fora do processo e o conteúdo da troca é a variação de matérias: um possuidor de mercadorias a vende, a fim de comprar uma outra mercadoria. Essa outra mercadoria se diferencia da primeira por possuir outro valor de uso, pois se fosse a mesma não haveria sentido para a troca. O objetivo final consiste no consumo da mercadoria final, consumo este que ocorre fora do processo. Portanto, esta circulação só é novamente posta em movimento com uma nova mercadoria inserida no início do ciclo. Na circulação do dinheiro como capital, no entanto, não é isto que ocorre. O fim do processo não está situado fora dele, mas no seu interior. O mesmo dinheiro no final do ciclo pode ser repostado no início, recomeçando o ciclo de modo interminável: D-M-D'-D-M-D'-D-M-D'-D-...¹⁶. O dinheiro precisa assumir a forma da mercadoria para ser capital. Ele precisa, portanto, se negar para se afirmar como capital. Deixar de ser apenas dinheiro, para ser dinheiro que é capital.

Assim, Marx pode finalmente concluir que capital é valor que se autovaloriza. “Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor” (ibidem, p. 230). O sentido é dado pelo próprio valor. O valor passa sempre de uma forma à outra, a forma universal e a forma particular, sucessivamente, infinitamente, permitindo que ele se conserve e se expanda. Assim, “transforma-se no sujeito automático do processo” (MARX, 2013, p. 230). Ele é assim definido, como sujeito, não porque o capital age, pois quem age são os seres humanos. Ele é sujeito na medida em que o

¹⁵ $D' = D + d$, sendo d uma determinada quantidade de dinheiro tal que $D' > D$.

¹⁶ As reticências utilizadas aqui tem o intuito de mostrar a infinitude do processo, e não como Marx utiliza, para representar a saída do processo de circulação para o processo de produção.

valor se autovaloriza, ou seja, ele é autodeterminado e independente, uma vez que, como vimos, o sentido do processo não está em algo externo a ele mesmo. Essa independência que ele possui não elimina o fato de que, em última instância, são criações humanas. Mas essa independência é, ainda assim, real, se entendermos da maneira como descrevemos.

Sendo assim, se olharmos apenas para o processo de circulação, que obviamente não explica qual a origem do acréscimo de valor no processo, temos exatamente um movimento contínuo. Não há rupturas, trata-se o tempo todo da mesma substância, que cresce sua grandeza, num movimento, portanto, que não é apenas contínuo, mas necessariamente crescente. Sendo seu movimento independente de um objetivo externo a ele, ele aparece como independente de nós, um automovimento, constituindo, dessa maneira, o fetiche do capital. Essa linha de continuidade, crescimento, automovimento, unicidade é real no movimento do dinheiro como capital.

Além disso, essas características do movimento também são reais na medida em que o valor é a objetivação do trabalho socialmente necessário. Esse trabalho, como vimos no subcapítulo 1.2, é medido pelo tempo. Assim, nas relações sociais capitalistas, em que a forma-valor é constituída, os tempos são reduzidos a um único tempo: o tempo socialmente necessário, que subordina todos os tempos alternativos de produção da vida. E o relógio foi o objeto que materializou essa transformação. Foi

A circulação de pessoas e mercadorias em um número crescente exigia uma medida uniforme, destruindo a independência dos horários locais, que eram regulados e calculados com base no Sol. Em 1º de julho de 1913, às 10 horas da manhã, a Torre Eiffel enviou o primeiro sinal horário ao mundo. Os relógios podiam ser sincronizados, e os espaços cruzados podiam ser calculados em tempo. Agora, o tempo, assim como o dinheiro, precisava ser carregado no bolso. A difusão dos relógios de bolso no final do século XIX foi extraordinária. Com o relógio de bolso, a vida individual foi ajustada ao tempo das transações econômicas. (TOMBA, 2013, p. 136)

As horas de trabalho não eram mais reguladas pelo tempo fornecido pela observação da posição do sol. Quando ocorria desta forma, o momento de início do trabalho poderia, por exemplo, ser determinado pelo nascer do sol, que muda conforme a época do ano. Com o relógio, seja verão ou inverno, o que determina o horário de trabalho é o relógio. Isto nos indica a importância do tempo na nossa sociedade, cuja medida precisa ser a mais exata possível.

Essa centralidade do tempo no capitalismo já havia sido percebida por Marx ainda na década de 1840. Embora muitas categorias que estão presentes em *O Capital* ainda não estivessem desenvolvidas em *Miséria da Filosofia* (1847), ele foi capaz de chegar à seguinte afirmação:

Então, não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de outro homem; deve-se dizer, ao contrário, que um homem de uma hora vale tanto quanto outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é mais nada; quando muito, ele é a carcaça do tempo. Não se trata mais da qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada. (Marx, 2017 [1847], p. 61).

Em termos de *O Capital*, poderíamos tomar essa citação acima da seguinte maneira: os seres humanos são reduzidos a trabalhadores, e seus diferentes trabalhos, com resultados efetivamente distintos expressos nas qualidades variadas dos valores de uso, são reduzidos a uma quantidade de tempo que se objetiva como valor nas mercadorias. É apenas na sociedade em que reina o modo de produção capitalista, que a riqueza é medida pelo tempo de trabalho e o imperativo de produção pelo acúmulo deste tempo.

Em *O Capital*, Marx considera, no oitavo capítulo, a luta pela limitação da jornada de trabalho como uma luta pelo tempo. De um lado, os trabalhadores buscam limitar o tempo de exploração da sua mercadoria força de trabalho, enquanto de outro o capitalista tenta estendê-la o máximo possível. É uma luta entre temporalidades distintas: o tempo de trabalho e o tempo-livre. Para o capital, só existe o primeiro tempo.

Essa luta se converte em uma luta no interior do tempo de trabalho, que se faz através da disputa entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador. É isto que dá o caráter de indeterminação da jornada de trabalho, uma vez que, se seu máximo é limitado naturalmente e moralmente, o seu mínimo não pode ser o tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador, pois, se tratando de relações sociais de produção capitalistas, o tempo excedente precisa ser maior que zero. A sua determinação depende, por isso, da própria luta entre os trabalhadores, de um lado, e as personificações do capital, de outro.

Esse tempo de trabalho necessário para a reprodução do trabalhador não pode ser confundido com o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Enquanto a primeira categoria trata do tempo concretamente

necessário, o segundo se trata do tempo abstrato, que é objetivado no valor de uma mercadoria. Este último não pode ser determinado *ex ante*, ou seja, não é determinado pela quantidade efetiva de horas que um trabalhador despendeu. Assim, não é o tempo, registrado pelo relógio da fábrica, que ele efetivamente precisou¹⁷. Ao contrário, ele só pode ser determinado *ex post*, quando as mercadorias entram na circulação, uma vez que não somos capazes de conhecer a intensidade e a força produtiva do trabalho socialmente necessário de antemão, já que a própria força produtiva está sujeita à variação. Assim, aos diferentes tempos concretamente despendidos se impõe um único tempo, que homogeneiza e “uniciza” os vários tempos: este é o tempo socialmente necessário, que pode ser maior ou menor do que o tempo efetivamente despendido para a produção de determinado valor de uso ao qual a forma-mercadoria é atribuída.

Finalmente, retomamos uma passagem das primeiras páginas d'O Capital, onde, depois de explicar a categoria do tempo socialmente necessário, Marx dá um exemplo inglês:

Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca de metade do tempo de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo para a produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior” (MARX, 2013 [1867], p. 117).

Essa inovação tecnológica levou à ruína muitos artesãos, incapazes de fazer frente à produtividade social imposta na concorrência. O valor de suas mercadorias caiu brutalmente, sem o correspondente aumento na quantidade de valores de uso produzidos, já que a produtividade deles se manteve estável. Assim, a lei do valor se impõe como uma lei natural sobre os produtores, que precisam a todo momento lutar para aumentar sua produtividade e sua extração de mais-valor. A lei do valor, como uma lei do tempo, que unidimensionaliza e homogeneiza os tempos, é a imposição do tempo do capital sobre nós.

De volta, ao oitavo capítulo, e em conexão com o trecho acima citado, Marx fala que o prolongamento da jornada de trabalho foi primeiro satisfeito nas indústrias resultantes das primeiras criações do moderno modo de produção. Também foram

¹⁷ "O valor de troca e o mais-valor nem mesmo podem ser calculados dentro dos limites de uma única empresa, como se o mais-valor fosse determinado por um excesso de tempo de trabalho em comparação com o necessário para que o trabalhador produza seu próprio salário (...) Assim, o mais-valor não é uma quantidade que possa ser quantificada nas contas de uma única empresa. A crítica de Marx à última hora de Senior deriva desse fato." (TOMBA, 2013, p. 140-141).

nessas indústrias que surgiram as reações aos abusos cometidos pelas fábricas. Essas reações deram origem às leis fabris. Essas primeiras leis, por isso, pareciam como legislações de exceção, restritas a certas indústrias. Contudo, depois verificou-se que muitos ramos de produção e até mesmo manufaturas com métodos arcaicos “há muito já haviam caído sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica” (MARX, 2013 [1867], p. 370) e, por isso, declarou-se “arbitrariamente como fábrica toda e qualquer casa onde algum trabalho é executado”. Em outras palavras, os demais espaços de produção, com seus tempos próprios de produção, foram subsumidos ao tempo do capital, que impõe uma escolha: tornar-se igual ou arruinar-se.

Portanto, podemos constatar que o tempo socialmente necessário não é um tempo concreto, individual, que diz respeito ao tempo que cada produtor leva na produção da sua mercadoria. Ele se constitui como um processo de unidimensionalização dos tempos, que os iguala e os torna comparáveis entre si. Se a ideia moderna de progresso consiste na projeção linear do desenvolvimento da sociedade, vemos como esse processo se constroi materialmente, criando condições para se afirmar subjetivamente. Dessa linearização depende a própria vida das pessoas: as relações sociais, sob o modo de produção capitalista, são universalmente mediadas pela troca. Pressupondo as relações sociais existentes, resta às pessoas “pegar o bonde” do tempo - essa é a forma de sobreviver.

A característica da continuidade também pode ser vista no processo de circulação do capital, em especial no tratamento conferido à aceleração do tempo de rotação do capital. Há várias razões pelas quais o tempo de rotação - no qual o capital completa um ciclo e pode recomeçar um novo -- pode ser mais extenso que o tempo propriamente de valorização. Quando Marx, no Livro II, discorre sobre o tempo de curso ou circulação total do capital individual, ele nos diz que o tempo de produção é o tempo total que o capital permanece na forma de capital produtivo, e, portanto, está ausente da fase da circulação como mercadoria ou dinheiro. Nos descreve também que este tempo não é o mesmo que o tempo de trabalho. O primeiro, é frequentemente maior que o segundo. Assim, o tempo de produção engloba, além do tempo no qual os meios de produção funcionam como meios de produção, “as pausas, durante as quais se interrompe o processo de produção e, com ele, a função dos meios de produção nele incorporados” e “o tempo durante o

qual, embora já se encontrem disponíveis como condições do processo e, portanto, já representem o capital produtivo, eles ainda não estão incorporados no processo de produção” (MARX, 2014, p. 202).

Essas interrupções podem, inclusive, ser provocadas pela natureza do próprio processo de produção em questão, que interrompe o processo de trabalho. Por exemplo, no período em que o trigo precisa semear e o vinho fermentar, ou seja, quando o “objeto de trabalho fica exposto à ação de processos físicos independentes” (Ibidem). Contudo, durante o tempo em que ele está na forma de capital produtivo, mas está latente, sem atuar no processo de trabalho, o capital está inativo, e não cria valor - “ainda que sua inatividade seja uma condição para o fluxo ininterrupto do processo de produção” (ibidem).

Disso decorre que todo o tempo em que o capital produtivo está na sua forma latente constitui uma pausa no processo de valorização. É do interesse do capital, na sua fome vampíresca por mais-valor, que se encurtem todas as pausas, mesmo aquelas consideradas naturais, se assim for possível. É do seu interesse, ou melhor, da sua natureza, que não haja furos, poros no processo, que a linha (cíclica) de valorização preencha todos os espaços vazios, em direção a uma continuidade cada vez mais absoluta. Nas palavras do autor:

Qualquer que seja a razão pela qual o tempo de produção torne-se superior ao tempo de trabalho - seja porque os meios de produção constituam apenas capital produtivo latente, isto é, encontrem-se ainda numa fase preparatória do verdadeiro processo de produção, seja porque sua função se interrompa no interior desse processo devido às pausas ou, finalmente, porque o próprio processo de produção provoque interrupções no processo de trabalho - em nenhum desses casos os meios de produção atuam como absorvedores de trabalho. (ibidem, p. 203)

É por isso que Marx cita o exemplo da modernização da pecuária inglesa. Um dos pioneiros, Robert Bakewell (1725-1795), deu início ao cruzamento planejado de animais, criando novas raças e fazendo com que aquilo que era considerado um processo natural e, portanto, fixo, pudesse ser dobrado: “por meio de um tratamento modificado (...) uma ovelha de um ano já pode ser engordada e, em geral, já atingiu seu pleno desenvolvimento antes de completar dois anos” (Ibidem, p. 329)

Um exemplo desse esforço do capital é de Jonathan Crary (2016). Segundo o autor, no fim dos anos 1990 um consórcio espacial russo-europeu previa lançar satélites no espaço a fim de refletir a luz do Sol na Terra. De acordo com o plano, esses refletores gerariam uma iluminação cem vezes maior do que a da Lua e poderiam cobrir um território de 25 quilômetros quadrados por satélite. O objetivo

era permitir a atividade industrial ao ar livre, dia e noite, em locais distantes do globo. Ainda que o projeto não tenha avançado, não foi necessário sua realização para percebermos como a iluminação elétrica possibilitou justamente o trabalho noturno¹⁸ e um processo de produção e valorização cada vez mais ininterruptos. Os aparelhos digitais individuais com acesso à internet redobram essa aposta no fluxo contínuo de valorização.

Marx também se debruça sobre a duração da compra (de mercadorias como capital produtivo) e da venda (da mercadoria valorizada). O tempo em que a mercadoria é deslocada de seu local de produção para seu local de venda faz parte do ciclo do capital, na medida em que é apenas com a sua realização que o capital pode ser reembolsado para um novo reinício¹⁹. Portanto, o alargamento do tempo de venda é um alargamento no tempo que o capital demora para completar uma rotação. Há ainda o tempo em que, depois de alcançado o mercado onde será vendida, ela esperará em depósitos ou estoques para serem efetivamente vendidas, quando não são feitas sob encomenda. Todos esses tempos atrasam a possibilidade de voltar a criar mais-valor²⁰.

Por isso, “o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte abrevia o período de migração das mercadorias em termos absolutos” (Ibidem, p. 344). E quanto maior o tempo entre a produção e a realização da mercadoria, mais sujeito a variações no preço está o capital - sem contar possíveis desvalorizações. Depois de comprada, o tempo para o reembolso ainda pode se prolongar, por exemplo, em função da distância do mercado e também do prazo de pagamento pelas mercadorias compradas.

De forma bastante resumida, conforme eventualmente ocorra um alargamento do tempo de venda, e, portanto, um aumento do tempo de rotação do capital, o processo de produção poderia ter que ser contraído. Para que ele “continuasse na mesma escala, o capital adiantado teria que ser aumentado” e “esse capital adicional só pode ser obtido no mercado monetário” (MARX, 2014, p.

¹⁸ O trabalho noturno é tema da investigação de Marx quando trata da sede capitalista por expandir a jornada de trabalho, em detrimento dos trabalhadores.

¹⁹ Marx desconsidera aqui a questão do crédito que, para efeitos que nos interessam, não alteram a explicação.

²⁰ Na verdade, o capital se esforça para não para de se valorizar em nenhum período, inclusive naquele em que o capital está na forma de mercadoria valorizada a ser vendida: “não só de que uma parte do capital necessário num negócio percorre constantemente, de modo alternado, as três formas de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria, mas que diferentes porções desse capital assumem constantemente e *ao mesmo tempo* essas formas” (MARX, 2014, p. 351, grifo nosso)

380). Assim, este último pode igualmente funcionar como uma forma de manter o caráter perene do processo de valorização.

Muitas nuances ficaram de fora dessa síntese de aspectos do tempo de rotação do capital que poderiam ser melhor explorados para complementar este argumento. No entanto, acreditamos que, com esses parágrafos, expusemos de modo suficiente o caráter necessariamente e esforçadamente contínuo do movimento do capital. A isto se somam as demais características já apresentadas anteriormente que fazem do progresso o modo como realmente a realidade invertida se comporta.

Todas as principais características do que Adorno chama de progresso na sua acepção moderna²¹, que resulta, do ponto de vista teórico, da secularização do progresso agostiniano, estão presentes, efetivamente, no próprio movimento do capital. O capital se mostrou, conforme analisamos através de Marx, um processo social que, para existir, precisa permanentemente ascender. Ao mesmo tempo, que a sua existência é, como chama Adorno, o princípio da identidade, que a tudo homogeneiza. Em outras palavras, é um processo não só ascendente como unilinear. E, por fim, é também um processo que busca a todo momento se acelerar para que possa ser o mais contínuo possível, sem interrupções. Poderíamos também acrescentar uma análise sobre o efeito disso sobre o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, sobre a exigência da competição intercapitalista por um progresso técnico contínuo. Mas o fato é que, ainda que possamos chamar isso de progresso, ele é o progresso do mundo invertido - para tomar a acepção que já utilizamos antes. Não pode haver dúvidas de que, citando Adorno, o progresso verdadeiro é desencantador. Em outras palavras, que o encanto do mundo invertido precisa cessar, pois “o progresso se dá no ponto em que termina” (Adorno, [1969] 1992, p. 225).

A ideia de progresso é descrita por Walter Benjamin (1892-1940) nas suas Teses sobre o conceito de história²² como um vendaval que nos arrasta para frente, enquanto estamos de costa para o futuro e olhamos o monte de ruínas que se amontoa diante de nós. Neste item, vamos mostrar que esse vendaval efetivamente existe e nos arrasta, nos obrigando a obedecer o seu movimento. Este vendaval é o

²¹ Segundo ele, mais a novecentista de Condorcet do que a oitocentista de Rousseau, conforme a citação no item 1.3.1

²² <https://www.marxists.org/portugues/benjamin/1940/mes/90.htm> Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

movimento do capital, descrito por Marx como um sujeito autônomo, que para ser o que é precisa permanentemente se avolumar. Ele só é possível porque uma das determinações do capital é o valor, cuja substância é o tempo de trabalho socialmente necessário, que exerce um poder de homogeneização dos tempos do mundo. Assim, a aparência de progresso na sociedade é real e objetiva, ainda que não seja independente de nós, tal como seria o caso de uma história humana que é apenas o desdobramento de categorias que se realizam no mundo.

Entretanto, essa explicação sobre a aparência efetiva de progresso da sociedade capitalista não é suficiente para explicar a razão particular do surgimento das teorias do desenvolvimento na segunda metade do século XX e em particular da teoria cepalina. Estas têm uma determinação particular decisiva do momento histórico pelo qual passava a sociedade capitalista naquele contexto. Vejamos no capítulo seguinte.

1.4 Considerações Finais:

A ideia de crítica em Marx não é fortuita, tal como esperamos ter demonstrado. Ela se constrói como uma crítica da economia política como um todo, que parte das relações sociais realmente existentes, a fim de descobrir por que essas relações assumem determinadas formas sociais. Assim, a crítica de Marx parece apresentar um potencial bastante relevante ainda nos tempos atuais, ao menos na medida em que é distinto da forma mais comum de pensar a sociedade.

A crítica de Marx à Proudhon, que apresentamos no subcapítulo 1.2, chama atenção para a conexão que o primeiro apresenta entre a categoria mercadoria, troca e dinheiro no capitalismo. Com isso, ele ironiza Proudhon atribuindo a ele uma dialética “disjuntiva”, ou seja, na qual um dos lados - bom - pode ser escolhido, enquanto o outro - mau - é descartado. Isso poderia ser alargado para outras teorias que veem o capitalismo dessa maneira: ele fez muita coisa ruim, mas também fez muita coisa boa. Então, que se eliminem os inconvenientes e fiquemos com as partes boas. Se o mercado, espontaneamente, não é capaz de desenvolver de maneira adequada uma economia nacional, de construir “justiça social”, que se regule a concorrência, mas jamais a elimine. Trata-se de que se eliminem os lados maus das categorias econômicas, a fim de que se conservem essas mesmas

categorias. Contudo, não estamos ainda habilitados a atribuir esse proudhonismo a nenhuma teoria em particular. O único comentário que estamos aptos a fazer é de que a crítica consequente, para Marx, não pode ser uma crítica da forma com que se distribui o dinheiro - e o progresso técnico - no mundo em nome de uma outra maneira de distribuí-los. Ela precisa ser uma crítica das relações sociais de produção.

Acredita-se com esse subcapítulo 1.2 ter conformado a base teórica através da qual é possível iniciar uma crítica à Cepal. O subcapítulo 1.3 apresentou comentários para uma abordagem marxista dos termos de desenvolvimento e progresso, a fim de se compreender em que termos os marxistas poderiam vir a defender a realização do desenvolvimento e do progresso. Esse foi também o método que adotamos para tratar da categoria progresso no item final do subcapítulo 1.3 ao mostrar como ele existe nas relações objetivas do mundo invertido do capital. Não se trata, portanto, apenas de confirmar ou negar a existência dessas categorias, mas mostrar o modo pelo qual eles ganham realidade. Esse item também é um pontapé para compreender os limites do termo “progresso” para a Cepal, em geral associado a “progresso técnico”. Mas isso já é adiantar a discussão.

Assim sendo, vamos adentrar adiante no contexto histórico de surgimento da CEPAL a fim de perceber como o sentido de crítica para essa instituição se constitui a partir das condições sociais específicas do mundo naquelas décadas anteriores ao pós-segunda guerra.

2. O CONTEXTO GLOBAL DO SURGIMENTO DA CRÍTICA CEPALINA

2.1 Introdução

No capítulo anterior, realizamos considerações metodológicas a respeito do termo crítica em Marx e dos comentários a respeito dos termos desenvolvimento e progresso que sugerem histórias anteriores ao período após a Segunda Guerra Mundial para tais ideias. No presente capítulo, dissertaremos sobre o contexto histórico específico que dá origem à CEPAL enquanto posição teórica sobre o tema do desenvolvimento, a saber, as décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial

A argumentação se desenvolve em um esforço de narrar fatos articulando-os a uma concepção mais ampla do sentido geral das transformações que ocorreram nas décadas anteriores ao surgimento da nossa comissão regional latino-americana. Por isso, partimos, no subcapítulo 2.2, da crise de acumulação que se desenvolve em uma crise interimperialista cujo auge se dará na Primeira Guerra Mundial. A instabilidade dessa ordem social, posta em xeque no grande conflito bélico, será a marca da década seguinte. A crise de 1929 faz aquilo que permanecia frágil, ruir. Assim, o esgarçamento da ordem social vigente culmina em uma nova grande guerra.

O subcapítulo 2.3 busca argumentar como o período imediatamente após a Segunda Guerra foi marcado pela tentativa de construir uma organização internacional que fosse bem sucedida em expressar uma nova ordem em reestabelecimento e também pela força dos setores comunistas em muitos países, inclusive pela presença soviética enquanto força expressiva na política.

O subcapítulo 2.4 busca mostrar como a realidade da época apresentava aos Estados Unidos uma necessidade de estimular a expansão da indústria capitalista e da produção de valor e mais-valor, diante do quadro retratado nos itens anteriores que inclui dificuldades para a acumulação de capital global e conflitos entre capital e trabalho - também expressos na forma do conflito entre o mundo capitalista e os governos e partidos socialistas²³. Os Estados Unidos são tomados como uma figura

²³ Essa identidade entre trabalho e governos e países socialistas não é de forma nenhuma absoluta, podendo inclusive ser o contrário um do outro.

importante por conta de seu papel econômico no mundo, ainda que também o seu império estivesse subordinado à lei do valor. E é isso que tentaremos apresentar.

O subcapítulo 2.5 apresenta de forma breve algumas considerações a respeito da crise dos impérios e das lutas por independência, autonomia ou autodeterminação, que tomaram forma em vários países nas décadas que estamos considerando nessa contextualização. Consideramos esse panorama importante uma vez que neste trabalho estamos considerando uma região chamada frequentemente de “periferia”, “subdesenvolvida” e, portanto, subordinada. Se a América Latina já era uma região, em sua maioria, independente desde o século XIX, seu lugar de subordinação entre os Estados-nações na economia internacional confere certa semelhança a ela e os demais territórios sob controle dos principais impérios mundiais. Por fim, no subcapítulo 2.6, fazemos um esforço de trazer essa contextualização para a América Latina.

2.2 A crise da velha ordem, a relação capital-trabalho e as estratégias de reestabilização da ordem global

É muito comum começar a debater a CEPAL a partir do período do pós-guerra, afinal, foi quando ela efetivamente foi criada. Além disso, é também o período em que a maioria dos acadêmicos consideram que efetivamente se consolida uma nova ordem global, com hegemonia dos Estados Unidos. No entanto, consideramos importante fazer uma breve digressão sobre as décadas anteriores à criação da Cepal, para melhor entendimento do período do pós-guerras. Em outras palavras, trata-se de entender a realidade do pós-guerra não como uma fotografia, mas como um objeto em movimento. É compreendendo as tendências do movimento da história ao qual esse período esteve inserido, que podemos captar de forma mais significativa suas determinações.

O pós-guerras representou uma nova conformação econômica e política a nível mundial que estava sendo gestada desde a crise anterior, iniciada pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial. A guerra interimperialista (1914-1918) foi o auge de uma concorrência pela produção e apropriação de valor no mercado mundial, que se traduziu também na disputa por territórios (Clarke, 1978). Alguns autores argumentam que o acirramento dessa competição também é resultado do

fortalecimento da posição do trabalho na relação entre este e o capital, que impôs certos limites à exploração (Holloway, 1995). Fato é que este período abriu uma crise na economia mundial que apenas se solucionou através da consolidação de uma nova ordem global com hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerras.

Um dos principais autores que utilizamos aqui neste subcapítulo é Holloway (1995), para quem as categorias econômicas entram como relações sociais constituídas por processos sociais de luta entre capital e trabalho. Assim é que Holloway aborda a crise do entreguerras. Segundo o autor, desde o início do século, o capital sentia a presença de duas pedras no sapato que impediam o seu prosseguir harmonioso. Uma delas é expressa pela organização crescente do movimento operário, com o crescimento dos sindicatos e dos partidos social-democratas, e que tem grande impulso com a Revolução Soviética de 1917²⁴, “o símbolo do descontentamento da época”. A força do trabalho também residia na resistência dos trabalhadores à sua maior exploração pelo capital, seja através das greves, seja através da luta cotidiana pelo controle do processo de trabalho. A segunda pedra no sapato do capital está ligada à dificuldade crescente em aumentar a produção de mais-valor ao ponto de compensar o aumento no custo dos investimentos. A resposta imperialista tentava superar essas dificuldades, mas também escalava a competição interimperialista a níveis bélicos nunca antes vistos (Holloway, 1995; Clarke, 1978).

Para Tooze (2015) é o ano de 1916 que marca o fim da velha ordem global. Foi quando a guerra na fronteira ocidental havia chegado num impasse entre a Entente, cujas principais nações eram o Império Britânico, o Império Russo, o Japonês e o Francês, e as Potências Centrais, formadas em especial pelo Reich Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Otomano. Os franceses, surpreendidos com um ataque alemão sobre a cidade de Verdun, em fevereiro daquele ano, estavam sofrendo com uma perda gigantesca de mais de 70% do seu exército. O apoio britânico veio com uma grande ofensiva terrestre em Soma, mais ao norte da

²⁴ Enquanto Holloway (1995) atribui um papel fundamental à Revolução Soviética como o “símbolo do descontentamento”, expressão da força do trabalho na relação com o capital, Tooze (2015) entende a ameaça bolchevique muito mais como uma ameaça fantasma do que uma realidade, uma vez que a fraqueza do governo de Lênin após a guerra era evidente: “O comunismo estava ao longo dos anos 1920 lutando na defensiva” (2015, p. 21), contrastando com o poderio militar dos soviéticos na década de 40, inclusive após a segunda guerra. Ainda assim, mesmo com o novo governo enfraquecido, a Revolução Russa pode ser vista como um “símbolo” do aumento da força do trabalho na sua relação com o capital, expressa num descontentamento, conforme argumenta Holloway.

França. O resultado foi uma das maiores batalhas da história das guerras, extremamente equilibrada. Do outro lado, em junho do mesmo ano, a fronteira oriental também se encontrava num impasse, depois do contra-ataque alemão aos russos, que avançavam sobre os Habsburgos. Naquele momento, a única força ausente da guerra que seria, sem dúvidas, capaz de desequilibrar a relação de forças eram os Estados Unidos. De certa maneira, é a guerra que marca o dilúvio da velha ordem global e começa-se a construir uma nova ordem. É quando o Império Britânico começa a desmoronar enquanto poder hegemônico mundial, dando lugar aos Estados Unidos (TOOZE, 2015).

De início, a entrada dos Estados Unidos na guerra se deu sem o aval do Presidente da República à época. Woodrow Wilson acreditava que a guerra no outro lado do mundo era uma oportunidade posta raramente na história de que os EUA pudessem assumir a posição privilegiada de árbitro numa nova ordem global. Para isso, estar fora da guerra era fundamental. No entanto, a economia estadunidense se pôs com o corpo inteiro dentro da disputa (TOOZE, 2015).

Entre 1915 e 1916 a indústria estadunidense viveu um período de grande crescimento impulsionado pelas demandas dos esforços de guerra da Entente. Mais de 90% do petróleo (*oil*) usado pelos britânicos durante todos os anos da guerra vieram dos Estados Unidos, chegando a impressionantes 97% (ver Tabela 1 abaixo).

Tabela 1: O que o dólar comprou: a participação de materiais vitais de guerra comprados pelo Reino Unido no exterior, 1914-1918 (%)

	Cápsulas de munição	Motores aeronáuticos	Grãos	Petróleo
1914	0	28	65	91
1915	49	42	67	92
1916	55	26	67	94
1917	33	29	62	95
1918	22	30	45	97

Fonte: Adam Tooze (2015, p. 39, tradução e elaboração própria).

Além disso, o Tesouro Britânico realizou uma operação de compra forçada de títulos estadunidenses e latino-americanos nas mãos de investidores privados. Com esses ativos de primeira-classe, o governo britânico conseguiu garantir bilhões de dólares de empréstimo de *Wall Street* - ao mesmo tempo que criou uma dificuldade para realizar esse pagamento no após guerra de hiperinflação,

uma vez que as dívidas tinham sido contraídas em moeda estrangeira. O banco americano J. P. Morgan, com fortes vínculos com a *City* de Londres, injetou “no curso da ofensiva gigantesca no Soma no verão de 1916, (...) nada menos que 45 por cento do gasto de guerra britânico naqueles meses cruciais” (TOOZE, 2015, p. 38). O sistema financeiro estadunidense estava efetivamente financiando a guerra.

Dessa forma, se tornava cada vez mais difícil, ao menos do ponto de vista econômico, que os EUA continuassem ausentes da guerra. A vitória da Entente passava a significar cada vez mais a garantia de uma estabilidade econômica aos investidores estadunidenses. De um lado, gerou uma dependência muito grande, nunca antes vista, dos países da Entente - acima posto sob o exemplo da Grã-Bretanha - em relação aos EUA. Do outro, como dito, também significava uma mobilização da economia estadunidense para a guerra, de cuja vitória *Wall Street* passou a depender (TOOZE, 2015).

Os Estados Unidos terminam por entrar na guerra depois de muita resistência do presidente, que desafiava os Republicanos. Essa oposição por parte de Wilson, significava uma outra estratégia, não menos nacionalista, já que também almejava a ascensão estadunidense como grande potência. A diferença era realizar isso por fora da guerra. Era através de uma tática internacionalista que ele pretendia garantir o poder da nação considerada por ele mesmo como predestinada por Deus a organizar o mundo. Embora frustrado com a entrada na guerra, Wilson tentou ainda construir os acordos de paz, de tal forma que as principais nações do mundo conformassem uma associação. O objetivo era deixar para trás o período das rivalidades interimperialistas que marcou o século XIX e o início do século XX. A tentativa era coligar a ascensão do poder estadunidense com uma nova ordem mundial em que essa ascensão se desse através de uma arbitragem que caminharía para uma cooperação internacional entre os países. Wilson tentava pacificar rivalidades cuja causa era um processo que atuava pelas suas costas, a saber, a dinâmica de acumulação.

Apesar de seus esforços, Wilson passa por nova frustração, diante da derrota no Congresso dos EUA, que não aprova a entrada do país na Liga das Nações²⁵. Para os congressistas, isto representaria uma ameaça à soberania

²⁵ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com o objetivo expresso de garantir a paz mundial, evitando futuros conflitos. A proposta já estava contida nos 14 Pontos do Presidente estadunidense Woodrow Wilson e foi

nacional do país. Mesmo assim, os esforços, durante a década, para minimizar as insatisfações com os resultados da guerra, tanto do lado vitorioso quanto do lado derrotado, permaneceram sendo durante toda a década de 1920 uma espécie de equilíbrio precário cuja fraqueza se tornou insustentável na década seguinte.

É preciso pontuar o papel dos EUA na crise do entreguerras. É muito comum na historiografia econômica atribuir parte da crise ao fato de que os Estados Unidos não assumiram a plena responsabilidade pela organização da economia mundial naquele período. O fracasso em aprovar no Congresso americano a entrada dos EUA na Liga das Nações é um exemplo utilizado dessa irresponsabilidade.

Block (1977) diz que depois da Primeira Guerra, os britânicos não tinham mais como desempenhar o mesmo papel que exerceram até a guerra. Até então, a economia da Grã-Bretanha era extremamente dependente da boa saúde da economia mundial, ao mesmo tempo que esta última dependia da liderança britânica. O governo britânico tinha um coeficiente de importação relativamente alto e exercia o papel de fornecer libras esterlinas para outros países, prezando pela expansão do mercado global.

O espaço aberto gerou a expectativa de que os EUA assumissem essa posição. Contudo, após a guerra, os EUA não estavam preparados para subordinar interesses domésticos econômicos à saúde da economia mundial. Enquanto a Grã-Bretanha era inteiramente dependente da economia mundial, os EUA não eram, tendo uma economia relativamente fechada, muito menos dependente das importações e exportações comerciais que os britânicos. Assim, parte importante da explicação de Block (1977) do porquê os Estados Unidos não assumiram todas as responsabilidades pela liderança da economia global se dá pelo grau de independência da economia estadunidense, o que fazia com que ela, ainda que tivesse o poder para liderar, não fosse forçada a tal.²⁶ Panitch e Gindin (2013) explicam a omissão dos EUA pela ausência de capacidades gerenciais do país, que só são plenamente desenvolvidas no após-guerras. É preciso entrar na conta também o fato de que a própria opinião pública dos Estados Unidos era muito

aprovada pelo Tratado de Versalhes (1919) mas foi posteriormente reprovada pelo próprio Congresso americano.

²⁶ O tema do coeficiente de importações estadunidenses, que se manterão baixos após a Segunda Guerra Mundial, vai ser posteriormente questionado pela CEPAL.

contrária à anulação das dívidas de guerra dos países europeus²⁷. Assim, também a “opinião pública” punha os Estados Unidos de fora de uma liderança da economia mundial. Para além de uma incapacidade gerencial estatal, portanto, é preciso levar em consideração a posição da sociedade estadunidense, que se expressava através de um balanço de forças entre isolacionistas e internacionalistas. A diferença básica entre ambos era a opinião a respeito do papel que os Estados Unidos deveriam exercer na economia internacional. A posição isolacionista levou por exemplo a uma dificuldade em construir uma política comercial que expandisse o mercado mundial, pois o protecionismo interno impedia o uso das tarifas alfandegárias como moeda de troca²⁸.

Como vimos, Tooze (2015) explicita o envolvimento do capital bancário dos Estados Unidos na guerra, o que pode parecer incoerente com o parágrafo anterior. Embora seja verdade que os Estados Unidos não assumiram toda a responsabilidade pela liderança da economia mundial, é igualmente verdade que sua economia, em especial através das grandes firmas e banqueiros de *Wall Street*, exerceu um papel crescente na economia internacional no período graças ao porte adquirido por elas nas décadas anteriores. Esses grupos influenciavam ambos os partidos estadunidenses, tanto os Democratas quanto os Republicanos, e desejavam tomar dos britânicos o papel de império internacional. Entretanto, o grosso da economia estadunidense era constituída por pequenos e médios fazendeiros e empresários, cuja organização conseguia exercer certo lobby protecionista no Congresso. Além disso, tanto a opinião pública quanto a esquerda e o trabalho organizado nos sindicatos eram contrários às políticas internacionalistas (Block, 1977).

Holloway (1995) vai mais além da oposição entre internacionalistas e isolacionistas existente no interior da sociedade estadunidense, afirmando que surgiu nos países mais desenvolvidos, desde o fim da primeira guerra, uma ala “progressista” que defendia que a antiga ordem mundial apresentava grandes dificuldades para dominar e explorar o trabalho. Começaram a surgir vozes do lado do capital clamando por reformas e por uma nova ordem social. Havia, portanto,

²⁷ Essas dívidas foram um fator importante para a Grande Depressão dos anos 30 (Kindleberg, 1986; Block, 1977) - dívidas dos aliados com os EUA e dos aliados com os derrotados na guerra.

²⁸ Usar as tarifas alfandegárias como moeda de troca significa por exemplo negociações bilaterais em que as duas partes aceitem reduzir tarifas sobre importação de produtos oriundos da outra parte, assim aumentando o volume do comércio internacional entre os países.

duas respostas estratégicas ao novo poder relativo do trabalho, simbolizado pela Revolução de 1917, pelos crescentes movimentos operários em todo o mundo e pela dificuldade em aumentar a exploração capitalista.

De um lado, os conservadores da ordem anterior defendiam uma intervenção militar e um isolamento diplomático dos soviéticos, a retirada do Estado de todo setor assumido durante a guerra e a exclusão dos sindicatos cooptados durante a guerra²⁹ da construção de políticas estatais. Essa foi a posição hegemônica ainda na década de 1920. Contudo, já cresciam os progressistas, que buscavam formas novas de lidar com a relação entre capital e trabalho, posto que identificavam o fracasso da ordem anterior em lidar com a crise da época. Keynes era um representante deste “grupo”, uma opinião no interior dos interesses capitalistas. Sua diferença consistia no reconhecimento da necessidade de identificar a nova situação: “A ideia do partido do mundo antigo (...) pertence aos dias de cinquenta ou cem anos atrás, quando os sindicatos eram impotentes”. Agora, que os sindicatos não eram mais impotentes, eles deveriam “encontrar novas políticas e novos instrumentos para adaptar e controlar o funcionamento das forças econômicas.” (Keynes *apud* Holloway, 1995, p. 13). A estratégia era, como se pode ver, de reconhecer o poder da classe trabalhadora e redefini-la, integrando-a como força para o desenvolvimento do capitalismo.

Com relação ao controle do dinheiro, as posições hegemônicas seguiram a ortodoxia financeira de reconstrução do padrão-ouro, embora tenham surgido propostas que fariam o Estado incorrer em déficits orçamentários a fim de manipular a demanda. A restauração do padrão-ouro significava a subordinação da moeda nacional ao movimento internacional do dinheiro, reforçando o papel limitado do Estado. Essa disciplina financeira colidiria com a pressão popular que posteriormente levaria os governos, nos anos 1930, a abandonarem a antiga ordem monetária internacional.

Enquanto Holloway (1995) considera, como acabamos de ver, a restauração do padrão-ouro como subordinação da moeda nacional ao movimento internacional do dinheiro, Tooze (2015) descreve essa restauração como sinônimo de cooperação internacional. Segundo ele, os esforços dos países para se manterem no

²⁹ Essa cooptação veio a se tornar uma forma importante pela qual a forma liberal do Estado serviu de canalização das insatisfações sociais, proporcionando soluções fáceis para demandas econômicas.

padrão-ouro³⁰ significavam muito mais que uma visão conservadora do mundo que pressupõe corte de gastos sociais: “O padrão ouro estava vinculado a visões de cooperação internacional que iam além de discussões técnicas entre chefes dos bancos centrais” (TOOZE, 2015, p. 488). As duas posições, a de Holloway (1995) e a de Tooze (2015), são conciliáveis se compreendemos que é o dinheiro, como expressão do valor, que exerce o vínculo social no mundo em que vivemos. Assim, a subordinação da moeda nacional ao movimento internacional do dinheiro se realizou sob a forma da cooperação internacional para sustentar o padrão-ouro.

Com o fim da década de 1920, a Grande Depressão levou a uma forte pressão sobre as economias nacionais através de políticas de austeridade a fim de garantir a continuidade da cooperação internacional. Assim, a cooperação internacional foi, ironicamente, associada às políticas de corte de salários, de desemprego e redução de gastos sociais. Dessa forma, a cooperação internacional passou a ser indesejada: ela se dava em detrimento das populações de diversos países. Além disso, a política de padrão-ouro também contribuía para freiar os desejos militaristas de alguns setores nacionais. Quando os efeitos da grande depressão forçaram os governantes a abrirem mão do padrão-ouro, a militarização ganhou espaço e o esfacelamento da ordem mundial foi se tornando evidente. O que se tentara reerguer na década anterior já não tinha mais pé.

Segundo Block (1977), uma economia mais aberta faz com que os mecanismos de ajuste de déficits no balanço de pagamentos sejam mais dolorosos. Estes mecanismos são a redução no nível de atividade econômica como meio de gerar deflação, e a desvalorização da taxa de câmbio. Seus efeitos são a queda salarial e o desemprego da população doméstica. Em outras palavras, os mecanismos proporcionados por uma economia aberta tendem a intensificar os conflitos de classe. O sistema econômico internacional daquele período entreguerras tentava resgatar o conjunto de regras do padrão-ouro, ou seja, organizar a economia global de modo a não ser nem totalmente aberta, mas nem que ela se fechasse, reduzindo assim o comércio internacional e a mobilidade de

³⁰ Todas os grandes países viveram debaixo das regras do padrão-ouro, arranjo econômico internacional, que vigorou de 1875 a 1914 e que permitiu grande estabilidade monetária. Duas características fundamentais desse arranjo eram o acordo de livre-trânsito do ouro e a convertibilidade fixa do ouro com as moedas nacionais, que possibilitava um mecanismo automático de reajuste das economias. (Block, 1977)

capitais. Para isso, era necessária a garantia de ajuda e crédito internacional oriundos dos países mais fortes. As crises nas ordens econômicas estão também, de modo muito geral, ligados a momentos em que esses arranjos não mais refletem o peso dos interesses dos diferentes países e os objetivos nacionais estabelecidos por eles. Esses problemas podem levar ao fechamento das economias, estabelecendo controle de câmbio, restrição de importações e de capitais, a inconvertibilidade da moeda, dentre outras medidas. (Block, 1977).

Já mencionamos a Grande Depressão iniciada em 1929, que esgarçou as relações do padrão monetário internacional da velha ordem. Também essa crise pode ser vista a partir de uma perspectiva do conflito entre capital e trabalho. Ela significou um abalo muito forte no velho padrão de relações entre as duas grandes forças em disputa. Por conta disso, a pressão por mudanças ganhou força novamente.

Esta crise foi resultado de uma superacumulação de capital em relação ao limite do mercado. O capital se aproximou desse limite durante toda a década de 1920, graças a uma rápida expansão na indústria de bens duráveis, mas o limite era empurrado para frente constantemente devido à expansão do crédito, que adiava a queda na lucratividade. Como diz Holloway (1995, p. 17), o dinheiro e o crédito são formas da relação de capital, e “o poder do trabalho é refratado através (...) [dessas] formas”. Assim, o recurso ao crédito deve ser visto como uma saída momentânea para o entrave estabelecido pelo trabalho na sua exploração. É esse recurso ao crédito que nos permite entender o vínculo entre a Revolução Russa de 1917 como “símbolo” e a crise de 1929. A expansão de lucro do capital é obstruída pelas novas posições estabelecidas do trabalho, e o crédito entra como tentativa de solucionar o problema, mas que apenas o empurra para a frente, criando um mercado especulativo no seu redor (Holloway, 1995).

Os efeitos da Grande Depressão acentuaram os problemas domésticos, inflamando os conflitos sociais. Razões como as dívidas da Primeira Guerra Mundial e a grande taxa de desemprego, facilitaram o crescimento do nacionalismo. Como dito, o nacionalismo também cresceu pelo fato de que as regras de cooperação internacional estavam em choque com a vida nacional da população. Junto disso, acentuou-se o militarismo, facilitado pelo fim do padrão-ouro, que permitiu uma política fiscal expansionista, e pelo compromisso com o pagamento das dívidas de

guerra. Em 1936, até foi tentado um acordo entre França, Inglaterra e Estados Unidos - ao qual depois se incorporaram Suíça, Bélgica e Países Baixos. O Acordo Monetário Tripartite foi uma tentativa de coordenar diariamente as ações a fim de alcançar uma estabilização nacional e internacional. Porém, tensões crescentes e a divisão do mundo em dois grupos onde era difícil encontrar pontes para negociar acordos de estabilização, já que não havia ordem econômica possível que satisfizesse ambos grupos (Block, 1977, p. 25-29), tornaram essa cooperação difícil. Estes são apenas alguns elementos do quadro mais amplo que levou a uma nova grande guerra.

Assim, no período pós-segunda guerra, estava presente o horror de uma geração que produziu duas guerras mundiais, com um grau histórico de sofrimento humano e uma rivalidade inter-nações que mostrou um poder de destruição inimaginável no século XIX. No imaginário das principais potências dos Aliados, estava a imagem do Wilsonianismo. O fracasso em engajar os EUA na Liga das Nações, e com isso criar uma robusta cooperação internacional, teria contribuído com a guerra, na medida em que os arranjos internacionais disponíveis naquele período não foram capazes de solucionar os problemas econômicos dos países. O interesse dos Estados-nacionais parecia em conflito com o movimento internacional do dinheiro. Esse imaginário foi um elemento que contribuiu para o surgimento de uma nova instituição mundial que garantisse a paz entre as nações do mundo.

Foi durante a segunda guerra - conflito que expressava e escancarava o fracasso da Liga - os “três grandes” (EUA, Reino Unido e URSS) começaram a esboçar o desejo de fundar uma nova organização de cooperação internacional cujo objetivo central seria a garantia de uma ordem econômica e política global. Em 1940, Arthur Sweetser, que foi secretário geral da Liga nos seus primeiros anos, conseguiu recursos para mover uma parte dos funcionários da Liga para os Estados Unidos, em especial os economistas e estatísticos da organização. A Fundação Rockefeller pagou os custos das mudanças e Princeton sediou as atividades do grupo. Essa proximidade com os Estados Unidos era estratégica, a fim de garantir com que Roosevelt tivesse mais sucesso perante a opinião pública e o Congresso Americano no compromisso com a paz. (Mazower, 2012, p. 191-213).

Este era o princípio da criação de uma nova organização multilateral de cooperação internacional após a guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU).

O termo Nações Unidas (*United Nations*) surgiu antes dele se tornar uma organização de tempos de paz. Ele surgiu como a denominação de uma aliança no período da guerra. Era o termo utilizado pelo bloco que lutava contra o Eixo. Em 1943, quando a Itália anunciou sua rendição, eles se referiam aos vitoriosos como “as forças armadas das Nações Unidas” (Mazower, 2012, p. 198).

Em 1943, a primeira conferência das Nações Unidas foi organizada sobre o tema da demanda por alimentos, resultando na criação de um órgão que depois seria conhecido, na ONU, como FAO (*Food and Agriculture Organization*). Iniciar os trabalhos da futura organização internacional com um tema humanitário era a forma que Roosevelt considerava mais palatável. Primeiro ganhar a opinião pública para depois debater temas mais espinhosos, como as regras da economia internacional, tal como controle de capitais, câmbio etc. No outono daquele ano, duas resoluções congressuais que garantiam a criação de um órgão internacional depois da guerra foram votadas e passaram com ampla maioria nos EUA (Mazower, 2012).

No ano seguinte, em Julho de 1944, delegados de 44 países membros das Nações Unidas estiveram presentes numa Conferência Financeira e Monetária, na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos. Essa reunião ficou conhecida por estabelecer as regras e instituições que regulariam a atividade monetária internacional pelas décadas seguintes até a crise dos anos 70. Além disso, foi anunciada a criação de um Fundo Monetário Internacional e de um Banco de Reconstrução (depois conhecido como Banco Mundial), além de concordarem em criar uma Organização Internacional de Comércio. Como diz Mazower (2012), “tudo isso representou uma intervenção coordenada para lidar com o capitalismo internacional bem além de qualquer coisa que a Liga jamais tentou” (Mazower, 2012, p. 201).

Foi também decidido que se criaria uma organização permanente de segurança internacional. Isto estava conforme um dos princípios das Nações Unidas, que era a garantia de controle sobre as grandes potências. Em relação à Liga das Nações, dessa vez se tratava de um controle muito mais pesado. Ameaças como o envolvimento de nações em revoluções, guerras civis ou disputas de fronteira seriam tratadas com embargo comercial ou outros tipos de medidas de isolamento do país. Além disso, no que diz respeito à agressão promovida por grandes nações, a resposta seria via formas de retaliação direta como a própria

invasão (Ibidem, p. 204). A questão da segurança era, na verdade, a principal razão de ser da organização, que foi criada justamente com a intenção de garantir um acordo que dispusesse de contenção sobre a ação individual das grandes potências, a fim de evitar futuros conflitos.

Em *Dumbarton Oaks*³¹, as conversas giravam em torno de quatro temas principais. O primeiro deles era em que medida a organização também trataria de temas para além da segurança. O Conselho Econômico e Social era uma proposta dos Estados Unidos que até então tinha a objeção dos soviéticos. O esforço americano era para a criação de uma espécie de *New Deal* global.

O segundo ponto era relativo às forças reais de que disporia a nova organização. Os soviéticos chegaram a propor uma força aérea internacional, enquanto os estadunidenses propuseram que cada nação se comprometesse em termos gerais com o fornecimento de forças quando fossem necessárias. Mas todos os três países (os *Big Three*, que incluía a Grã-Bretanha) entendiam que as Nações Unidas deveriam contar com uma força militar.

O intuito de trazer os diferentes autores para debater o tema da crise da velha ordem global serviu para enriquecer a visão sobre o período, sem em nenhum momento deixar dúvidas sobre o caráter diluviano do período. Se alguns autores chamaram mais atenção para o papel dos Estados nacionais e sua relação com o padrão monetário internacional (PANITCH e GINDIN, 2013; BLOCK, 1977), outros chamaram mais atenção para a dinâmica de acumulação (TOOZE, 2015). Em particular, alguns consideram que essa dinâmica de acumulação precisa ser compreendida a partir da relação entre capital e trabalho (Holloway, 1995). A riqueza da análise, portanto, consistiu em tratar a ordem global como sendo simultaneamente expressa como um padrão monetário, uma relação de poder entre os Estados e, por fim, também como uma relação de classes. Agora, podemos continuar o debate sobre o período pós-segunda guerra mundial.

2.3 O pós-guerra, a construção de uma nova ordem mundial e a ameaça comunista

³¹ Propriedade localizada em Georgetown, Washington D.C. Nela, ocorreu o evento que ficou conhecido como a Conferência de *Dumbarton Oaks*, realizada entre 21 de agosto e 7 de outubro de 1944, foi um marco fundamental no processo de criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

O período do pós segunda guerra conformou politicamente a divisão do mundo em dois pólos. A Guerra Fria marcaria o debate doméstico e internacional durante as décadas seguintes. A existência desses dois pólos punha em questão a hegemonia absoluta do capitalismo, que passava a ser menos naturalizado, apesar de todos os limites dos principais governos socialistas existentes. A guerra fria nasceu na mesma época que as teorias do desenvolvimento. Foi em 1949, na doutrina Truman, que um projeto de ajuda estrangeira teve como objetivo a modernização de países “subdesenvolvidos”. Tanto os EUA quanto a URSS desenvolveram programas de desenvolvimento com o objetivo de disputar a aproximação dos países. Essa disputa por influências foi sintetizada por Hans Singer, um importante funcionário da ONU:

Durante a Guerra Fria, cada um dos dois lados escolheu os países que consideravam inclinados ao seu bloco, ou muito importantes para eles, e direcionou ajuda e outros tipos de apoio a esse grupo ... [a ideia era lutar] a Guerra Fria por meio do apoio aos países em desenvolvimento e da compra de seus votos na ONU (Singer, 2007, p. 15 *apud* Bracarense, 2012, p. 379).

Assim, consideramos, junto com Bracarense (2012), que também a teoria econômica da Cepal foi influenciada pelo contexto de Guerra Fria. Um aspecto disso se apresentou nos primeiros anos da sua criação. Neles, os Estados Unidos se mostraram contrários à existência da Cepal e a União Soviética buscou uma cadeira de membro na Comissão. Esse momento do surgimento da instituição discutiremos mais atentamente no início do terceiro capítulo. Queremos apenas afirmar aqui que, apesar do seu projeto inicial de ser um mediador neutro de conflitos entre as nações, a ONU acabava incorporando disputas da Guerra Fria.

A Cepal foi criada no período do pós-guerra, em 1948. Por isso, sua caracterização passa por entender o período do imediato pós-guerra. Neste período, a América Latina sofreu uma relativa perda de importância para as relações com os EUA. A atenção da maior potência ocidental do mundo se concentrou na Europa e na Ásia (DOSMAN, 2011, p. 249). Apesar do fim da guerra, a situação política e econômica do continente europeu não deu trégua.

Só a guerra travada no velho continente ocasionou mais de 36 milhões de mortes. Julgamentos em massa, execuções, expurgos, etc. foram práticas levadas a cabo em diversos países, como no caso dos colaboracionistas franceses e italianos. No leste europeu, num único dia, uma Corte extraordinária do povo tcheco criada para julgar os casos relativos à guerra sentenciou vinte mil pessoas. Na Hungria,

milhares seriam deportados para as prisões na União Soviética. O fim da guerra não levou automaticamente a uma situação harmônica (STEIL, 2018 p. 16).

A Grécia já demonstrava sinais de guerra civil desde 1944, com forte presença dos comunistas gregos. Dean Acheson, que à época era assistente do secretário de Estado do presidente Franklin Delano Roosevelt (FDR), escreveu sobre a situação europeia quando estava na Grécia em 1944. Ele alertava para o potencial do continente em se tornar um novo banho de sangue, caso a Europa não fosse rapidamente reabilitada: “as pessoas dos países libertados (...) são o material mais inflamável do mundo” (STEIL, 2018, p. 18). Falhar em pô-los de volta a trabalhar significava uma agitação gigantesca podendo levar a deposição de governos.

A preocupação também existia com o Irã e a Turquia, países que faziam fronteira com a União Soviética. Em 1946, o anúncio da não-retirada das tropas soviéticas do território iraniano após o fim da guerra, levou ao primeiro apelo ao Conselho de Segurança da recém criada Organização das Nações Unidas (ONU). Já a Turquia era estratégica devido ao seu Estreito de Bósforo, que possibilitava o transporte marítimo entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo. O controle dessa passagem e uma eventual ameaça de fechamento teriam uma importância semelhante ao Canal do Panamá para os Estados Unidos.

Os discursos de Truman, de 12 de março de 1947, e de Marshall, em 5 de junho de 1947 são marcos importantes na política externa americana e demonstram com clareza as preocupações estadunidenses no período³². No primeiro, o presidente começa dizendo ao “Sr. Presidente, sr. orador, membros do Congresso dos Estados Unidos” (Steil, 2018, p. 433) que a situação é grave e envolve a política externa e a segurança nacional do país.

Os Estados Unidos, segundo Truman, receberam um apelo dos governos grego e turco para uma urgente ajuda financeira e econômica. Pelo caráter de urgência e pelo tipo de assistência requerido, Truman considerou que seu país, mais que as Nações Unidas, seria o único país capaz de fornecer tal ajuda. Como dito mais acima, Truman expressou a preocupação com a situação grega em particular

³² O Departamento de Estado de FDR através de Henry Morgenthau fora contra a reconstrução industrial da Alemanha, entendida como uma ameaça contínua para a paz na Europa, na administração Truman essa posição já havia mudado. Duas razões importantes estavam ligadas a capacidade do país de conter o avanço soviético na Europa e para conter uma possível adesão ao comunismo na Alemanha, diante de condições de vida difíceis.

por conta de “uma minoria militante, [que] explorando a necessidade humana e a miséria, foi capaz de criar o caos político” (Ibidem, p. 434). Essa “minoria” era responsável por “atividades terroristas de muitos milhares de homens armados, liderados por comunistas” (idem). Truman admite, de forma envergonhada, as “medidas extremas” do governo grego, que logo após a derrota do Eixo, iniciou uma perseguição e assassinato de membros da Frente Nacional de Libertação, ligada ao Partido Comunista Grego, o que desembocou numa guerra civil. Contudo, contorna os “excessos” afirmando que é apesar deles que os estadunidenses devem fornecer auxílio. A Grécia era uma nação europeia estratégica na luta contra os governos socialistas na Europa daquele momento. A derrota do governo grego significaria sérios riscos para os interesses estadunidenses na Turquia, assim como em outras partes do Oriente Médio.

Truman não se debruça tanto sobre a Turquia quanto faz com a Grécia, mas se preocupa em anunciar o princípio que ficou conhecido como Doutrina Truman, no qual o governo dos Estados Unidos anunciou que existiam apenas dois modos de vida, o da democracia representativa, da liberdade de expressão, do desejo da maioria etc, e o modo de vida totalitário, da minoria, imprensa controlada, terror e opressão. O dever dos Estados Unidos deveria ser o de garantir assistência aos “povos livres para trabalharem no seu próprio destino à sua própria maneira” (Ibidem, p. 437). Esses povos livres, no entanto, na época do discurso, diziam respeito principalmente aos países europeus e vizinhos da Europa, dado o contexto turbulento da região frente à ameaça comunista. Em outras palavras, a América Latina não estava no centro desse discurso.

Aliviar a fome e o sofrimento eram um compromisso expresso em um dos relatórios da administração Truman, mas apenas “onde essa ação é consistente com os interesses dos EUA” (Ibidem, p. 86). Esses interesses estadunidenses eram denunciados pela URSS. Segundo ela, os programas e políticas de então seriam insuficientes para manter uma taxa de importação europeia dos produtos estadunidenses nos anos seguintes, podendo levar a uma depressão econômica doméstica. A ameaça de uma crise pós-guerra nos Estados Unidos seria, então, uma razão por detrás do altruísmo da democracia, da autodeterminação e da liberdade.

Ainda que esse discurso tenha sido um marco para a Doutrina Truman, o governo ainda não tinha delineado de maneira concreta uma proposta ampla de assistência econômica e financeira à Europa como um todo - neste discurso, a solicitação era concretamente para a Grécia e a Turquia. O Plano Marshall ainda não era uma realidade, embora tal discurso tivesse firmado os primeiros passos para sua realização.

A União Soviética saíra vitoriosa da guerra, apesar de muito destruída. Era, comparado aos demais países, o mais poderoso da Europa. Em muitos lugares, os partidos comunistas estavam em alta. Entre 1945 e 1946, na Itália, os comunistas receberam dezenove por cento dos votos; na Finlândia, vinte e quatro; na França, vinte e seis e, com os socialistas, somavam quarenta e sete (STEIL, 2018, p. 19-20).

A situação na Alemanha era ainda mais crítica. Homens do governo estadunidense consideravam que o país estava “à beira de um colapso econômico, social e político completo (...) sem paralelos na história a menos que alguém retorne ao colapso do Império Romano” (STEIL, 2018, p. 18). O inverno de 1946-1947 na Europa foi extremamente drástico, se somando à situação de destruição econômica da guerra. Na Alemanha, nas paredes do *Reichstag*, se lia “abençoados são os mortos, porque as mãos deles não congelam”. No entanto, mesmo diante de tal situação calamitosa, se alguns estadistas enfatizavam principalmente a necessidade de fornecer uma ajuda econômica e financeira massiva à Alemanha, reestruturando-a como a “oficina da Europa”, outros membros do governo estadunidense, assim como países europeus vitoriosos na segunda guerra, eram convictos da necessidade de impedir uma reconstrução alemã, a fim de assegurar a paz mundial.

A conferência na cidade alemã de Potsdam, no final da segunda guerra, reuniu os principais países do bloco Aliado, a saber, os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética. Um dos objetivos principais, além de, por exemplo, reverter as anexações alemãs, era debater o que fazer com a Alemanha no imediato pós-guerra. Os países presentes decidiram pela divisão do território alemão em zonas de ocupação - o que reafirmava os acordos em outra conferência no mesmo ano, na região da Crimeia -, portanto desmembrando o Estado alemão. À França, que não fora convidada, também foi designada uma zona de ocupação. A Alemanha, assim como sua capital Berlim, passou a ser dividida em quatro zonas.

O protocolo de Potsdam pôs, em teoria, um acordo para que os países ocupantes tratassem a Alemanha como uma unidade econômica. Para isso, o Conselho de Controle dos Aliados (*Allied Control Council - ACC*), ficaria responsável por estabelecer um programa de políticas econômicas comuns, com uma distribuição equivalente de mercadorias essenciais entre as zonas (Steil, 2018, p. 63). No entanto, a União Soviética, assim como a França, as mais atingidas pelo poder bélico alemão, reivindicavam as reparações de guerra via desmantelamento do parque industrial alemão e via produção corrente. A ideia dos soviéticos era reconstruir a sua economia e sua infraestrutura através das reparações de guerra, em particular via transferência de meios de produção e de parte da produção corrente alemã para o território soviético. Os alemães, ainda que derrotados, saíram da guerra ainda com oitenta por cento da capacidade industrial do país intacta e com um estoque de máquinas-ferramenta maior que no começo, com um terço dos equipamentos industriais com menos de cinco anos de depreciação (Steil, 2018, p. 81-82). Além disso, para os soviéticos, invadidos pelos Alemães nas duas grandes guerras e pela França nas guerras napoleônicas, uma Alemanha fortalecida se tornava uma nova ameaça de invasão. Os franceses também temiam novas invasões, depois de três, ocorridas em apenas setenta anos. Estes últimos ainda demandavam um controle internacional da rica região industrial do Ruhr.

Contudo, essa política de reparações conflitava com a necessidade de importação de itens básicos da economia. A capacidade para importar da Alemanha já estava em níveis reduzidos por conta da dificuldade de manter o equilíbrio na balança de pagamentos. Os americanos defendiam que as reparações deveriam vir depois da restauração econômica da Alemanha, enquanto os soviéticos e franceses exigiam de imediato. A necessidade de ajuda para os alemães era urgente e dessa recuperação também dependia toda a Europa, com exceção do leste.

Um plano de enfrentamento aos soviéticos via a assistência econômica e financeira para a Europa como uma maneira menos onerosa ao tesouro estadunidense de combate do que a preparação e o engajamento militar³³. Gastos militares desmesurados eram percebidos por membros do governo como uma ameaça para um déficit orçamentário permanente e inflação (Ibidem, p. 90-91). Os esforços de reconstrução realizados até então careciam de uma coordenação entre

³³ “O Secretário do Exército, Royall, insistiu que precisaria de um aumento de 20% no orçamento militar caso o Congresso rejeitasse um plano de ajuda à Europa.” (Ibidem, p. 92)

os países ocidentais e de se pensar a recuperação não a nível nacional, mas em uma esfera continental. Era preciso um Plano Marshall, mas também outros planos.

2.4 Arar o terreno antes de plantar: reerguer o sistema mundial de mercadorias

Segundo Panitch e Gindim (2013), com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA emergiram como a grande potência mundial, que se mostrou capaz de organizar e dirigir a ordem econômica global do mundo capitalista durante mais ou menos trinta anos. A responsabilidade dos EUA seria a de garantir “a próxima paz”, o que se traduzia em organizar as economias do mundo para um retorno ao sistema de livre mercado em todos os países do mundo. Contudo, diante das condições econômicas com que, em especial os países europeus e o Japão, se encontravam ao final da guerra, tal sistema não podia ser plenamente exercido de imediato. Era necessário reerguê-lo e, para tal, a criação de acordos e instituições encabeçados pelos EUA foram fundamentais nesse período subsequente à guerra. Em especial, no que diz respeito à Europa, o Plano Marshall foi importante para a reconstrução industrial. Junto a ele, o acordo de Bretton Woods buscou um reequilíbrio do sistema monetário internacional. Além destes, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tiveram papéis importantes enquanto organismos multilaterais de ajuda financeira.

No que diz respeito ao Terceiro Mundo, os EUA davam também devida atenção. Esta não se encerrava apenas na defesa dos interesses estadunidenses. O que parece ter ocorrido, segundo Panitch, é que os EUA, no período da segunda guerra, assumem de maneira crescente o papel de principal império e dirigente do capitalismo no mundo. Assim, o sentido de muitas de suas ações dizia respeito a uma responsabilidade que ele precisou assumir: a consideração pela saúde do sistema econômico global.

Desde a relação com o Oriente Médio, que passava pela garantia de preços baixos para as economias europeias muito mais do que para os próprios EUA, até a relação com a América Latina. De acordo com Panitch, a CIA em seus documentos sobre sua atuação no Brasil no imediato pós-guerra dizia que “os EUA assumiram, fora do seu próprio interesse, responsabilidade pelo bem-estar do sistema capitalista

mundial” (Haines, p. ix, 1989 *apud* Panitch, 2013, p. 104). Já em 1939, Panitch conta sobre a Associação Nacional de Planejamento (NPA) dos EUA. Ela defendia que os investimentos na América Latina fossem feitos menos em atividades primárias e mais no desenvolvimento industrial.

Os Estados Unidos tiveram um papel importante em patrocinar a substituição de importações no Terceiro Mundo. Eles esperavam que a Industrialização por Substituição de Importação (ISI) fosse uma política temporária até a retomada do equilíbrio e do crescimento econômico desestabilizados no imediato pós-guerra³⁴. Contudo, mesmo após a reestabilização das economias, eles continuaram a patrocinar a substituição de importações durante os anos 1950. Maxfield e Nolt (1990) colocam a posição dos Estados Unidos como uma resultante dos vetores de interesses internos do capital estadunidense. Um desses vetores representava os grandes negócios com perfil internacionalista com capacidade de investimento direto internacional e de fazer lobby em outros países. Em outro vetor, estavam empresas menores, cuja relação internacional era limitada às exportações, e que portanto eram prejudicadas com políticas protecionistas. Nesse sentido, esses autores propõem um argumento alternativo a respeito da adoção da ISI no Terceiro Mundo, diferente das posições mais conhecidas - ligadas à situação do Terceiro Mundo no sistema internacional de trocas e a fatores internos a esses países.

Segundo eles, essa política não foi simplesmente uma concessão aos nacionalistas do Terceiro Mundo, pois ela incluiu o impulsionamento da política de substituição mesmo em países em que ela não tinha forte apelo, como nas Filipinas. Era, portanto, também do interesse estadunidense a promoção dessa política. Acreditava-se que a ISI poderia, apesar do protecionismo, ajudar a revigorar o comércio internacional, uma vez que, ao aumentar a renda no Terceiro Mundo, elevaria a demanda por bens de capital estadunidenses. A demanda de guerra havia incentivado o aumento substancial da capacidade produtiva dos EUA. Evitar uma crise depois da guerra dependia de encontrar um destino para esse excesso de

³⁴ Maxfield e Nolt (1990) argumentam que essa era a concepção da ISI do Conselho de Relações Exteriores (CFR), formado por membros de agências estatais e de instituições privadas, representantes inclusive de grandes empresas interessadas no investimento direto estrangeiro. Segundo esses autores, essa concepção era similar à teoria de Rosenstein-Rodan (1943) do *Big Push* (Grande Impulso), que consistia em um grande e planejado investimento em alguns setores da economia dos países chamados de subdesenvolvidos a fim de romper a barreira ao desenvolvimento. Isto, depois que superados os obstáculos estruturais iniciais, deveria ser substituído por uma economia mais aberta em que se perseguiriam as vantagens comparativas de cada país no mercado internacional.

capacidade. Mas também havia um argumento “político-ideológico” conforme trabalhado no subcapítulo 2.3: a Guerra Fria também tornava a industrialização capitalista e o aumento do bem-estar dos países do Terceiro Mundo uma necessidade para que esses países se aproximassem do bloco capitalista.

Muito se discutiu, principalmente nos anos 1970 e 1980, sobre como foi a atuação da política econômica externa dos Estados Unidos no pós-guerra. Alguns trataram como uma política de livre-comércio com exceções protecionistas, tese conhecida como excepcionalismo, chamando atenção, por exemplo, para o poder hegemônico dos EUA como determinante do interesse no livre-comércio e na própria capacidade de criar essa liberdade no comércio internacional. As exceções poderiam ficar a cargo de limites nessa capacidade do seu poder hegemônico ou em concessões aos nacionalistas do Terceiro Mundo em troca da unidade do bloco capitalista.

Por outro lado, existem autores que consideram que houve uma mescla maior entre liberalismo e protecionismo, o que impediria de chamar as políticas protecionistas de meras exceções. Além disso, há também autores que preferem enxergar a raiz da política econômica externa dos EUA na política doméstica, ao invés de na posição do país no mundo. Estes autores buscam as divisões de interesse entre setores da economia americana.

Maxfield e Nolt (1990) são parte destes últimos autores, que pensam nessa divisão não apenas a partir de interesses na política tarifária mas também na estratégia industrial global. Independente da posição que se assuma nesse debate, nos interessa a posição desses autores pela capacidade de mostrar o interesse ativo dos Estados Unidos, principal país da acumulação de capital no mundo naquele período, na política de ISI.

Quanto às razões para tais interesses derivarem ou não da direção do vetor resultante do conflito de interesses entre setores domésticos - embora esses interesses existissem efetivamente - só faz sentido-em-última-instância se reconhecermos o Estado nacional como o locus da acumulação. A nosso ver, mesmo esses interesses, ligados a uma estratégia industrial global, precisam ser enquadrados num cenário mais amplo de retomada da acumulação à nível global com uma nova relação entre capital e trabalho.

Há também um histórico de organizações estadunidenses envolvidas no planejamento de políticas de ISI externamente. Entre elas, podemos citar o Comitê de Desenvolvimento Econômico (CED), o Conselho de Relações Exteriores (CFR), o Conselho Nacional de Comércio Exterior (NFTC) e a Associação Nacional de Planejamento (NPA).

Nessas organizações, havia uma forte presença de representantes das grandes empresas manufatureiras e financeiras, quase sem representação, por exemplo do setor de mineração - ou seja, marcadas pela posição vinculada a ISI.

Já durante a segunda guerra, o CFR fez um primeiro planejamento da industrialização do pós-guerra, que envolveu a colaboração entre agências estatais e organizações privadas. Nesse Conselho, reconhecia-se que “se a economia mundial deve funcionar em alta velocidade (...) terá que haver uma mudança considerável no padrão de produção do mundo, à medida que as indústrias primárias diminuem em importância relativa” (CFR, 1940, p. 45 *apud* MAXFIELD e NOLT, 1990, p. 55).

A IDA (Autoridade de Desenvolvimento Internacional) ajudaria a redirecionar investimento de capital para novos canais em países do Terceiro Mundo a fim de reequilibrar o sistema internacional, possibilitando a continuidade da acumulação capitalista. O NFTC, em estudo em 1943, chamou atenção para a grande demanda que se produzirá com o desenvolvimento latino-americano, mostrando que a expansão industrial da região é de interesse para todo o mundo.

A NPA também defendeu o investimento na indústria ao invés de na produção primária do subcontinente, junto com a proposição de que o capital para tal empreendimento viesse do estrangeiro, o que reflete uma análise similar a que adotará a CEPAL sob o argumento de que a escassez de capital e a baixa capacidade de poupança interna se configuram como um desafio à industrialização.

O Comitê Executivo de Política Externa Econômica (ECEFP) do governo, criado em 1944, reconhecia que, em especial para a indústria pesada dos EUA, precisavam encontrar mercado para equipamentos excedentes e fundos de capital acumulados que de outra maneira seriam investidos em ramos menos lucrativos. Em especial o excesso de bens de capital não podiam ser solucionados pelo aumento do mercado consumidor estadunidense, o que exigia a industrialização estrangeira. Nisso, o Plano Marshall tinha um papel ainda mais importante, mas não

único (MAXFIELD e NOLT, 1990). Para a ECEFP, a América Latina seria um sócio interessante nesta solução.

Truman anunciou um plano para o desenvolvimento do Terceiro Mundo em 1949, depois desse objetivo ter sido deixado momentaneamente de lado no imediato pós-guerra em benefício do plano de recuperação europeia. Esse era o último ponto de um programa de quatro eixos principais apresentado num discurso que demarcava uma nova direção para a política externa americana que seria seguida nas décadas seguintes. O fundamental desse ponto não é nem a quantidade de recursos mobilizados, mas “um esforço para especificar objetivos de planejamento” (MAXFIELD e NOLT, 1990, p. 58).

Esse plano reconhecia as dificuldades externas dos países do Terceiro Mundo, como a escassez de dólares e o desequilíbrio no balanço de pagamentos, e compreendia a necessidade da adoção de políticas de controle das importações e do câmbio.³⁵ O plano incluía missões de assistência técnica para desenvolver um plano de desenvolvimento em vários países, dentre eles alguns latino-americanos como o Brasil, a Bolívia, Paraguai, Chile e Equador.

Ao longo dos anos 1950, a contribuição estadunidense para o ISI do Terceiro Mundo cresceria bastante até atingir seu pico nos anos 1960. Esa contribuição seria menos em forma de receber as exportações e mais na forma de ajuda e dívida (MAXFIELD e NOLT, 1990).

O ponto dessas questões é apenas mostrar a consistência com que a ISI interessou aos Estados Unidos, não constituindo em si mesmo uma resistência nacionalista. Mais do que um projeto consciente de setores estadunidenses, defendemos aqui que se tratou de uma necessidade do sistema produtor de valor na recuperação da saúde do seu processo de acumulação e valorização internacional.

A tabela 2 abaixo nos fornece uma evolução do crescimento dos investimentos diretos estadunidenses em empresas manufatureiras. Os números da

³⁵ Esse plano, segundo Maxfield e Nolt (1990), só foi adotado depois que a resistência dos protecionistas estadunidenses alterou o plano dos internacionalistas. Estes últimos queriam, a princípio, que o desenvolvimento da região através do ISI fosse temporário, migrando depois para um desenvolvimento liderado pelas exportações, assim mais próximo de um livre-comércio. Contudo, isso exigiria que os Estados Unidos estivessem dispostos a aumentar seu coeficiente de importações. Diante da resistência, os internacionalistas teriam voltado a impulsionar o desenvolvimento via ISI. Essa análise, embora válida, considera portanto a razão na vitória de um grupo de pessoas sobre outro, sem tanta ênfase nas condições materiais da produção de valor que fizeram com que a posição vencedora ocorresse.

América Latina crescem, como o de todas as regiões. e fica à frente da Ásia em todo período analisado.

Tabela 2 - Investimentos diretos em empresas manufatureiras no exterior, 1950, 1957 e 1961-64, por indústria (em milhões de dólares com valores não deflacionados)

Região e ano	Total de manufaturas	Alimentos	Papel e relacionados	Químicos e relacionados	Produtos de borracha	Primários e metais fabricados	Maquinário (exceto elétrico)	Maquinário elétrico	Equipamento de transporte	Outros
Todas as áreas, total										
1950	3831	483	378	512	182	385	420	387	485	599
1957	8009	723	722	1378	401	941	927	731	1204	983
1961	11997	1018	923	2059	531	1373	1463	1004	2240	1386
1962	13250	1105	967	2260	583	1495	1626	1106	2560	1548
1963	14937	1234	1055	2605	625	1664	1809	1196	2946	1803
1964	16861	1393	1126	3068	674	1830	2027	1316	3351	2076
Canadá										
1950	1897	227	368	198	59	249	204	141	160	292
1957	3924	320	626	647	133	671	327	330	398	471
1961	5076	422	775	848	162	847	402	406	593	621
1962	5312	435	817	857	159	882	455	436	613	658
1963	5761	467	880	936	173	939	508	467	681	710
1964	6191	519	917	1012	176	986	549	501	758	773
América Latina ¹										
1950	781	158	5	205	60	23	13	79	83	155
1957	1280	201	39	334	133	60	52	136	134	190
1961	1707	237	50	438	149	96	83	189	248	217
1962	1944	254	51	504	155	119	96	197	315	253
1963	2212	300	59	576	161	132	116	199	360	309
1964	2507	315	66	682	180	150	131	203	428	352
Europa										
1950	932	64	5	74	31	111	175	153	192	128
1957	2195	149	42	319	59	178	488	214	475	272
1961	4255	259	70	614	110	375	885	336	1144	462
1962	4883	297	72	711	147	416	975	392	1338	535
1963	5634	326	81	855	158	488	1060	442	1565	659
1964	6547	389	102	1073	168	544	1186	506	1783	796
África										
1950	55	6		9	11	1	2	3	17	6
1957	106	10	3	12	21	5	17	5	27	6
1961	122	15	4	16	24	6	19	8	21	9
1962	144	17	3	19	26	9	24	7	27	12
1963	177	21	3	24	30	12	33	10	28	15
1964	225	27	5	31	34	25	42	13	29	19
Ásia										
1950	60	9		12	14	(**)	5	2	8	10
1957	190	15	9	40	38	20	15	12	23	18
1961	315	22	17	88	57	33	22	17	29	30
1962	354	23	18	102	63	36	24	21	30	37
1963	430	31	24	134	67	42	28	25	34	46
1964	535	39	27	173	74	50	39	33	40	60
Oceania										
1950	107	18	1	13	8	2	22	9	26	8
1957	314	28	3	27	17	8	26	34	146	26
1961	523	63	7	55	29	16	52	48	205	48
1962	613	79	6	67	33	33	52	53	237	53
1963	723	89	8	80	36	51	64	53	278	64
1964	856	104	9	97	42	75	80	60	313	76

1. Inclui 166 milhões de dólares em "outro hemisfério ocidental". Exclui investimentos em Cuba desde 1961. Esses investimentos cubanos foram estimados no ano final de 1960 em 111 milhões de dólares, incluído 21 milhões para "Alimentos", 28 milhões para "Químicos e relacionados", 28 milhões para "Outros Produtos" e 34 milhões para todas as outras indústrias manufatureiras.

** Menos que 500 mil dólares.

Fonte: U.S Department of Commerce, Office of Business Economics

Fonte: *Survey of Current Business*, Setembro de 1965. Vol. 45, nº9 (elaboração própria produzida a partir da tabela fornecida pelo documento).

A Cepal surge num período marcado pela reestruturação econômica e política do pós-guerra, que se encaminhava para o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial. Contudo, se é verdade que os Estados Unidos exerceram um papel de potência mundial a partir desse período, este momento só pode ser compreendido quando regressamos algumas décadas, uma vez que as soluções propostas no pós-guerra são resultado de uma crise que resistia desde, pelo menos, o final da década de 1910. Isso, inclusive, tem um significado teórico: é a crise do valor, em articulação com a dinâmica da luta de classes, que põe as condições de possibilidade para a atuação dos EUA que, embora importante, deve ser investigada com o devido cuidado, para não se cair numa análise que reduz a construção do mundo à ação dos estados nacionais, em especial dos EUA.

O imediato pós-segunda guerra não foi um período sem dificuldades e receios de processos revolucionários, mas se construiu, finalmente, uma base para se estabelecerem novas relações entre capital e trabalho ao redor do mundo. O estabelecimento dos EUA como potência hegemônica permitiu que a “intervenção estatal e a regulação monetária pudessem alcançar uma dimensão internacional bastante impossível no período entreguerras” (HOLLOWAY, 1995, p. 21). É nesse momento que iniciativas internacionais, dirigidas pelos EUA, surgiram de forma a realizar essa nova etapa do capitalismo ao redor do mundo. Se o keynesianismo foi a expressão teórica dessas novas relações no primeiro mundo, o desenvolvimentismo foi a expressão latino-americana dessas novas relações. Não é à toa que Dosman (2011, p. 26), em trabalho biográfico sobre Prebisch conta que, quando do enterro do argentino, “os oradores, um após outro, entoaram louvores ao seu legado duradouro, chamando-o de Keynes latino-americano e de “pai do desenvolvimento”.

2.5 Crise do imperialismo, ascensão das lutas anticoloniais e do direito à autodeterminação dos povos

O entendimento dos anos anteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando finalmente surge a Cepal, não pode estar completo se não levar em consideração o crescimento do nacionalismo das colônias num contexto de crise dos Impérios. A partir do fim da Primeira Guerra, a crise dessa forma histórica de

domínio se inicia, e apenas assistirá seu auge crítico com o final da Segunda Guerra Mundial. Assim, o cenário em que a Cepal surge é de contestação mundial dos países pobres e dominados por liberdade e independência. Como veremos, a Cepal mobiliza, de certa maneira, a ideia de defesa da autonomia nacional e regional perante às potências econômicas do mundo. Faz isso também do ponto de vista teórico, ao reivindicar as especificidades da realidade periférica, que exigiria uma teoria econômica diferente daquela dos centros industriais. Por essas razões, pretendemos, de modo breve, pincelar os principais conflitos que surgiram no período em decorrência da crise dos Impérios.

Nosso objetivo neste item é apenas apresentar brevemente a manifestação desse debate sobre “independência”, “direito à autodeterminação” e “autonomia” no período que aqui estamos discutindo a fim de alimentar o debate sobre o pós-guerra.

A derrota das Potências Centrais levou ao esfacelamento do Império Otomano e do Austro-Húngaro. Esses Impérios foram desmembrados em diversas nações e, em muitos casos, deixou um vácuo político que seria ocupado pelos países da Entente na sua busca por ampliar suas influências em especial sobre o Oriente Médio. Esse foi o caso da expansão da influência britânica e francesa sobre a Síria, Líbano, Iraque, Pérsia, dentre outras regiões. O Império Alemão também foi derrotado, de modo que a monarquia abdicou e se encerrou o período do Segundo *Reich*, dando lugar à República de Weimar. Além de algumas perdas territoriais na Europa, como a disputada região por onde passa o Rio Reno na fronteira com a França, os alemães perderam todas as suas colônias na África e no Pacífico. Contudo, ao invés da independência, muitas dessas colônias se viram redistribuídas sob nova direção, entre os vencedores do conflito mundial.

Contudo, não havia impérios apenas do lado das Potências Centrais. A Entente era formada igualmente por grandes impérios que participaram tal qual da expansão econômica imperialista do final do século XIX e início do século XX. O Império Francês abarcava territórios coloniais no Sudeste Asiático, na África, no Pacífico e até nas Américas. O Império Russo era composto por uma vasta região do Cáucaso, do Norte da Europa e da Ásia Central. O Império Japonês incluía a Coreia, Taiwan e ilhas do Pacífico que foram cedidas após a guerra. Por último e o

mais importante, o britânico era o maior império da história, com simplesmente 25% do território do mundo.

Como vimos em itens anteriores, a razão principal da guerra concerne à rivalidade econômica. Contudo, os lados da guerra precisam se justificar, criar sentido para mobilizar as populações para apoiarem seus esforços de guerra. Em outras palavras, precisam justificar o sacrifício social. No caso da Entente, apesar de ser uma aliança recheada de Impérios, ela se autoproclamava como bastião da liberdade. Algumas contradições conviviam com essa defesa, sendo a principal delas o desconforto da aliança russa, cujo absolutismo czarista manchava o slogan liberal. Mas a entrada dos Estados Unidos ajudariam a reforçá-lo, assim como a queda do Czar em fevereiro de 1917, que seria comemorada em todo o mundo liberal contra a tirania.

Ainda assim, algumas contradições permaneciam no principal Império do mundo. Já no ano inicial da guerra, o conflito na Irlanda levou a um motim que pressionou pela aprovação do autogoverno irlandês. Apesar da aprovação, o governo britânico voltou atrás e conseguiu um acordo com um setor irlandês para uma união nos esforços de guerra, incorporados como prioridade. Essa conciliação que deu força aos nacionalistas irlandeses radicais, levando a fortes protestos em 1916, seguidos de uma repressão violenta por parte dos britânicos. Esse evento foi uma derrota estratégica para o governo britânico pois, no meio da guerra, os golpes nos irlandeses radicais acabaram sendo golpes em si próprios: “num golpe, eles restauraram a imagem decadente da Grã-Bretanha como opressora brutal e destruíram a credibilidade de Redmond e dos moderados” (TOOZE, 2015, p. 180).

O início da guerra levou a um controle maior dos britânicos sobre suas colônias. Na África do Sul, os britânicos declararam monopólio sobre as minas de ouro, mantendo o preço significativamente abaixo do mercado e impossibilitando a venda para os Estados Unidos. No Egito, a Grã-Bretanha manipulou o preço do algodão egípcio. Na Índia, apesar do aumento das exportações durante a guerra, ao invés de um grande aumento de importações, o governo britânico impediu com que os indianos tivessem acesso às suas reservas monetárias, fazendo com que os ganhos de exportação indianos fossem utilizados para os esforços de guerra, convertendo as reservas em títulos do governo inglês. Ao final da guerra, os títulos

poderiam ser resgatados, mas sofreriam uma provável perda significativa com a desvalorização iminente.

Ao mesmo tempo, durante a guerra, o nacionalismo indiano crescia. No mesmo ano que o evento irlandês, o Congresso Nacional Indiano e a Liga Muçulmana emitiram uma declaração conjunta reivindicando mudanças constitucionais radicais. Foi também durante a guerra que o líder Mahatma Gandhi, que ganharia proeminência na luta pela independência indiana com métodos de não-cooperação, chega da África do Sul para atuar diretamente na luta política em seu país. Os indianos, em 1917, conseguem o direito de impor uma tarifa protetora sobre produtos de algodão britânicos.

Além da rebelião irlandesa e dos nervos indianos aflorados pelo autogoverno, os britânicos enfrentaram uma forte onda de greves internamente, cuja repressão estatal agravava sua legitimidade enquanto democracia liberal. Não coincidentemente, em 1918, eles aprovaram a maior reforma do sufrágio da sua história. Na mesma linha, era preciso reconstruir sua estratégia com as colônias para não fomentar uma série de Irlandas pelo mundo afora.³⁶

Mas a grande revolta popular contra o domínio britânico começou em 1919, quando o nacionalismo estava tomando as massas do país. Em 1917, o governo britânico emite pela primeira vez uma promessa de autogoverno na Índia, com uma estratégia gradual de um “governo responsável”. Na Irlanda, mesmo os setores mais moderados, passaram a fazer reivindicações que equivaliam a serem reconhecidos como domínios da mesma forma que o Canadá e a Austrália.

Mas desde o início da guerra, os britânicos entendiam que precisavam assumir a vanguarda da defesa do autogoverno, mesmo diante das contradições no seu próprio Império. Foi assim que oficialmente defenderam a minoria armênia diante do início do genocídio perpetrado pelos turcos. Também patrocinaram uma rebelião árabe a fim de enfraquecer os otomanos em 1916. E não podemos esquecer da causa sionista, defendida a partir de 1917, emitindo a famosa

³⁶ “Para Lowther, como para outros conservadores britânicos, a resistência à democracia havia se tornado um anacronismo (...) A Grã-Bretanha deve recuperar “a coragem e a certeza de toque que nos tornaram famosos como construtores do Império”. Caso contrário, “faria uma série de Irlandas” ao redor do mundo.” (TOOZE, 2015, p. 186).

Declaração Balfour³⁷ em defesa de um território para a minoria judaica, o território palestino.

A nova política britânica no Oriente Médio e para a Índia sinalizava sua intenção de remodelar o seu Império em direção a uma grande comunidade de nações. Isso é reforçado por declarações como que “a Entente, proclamou Lloyd George, era uma aliança de democracias lutando por uma paz democrática. ‘Os dias do Tratado de Viena,’ anunciou o Primeiro-Ministro, ‘já passaram.’” (Ibidem, p. 197)

O final da guerra e os 14 pontos levantados pelo Presidente estadunidense Woodrow Wilson, reforçavam a ideia de autodeterminação dos povos.

Se a Rússia ofereceu uma visão de revolução global, para muitos Wilson parecia oferecer outra. Tendo sido escrito no Armistício, os 14 Pontos agora adquiriram uma moeda global extraordinária. Na Coreia, China e Japão, manifestantes carregavam o slogan de Wilson em suas bandeiras. Nas montanhas do Curdistão, o líder nacionalista turco Kemal Atatürk se viu confrontado com os filhos mais novos dos chefes tribais insistindo que as relações turco-curdas fossem resolvidas com base nos 14 Pontos. Nos desertos da Líbia, a resistência local berbere, negociando em nome da recém-fundada República de Tripolitânia, explicou aos seus inimigos italianos que “a era do imperialismo havia diminuído e que o que era possível no século XIX não era mais possível na segunda década do século XX”. Eles fizeram a paz em termos estritamente wilsonianos e comemoraram a ocasião com uma cavalgada de veículos motorizados apresentando efígies da Liga das Nações. (TOOZE, 2015, p. 233)

Apesar de a estratégia britânica ter sido bem-sucedida, pois seu objetivo central era ganhar a guerra, logo após a Primeira Guerra seu Império começou a ver uma série de rebeliões. A propaganda da guerra, que apelava para as pequenas nações e para a autodeterminação dos povos, assim como a declaração wilsoniana dos 14 pontos, criaram uma linguagem política comum para reivindicar direitos perante o governo britânico. Na Irlanda, um Estado paralelo começava a se constituir, com a fundação do Exército Republicano Irlandês já em 1917. No Egito, a coalização popular nacionalista desafiava os planos estratégicos do Império Britânico no Canal de Suez. Tais protestos levaram à promessa de desenvolvimento progressivo de instituições autônomas. No Iraque, a classe política, supostamente autônoma politicamente, era humilhada e arrastada para o parlamento para aprovar medidas pró-britânicos (Tooze, 2015).

³⁷ A Declaração Balfour, emitida em 2 de novembro de 1917, foi um documento no qual o governo britânico expressou apoio à criação de um “lar nacional para o povo judeu” na Palestina.

Também surgiam movimentos de independência na Turquia, entre os armênios e os curdos, que nesse caso recebiam apoio britânico contra o nacionalismo turco que vivia nostálgico desde a queda do Império Otomano.

O evento da Grande Depressão, iniciada em 1929, também afetou os interesses das economias dependentes, que entraram em choque de maneira muito nítida. O colonialismo e a dependência se tornavam inaceitáveis até mesmo para os que até então se beneficiavam com eles. Em vários territórios, como na Índia, a crise levou a um maior contato entre as minorias politizadas e a gente comum de seus países. Na Argélia, Tunísia e Marrocos, pela primeira vez, se viam sérios movimentos políticos de independência e o movimento na Indochina francesa se tornava cada vez mais comunista. Por conta da crise, locais que eram considerados mais tranquilos, como o Caribe, enfrentaram uma série de greves nos campos de petróleo de Trinidad e nas cidades jamaicanas nos anos 1930 (Hobsbawm, 1995).

Mas foi apenas a Segunda Guerra Mundial que transformou de fato a situação dos Impérios em direção a uma descolonização mais definitiva. Essa também fora uma guerra interimperialistas, embora houvesse outros fatores importantes em jogo. Até 1943, grandes impérios coloniais como o francês e inglês estavam sofrendo grandes derrotas. Os japoneses abalaram as colônias britânicas e holandesas no Sudeste Asiático e no Pacífico, tomando-as para si. O mesmo abalo ocorreu no norte africano, em que os italianos e principalmente os alemães avançaram por sobre a Líbia e a Tunísia, e se aproximaram do Egito (Hobsbawm, 1995).

Daí em diante o velho sistema colonial foi ruindo, um a um, em dominó. A Síria e o Líbano se tornaram independentes da França em 1945, enquanto a Índia e o Paquistão em 1947; A Birmânia, o Ceilão (Sri Lanka), a Palestina, Israel e a Indonésia em 1948, assim como as Filipinas em 1946. O Vietnã, Laos e Cambodja só demoraram para obter sua independência por conta da sanguinária guerra travada pelos Estados Unidos e aliados na região, mas desde pelo menos os anos 1940 já havia movimentos políticos fortes de descolonização. Da mesma forma, na Malásia os britânicos iniciaram uma guerra em 1948 que duraria doze anos, com objetivo de manter suas possessões. Os anos 1950 e 1960 foram o estopim das lutas no continente africano. Em 1970, nenhum território de tamanho significativo

continuava sob administração direta das ex-potências colonialistas, a não ser pelo Vietnã em guerra e pelo Centro e Sul da Ásia (Hobsbawm, 1995)

Sendo assim, o período das lutas por independência coincide com aquele que estamos estudando e apontando o que melhor contextualiza o surgimento da Cepal. Por conta disso, e pela proporção que alcançaram esses movimentos ao redor do mundo, não podemos deixar de levar em consideração um ambiente latino-americano “contaminado” ideológica e politicamente por esses debates.

Evidentemente, como já dissemos, a situação dos países latino-americanos era muito distinta desses países citados acima, uma vez que eram em sua maioria independentes politicamente desde o século XIX e viviam uma influência estadunidense que nem de perto se aproximava do grau de intervenção aplicado pelas potências europeias na Ásia e África, nem pelos Estados Unidos, por exemplo, nas Filipinas. Como veremos, a Cepal incorpora o argumento da autonomia econômica e da independência teórica, envolvidos por um certo nacionalismo econômico, mas faz isso pela via institucional da ONU e da teoria econômica - portanto muito distinto dos processos que ocorriam nesses países ao redor do globo. Isso configurou um distanciamento teórico e político desconcertante, porque as lutas anticoloniais eram - em sua grade maioria - subsidiadas teórica e politicamente por visões radicais³⁸. Ao pôr na retórica a descolonização política, organizacional e teórica, a Cepal não assimila absolutamente nada da radicalidade presente nas lutas anticoloniais.

O conhecimento da extensão dessa crise anti-imperialista associada ao crescimento do nacionalismo em diversas regiões subordinadas do globo pode contribuir para explicar o crescimento do nacionalismo latino-americano. A peculiaridade destes é que suas independências políticas enquanto Estados-nações se deram no século XIX, ao menos para uma maioria. Assim, o nacionalismo latino-americano veio sob a forma do questionamento da subordinação econômica. A Cepal então, de certa maneira, se estabelece incorporando um espírito geral de insatisfação com essa subordinação, ainda que tenha se dado de maneira anestésica.

³⁸ Desde 1920, no II Congresso da Internacional, já havia diretrizes soviéticas para que todo Partido Comunista firmasse compromisso anticolonial e antirracista, seja o país que fosse. Já em 1917, no clássico *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* de Lênin, aparece o anticolonialismo como tarefa política central dos comunistas. Isso influenciou especialmente os Estados Unidos e a posterior criação do PC estadunidense e os Panteras Negras. Outros textos sobre o assunto são: ADI e NETO (2022), MALIK (1999), VARELA e PEREIRA (2020) e CHADAREVIAN (2012)

2.6 O recorte da América Latina

As teorias do desenvolvimento começam a surgir e ganhar espaço na década de 40 e, em especial, depois da Segunda Guerra Mundial. Como vimos, a teoria cepalina surge no final dessa década. Contudo, não é a década de 40 que inaugura a indústria na região. Por isso, é preciso remontar às últimas décadas do século XIX, quando se iniciou a implantação de indústrias de transformação no território. Como afirmou Love (1994, p. 395), “a industrialização na América Latina foi um fato antes de ser política, e política antes de ser teoria”. Para entender, portanto, sua necessidade enquanto teoria, é preciso compreender o processo histórico que levou à necessidade tanto da industrialização quanto da política liderada pelo Estado.

Conforme vimos em seções anteriores, a economia mundial passou, em 1870, por uma crise de grandes proporções. As décadas seguintes acirraram a concorrência capitalista na forma da concorrência interimperialista. Isto afastou temporariamente a crise, expandindo o mercado mundial. Junto disso, as transformações no transporte, ocorridas em meados do século XIX, tiveram grande importância no comércio internacional, reduzindo drasticamente os custos de circulação. Considerando as ferrovias, a região latino-americana passou de 1870 para 1913 de 5,5% da quantidade mundial de quilômetros de ferrovia para 22,5%. Junto disso, na América Latina, essas últimas décadas do século foram marcadas por transformações institucionais de cunho liberal. Entre elas, reformas econômicas, como abolição da escravidão e o desenvolvimento de um mercado de terras, grandes fluxos migratório vindo principalmente da Europa, mas também da Ásia, e maior mobilidade dos trabalhadores (BÉRTOLA e OCAMPO, 2012).

Essas mudanças pavimentaram um fim de século com forte crescimento econômico da região, que distanciou o território de outros até então comparáveis em nível de desenvolvimento da produção econômica, a saber, a África e a Ásia. Esse crescimento, no entanto, sofreu com oscilações tanto nesse fim de século quanto nas primeiras décadas do seguinte, até a crise de 1929. Em especial, a crise de Bahring de 1890 e os anos da Primeira Guerra foram anos de recuo da taxa de crescimento. Além disso, as diferenças entre os países também são relevantes neste aspecto. Enquanto o desempenho da economia brasileira no final do século

XIX não foi tão favorável e a situação argentina e uruguaia foi, o quadro se inverteu na virada do século. Mas, olhando para os números da região como um todo, o período foi bastante favorável, de maneira geral (BÉRTOLA e OCAMPO, 2012).

Uma marca desse crescimento foi um forte boom das exportações, em especial motivado por acentuada demanda de matérias-primas da Europa. Por isso, o período é considerado como movido pelas exportações. Mas isso não significa que as exportações empregassem a maior parte dos trabalhadores ou mesmo que representasse a maior parte do PIB. Na verdade, as exportações serem o centro motor da economia da região no período significava que a exportação estava no centro do padrão da atividade de mercado em larga escala e que a exportação sustentava a formação de capital regional. Segundo Bértola e Ocampo (2012) as exportações foram alavancadas pelo nível de comércio mundial, que cresceu intensamente durante esse período, levando a considerar esse intervalo como a primeira onda de globalização³⁹, o que explicaria em grande medida o acelerado crescimento no nível de exportações. Isto possibilitou uma expansão da fronteira das fazendas para o interior do continente, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de terras e tornando-as cada vez mais direcionadas para o mercado mundial.

Evidentemente que a região, em nenhum aspecto, foi completamente homogênea, sendo o tema das exportações apenas mais um em que é possível explorar as variações entre os países. Por exemplo, por um lado, países como a Argentina, Uruguai e Chile tiveram altos níveis de exportação no período, mesmo desacelerando entre a Primeira Guerra e a Crise de 1929. Por outro lado, o Brasil e a Venezuela tiveram trajetória contrária, crescendo significativamente a partir da Primeira Guerra até a Crise de 29.

Esses anos, após 1913, sugerem uma redução na elasticidade-renda da demanda de exportação, sugerindo que o comércio internacional se tornava cada vez menos um motor da economia do subcontinente, o que se mostra especialmente claro no período do entreguerras, quando não apenas a Europa tem as piores taxas de crescimento de todo o século, mas o comércio exterior cresce menos que o próprio produto interno bruto (BÉRTOLA e OCAMPO, 2012).

³⁹ O termo é controverso pois não considera o período de intensas trocas comerciais (guardadas as proporções) entre colônias americanas, metrópoles europeias e portos africanos uma primeira era de globalização.

Apesar dessa marca das exportações, ou em certa medida por causa dela, desde o século XIX se iniciou uma industrialização embrionária na região que foi durante algum tempo desconsiderada na literatura. Como dito, foram as exportações, junto com as atividades domésticas que resultam do aumento da população e da renda, que estimularam o surgimento desse processo de industrialização. Em certa medida, algumas atividades exportadoras, como o açúcar, a mineração e a carne, exigiam o desenvolvimento de fundições, refinarias e frigoríficos. Em outros casos, a produção primária exigia um transporte intensivo em capital.

Esse aumento da renda e da população gerava uma maior demanda que se, de um lado, era atendida pela importação de mercadorias, também estimulava a indústria local, inclusive através da substituição dessas importações. Produtos que eram exportados e faziam parte da cesta de consumo doméstica, também incentivavam o surgimento de indústrias. O custo do transporte também formava em certas indústrias uma espécie de proteção. Assim foi que indústrias de cerveja, impressão, publicação, cimento e outras indústrias ligadas à construção civil se desenvolveram nesse período na região. Além dessas, só no Rio de Janeiro, pelo menos 4 indústrias têxteis chegaram a mais de 500 trabalhadores em 1905 (SUZIGAN, 1986 *apud* BÉRTOLA e OCAMPO, 2012). É possível observar uma acelerada expansão da importação de máquinas no Brasil e no México, com uma participação muito grande do setor têxtil. As tarifas aduaneiras *ad valorem*, de efeito anticíclico, eram a principal fonte de receita das jovens repúblicas latino-americanas, e tinham como consequência a proteção da indústria doméstica. Essa proteção, ao invés de antítese das exportações, devem ser percebidas como complementares do esforço de modernização econômica (BÉRTOLA e OCAMPO, 2012).

Chamar isto de “industrialização” não significa exagerar o seu papel, pois é evidente que o motor da economia só passa a ser a indústria posteriormente.⁴⁰ Significa apenas apontar um processo de crescimento no número de indústrias na região. Na Primeira Guerra, ocorre uma escassez real de produtos importados da Europa, o que gera um incentivo para a produção doméstica. No entreguerras, a

⁴⁰ Uma das dificuldades desse período eram a chamada “escassez de mão de obra”. Em outras palavras, o fato de que uma parcela grande da população ou estava ainda conectada à terra ou apresentava resistência à forma-salário. Sendo assim, a “oferta ilimitada de mão-de-obra” de que fala Arthur Lewis - um dos principais autores da economia do desenvolvimento da segunda metade do século XX - só passará a existir ulteriormente. Essa foi uma das razões pelas quais, nesse período, foi de suma importância a força de trabalho imigrante (LEWIS, 1969 [1954])

situação do comércio exterior fica bastante instável, com o próprio sistema de pagamentos em ruína. Como dito acima, em 1931, a Grã-Bretanha abandonou de modo definitivo o padrão-ouro. Os países da América Latina tinham nesse país a principal fonte de financiamento estrangeiro, principalmente no caso dos países da América do Sul e, dentre eles, particularmente o Cone Sul. Os países do subcontinente como um todo tinham grandes dificuldades de evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos, e isso gerava uma forte pressão para medidas recessivas que reequilibrassem a economia. A situação se agravou durante o entreguerras. Assim, depois de 1931, já não havia qualquer justificativa sustentável para que esses países se empenhassem em se manterem enquadrados nesse padrão monetário. Isso foi mais um abalo que nos mostrou que - a chamada pelos cepalinos de - a primeira onda da globalização havia se encerrado. O crescimento liderado por exportações não se sustentava mais como antes.

Ainda que tenha havido uma leve sobrevida entre 1933 e 1937, a década de 1930 teve, para a maioria dos países, um crescimento abaixo da década anterior. Nesse momento de retração do comércio exterior, com queda nos preços das *commodities* e interrupção do *boom* de financiamento dos anos 1920, os países da região precisavam encontrar uma nova forma de se reposicionar internacionalmente. Esse reposicionamento esteve vinculado às possibilidades efetivas que existiam para eles dentro do processo mundial de reestruturação da acumulação capitalista. Durante os anos 1930, antes de consolidar um reposicionamento, foram instituídas por vários países⁴¹ políticas macroeconômicas proativas de ajuste de balanço de pagamentos, tais como controles cambiais, desvalorizações, tarifas mais altas, taxas de câmbio múltiplas, inadimplência e administração do preço das *commodities*⁴². Essas medidas forneceram um incentivo adicional à produção interna, inclusive porque reforçou a mudança nos preços relativos. Se, no centro, a política anticíclica tem como objetivo a gestão proativa da demanda agregada, na periferia isto ocorreu de outra maneira. A origem da instabilidade, nestes casos, são choques externos, e portanto é preciso antes de administrar a demanda, garantir a estabilidade do balanço de pagamentos. Nos

⁴¹ Nem todos. Países como Venezuela, Argentina e Uruguai não tiveram respostas proativas, com desempenhos muito distintos entre si.

⁴² Como no famoso caso do café brasileiro, cuja administração se iniciou ainda na primeira década do século.

anos 1930, esse reajuste foi conseguido por declaração de inadimplência dos países endividados.

De 1937 até 1949, o coeficiente de exportação da região despencou. Como vimos no subcapítulo 2.3, os EUA, durante a Segunda Guerra, mobilizaram acordos em prol da iniciativa de industrialização via substituição de importações. Além disso, a América Latina viveu uma forte restrição de importação. Assim, embora os países também tenham enfrentado algumas dificuldades para exportação - sempre com suas exceções, a saber, a Venezuela e Cuba com produtos estratégicos ou produtos escassos em relação à demanda, e o México com seu *boom* de indústrias têxteis -, as restrições às importações foram maiores, o que fez com que o mercado doméstico fosse incentivado e as reservas internacionais acumuladas. Essas reservas foram, no pós-guerra, rapidamente diluídas por conta da liberação de uma demanda interna por importação reprimida. Isso fortalece um problema de escassez de dólares - parte das reservas em libras eram inconversíveis. Isto trazia questões importantes para o financiamento das importações do processo de industrialização. Além disso, o financiamento externo dos EUA para a região é relativamente restrito, ele apenas aumenta a partir de 1961, com a Aliança para o Progresso. Este programa foi apresentado no governo Kennedy sugerindo uma nova abordagem para a relação com a América Latina, depois da Revolução Cubana em 1959 ter sido vitoriosa. Esta aliança incorporou algumas recomendações da Cepal, como a ideia de um modelo misto de planejamento econômico, a ideia também de integração regional, reforma agrária e reformas tributárias, dentre outras propostas cepalinas.

É nesse novo cenário que o Estado ganha um novo papel. Esse papel começa a surgir na crise do entreguerras, mas se consolida no pós Segunda Guerra. Na América Latina, esse Estado é responsável por desenvolver a infraestrutura, fundar bancos de desenvolvimento e bancos comerciais, apoio e proteção a empresas nacionais, intervenção ativa nos mercados agrícolas etc. Na esfera social, a educação, a saúde, a moradia e, em menor grau, a seguridade social, foram temas com os quais o Estado se envolveu e ampliou seu orçamento. Nesse período do pós segunda guerra até 1970, o Banco Mundial apoiou essas iniciativas, chamadas pelos cepalinos de “intervencionismo estatal”.

Se, na Europa, esse período associou o novo papel do Estado à expressão do keynesianismo, na América Latina ele ganhou a forma de desenvolvimentismo.

Entre as expressões teóricas do desenvolvimentismo, temos a teoria cepalina, criada no pós segunda guerra mundial. A teoria da Cepal é uma justificativa teórica para essa nova estratégia, aliada a um senso de identidade regional que surgia a partir de um mundo em que a luta contra o domínio de alguns países sobre outros havia se fortalecido. Essa estratégia é a industrialização através da substituição de importações, com liderança do Estado em comunhão com os investimentos estrangeiros e voltado para o mercado interno, ainda que nos anos 60 e 70 manufaturas de menor valor agregado tenham começado a ser exportadas também. Nessa estratégia, as exportações eram fundamentais e a Cepal reconhecia isso: para importar máquinas e equipamentos necessários para montar ou ampliar as indústrias, era necessário financiar via exportação. Assim, a proposta não era a formação de uma região isolada do mercado mundial. Ao contrário, ela dependia, mas numa outra chave que antes, desse mercado mundial. Tratava-se, como dito acima, de um reposicionamento nessa nova configuração mundial da acumulação de capital.

Diante das dificuldades de importação enfrentadas pelos países latino-americanos no período da guerra e depois com a grande depressão dos anos 1930, iniciou-se um processo incipiente de formação de uma indústria na região. Essas circunstâncias, externas aos países latino-americanos, consistiram numa insuficiência do impulso externo que era o motor da economia regional até então. O processo de industrialização foi, portanto, posto como uma necessidade vinda de fora, que forçava os países a tomarem o caminho do desenvolvimento para dentro. A segunda guerra acentua esse processo que já vinha ocorrendo, fazendo da indústria fonte de emprego e renda para uma parcela crescente da população e ao mesmo tempo evidenciando desequilíbrios econômicos à medida em que o crescimento ocorria. Junto disso, a flutuação cíclica da economia latino-americana, em função da variação da demanda dos países dos centros industriais, dificultava o desenvolvimento da região. Esses são alguns aspectos que tornaram o desenvolvimento industrial uma política econômica dominante a ser perseguida nas décadas seguintes do pós-guerra.

É através desses argumentos, apresentados em linhas gerais, que usualmente é explicado o surgimento da teoria cepalina, ou seja, como uma expressão teórica dos anseios de desenvolvimento econômico que surgiram a partir das possibilidades apresentadas pelas novas conjunturas mundiais e da

necessidade posta pela economia internacional de recalcular a rota do desenvolvimento de fora para dentro. Essas possibilidades concretas dadas pela conjuntura internacional e pelo começo da indústria na região teriam motivado os países latino-americanos a pensarem o desenvolvimento de um processo social, cultural e econômico autodeterminado. Assim, a ideia de autonomia e liberdade para construírem suas trajetórias próprias são por vezes associadas à Cepal, conferindo a ela um caráter progressista, no sentido de um progresso na liberdade dos povos.

Mas o que estamos propondo aqui é mais do que inserir a América Latina numa eventualidade que mudou seu curso, por ocasião de turbulências nas principais economias mundiais. Ainda que, de fato, alguns eventos tenham gerado um efeito para o qual a América Latina atuou de modo responsivo com o crescimento da industrialização, é importante conectar a região ao processo geral de tensão social e de acumulação de capital internacional.

Contudo, se faz necessário complementar os aspectos da conjuntura com outros, ligados à luta social na América Latina e às mudanças no padrão da relação entre capital e trabalho. Se o keynesianismo foi a expressão teórica dessas novas relações entre capital e trabalho no chamado primeiro mundo - conforme vimos no subcapítulo 2.1, através de Holloway (1995) - o desenvolvimentismo foi a expressão latino-americana dessas novas relações. O estruturalismo cepalino, como uma das formas do desenvolvimentismo latino-americano, deve ser então encarado como uma expressão regional de um momento para o qual era necessário encontrar uma resolução para os conflitos entre capital e trabalho e também para o conflito existente no interior do próprio capital.

Desde os anos 1930, o crescimento do Estado foi apoiado pelas elites modernizantes como forma de incluir as demandas dos trabalhadores e da classe média e como uma maneira de garantir uma força significativa para se contrapor ao poder das elites agrárias. Disto, surgiram lideranças que ficaram conhecidas como populistas ou corporativistas, que simultaneamente controlavam e mobilizavam uma ampla base popular. Apesar dos esforços desses setores, a guerra influenciava a instabilidade da região e não foi possível estabelecer de fato um novo padrão de acumulação para a região, inclusive porque ele dependia do contexto global. Sendo a dinâmica da América Latina determinada desde fora, ela apenas se reestabilizaria com o estabelecimento de um novo padrão mundial.

Segundo Roxborough (1994), os anos 1940 marcaram a institucionalização dos sistemas de relações de trabalho e acumulação de capital que vigoraram nas três décadas seguintes na América Latina, até a crise da dívida em 1982. O entreguerras, tal como no resto do mundo foi um período difícil para a reestabilização da ordem internacional, teve efeitos sobre a região latino-americana. Com exceção da Revolução Mexicana, que se consolida em 1920, a maioria dos movimentos de mudança não obtiveram êxito. Dentre eles, podemos citar a insurreição cubana de 1933, o movimento tenentista no Brasil, a Aliança Popular Revolucionária Americana no Peru em 1934 e a República Socialista no Chile em 1932. Apesar dos fortes movimentos sociais, a década de 1930 não estabeleceu plenamente a região em um novo modelo de desenvolvimento. Na verdade, na maioria dos países esses movimentos não resultaram numa mudança institucional relevante, diante do cenário de domínio das oligarquias agrárias.

Na Segunda Guerra, houve, como vimos, um forte estímulo à economia da região, com aumento do número de indústrias, cujo processo foi acompanhado por uma demanda por trabalhadores industriais, aumento da urbanização e da classe média. Em especial o último ano da guerra e os três primeiros do pós-guerra observaram um crescimento enorme da mobilização dos trabalhadores.

No México, o ponto alto foi já em 1944 com 887 paralisações. No Chile, saltou de 19, em 1942, para 127 em 1943 e 196 em 1946. A Venezuela saltou de apenas 4 greves, em 1944, para 55 entre outubro de 1945 e dezembro de 1946 - um período menos que um ano. O Brasil, por sua vez, viu duas greves gerais, uma em 1945 e outra em 1946.⁴³ Essas anos também foram expressivos quanto à militância sindical. Na Argentina, o número de trabalhadores sindicalizados saltou de 448 mil em 1941 para chegar a quase 2 milhões em 1949. No caso Brasileiro, foi de 351 milhões em 1940 para, em 1947, mais que o dobro. Esse foi o caso também na Colômbia.

Enfim, por volta de 1946, entre 3,5 e 4 milhões de trabalhadores estavam sindicalizados na região (Roxborough e Bethell, 1996). Desde os anos 1930, com o aumento do número de indústrias e, com elas, de sindicatos, “os governos buscavam formas de controle dos movimentos sindicais, construindo legislações capazes de incorporar o sindicalismo ao sistema político e o mundo do trabalho” (ROXBOROUGH e BETHELL, 1996, p. 34).

⁴³ A exceção significativa é a Argentina sob Juan Domingo Perón.

Como vimos no subcapítulo 2.3, a situação desde o final da guerra, era de crescimento do movimento comunista mundial. Na América Latina, a situação não era tão diferente assim. Os partidos comunistas quintuplicaram seus membros em 1947 comparado com 1939⁴⁴. A força dos partidos comunistas também crescera com a guerra, em parte por conta da aliança entre a URSS e os países capitalistas aliados, o que possibilitou maior diálogo, inclusive com a colaboração das lideranças comunistas em acordos para que se evitassem as greves em prol do esforço de guerra. Os aliados haviam mobilizado a bandeira da democracia e sua vitória acentuava os movimentos democráticos pelo mundo.

Um nome importante na região era o líder mexicano Vicente Lombardo Toledano, responsável pela criação da *Confederación de los Trabajadores de América Latina* (CTAL), que ganhou forte adesão das centrais por toda região - com exceção do peronismo, que tentava criar sua própria confederação internacional, e do varguismo, que impedia a filiação internacional dos sindicatos. Essa estratégia reformista, de compromisso de classe, criava uma unidade entre os industriais e os trabalhadores sob a base de um programa protecionista e industrializante, que lutava por uma modernização das instituições. As tensões subiram durante o final dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950. Já no final dos anos 1940 os trabalhadores e os comunistas presenciaram alguns revezes quanto aos direitos civis e políticos. (Roxborough e Bethell, 1996)

Acredita-se que o programa da Cepal foi a expressão teórica de uma posição social que buscava incorporar algumas demandas da maioria social, mas apenas na medida em que pudesse contê-la no aparato estatal. ⁴⁵Assim como o keynesianismo foi a expressão teórica de uma estratégia do capital para uma nova configuração da relação entre capital e trabalho, o estruturalismo cepalino foi a versão latino-americana dessa estratégia de conformação, onde o Estado era o lugar de transfiguração das insatisfações sociais, confinando-as.

⁴⁴ Report 4489, "The World Strength of the Communist Party Organizations," 1 October 1947.

⁴⁵ Isto é diferente de uma restauração reacionária, que surge em muitos países latino-americanos principalmente a partir da década de 1960 na forma de governos autoritários de direita, e que em muitos países começaram a ser gestados já nos últimos dois anos da década de 1940.

2.7 Considerações finais

Num esforço espinhoso de sintetizar as mais ou menos três décadas anteriores ao surgimento da CEPAL na sua dinâmica internacional, podemos ter deixado elementos de fora da análise ou pesado a mão mais em um lugar que em outro.

Contudo, o que quisemos demonstrar foi que a CEPAL nasce num período em que o dilúvio havia caído e a ordem social passava por grande instabilidade. Na tentativa de reconstruir um ordenamento social que sustentasse a acumulação de capital a nível internacional sem maiores incertezas imediatas, foi preciso conter a força crescente do trabalho que se fez presente nessas décadas. Assim, não apenas a contenção das greves, manifestações e organizações dos trabalhadores ocorreram. Também era importante que o capital encontrasse novos espaços de realização do valor na medida que a sobreacumulação, principalmente nos Estados Unidos, se ampliara e a economia mundial, em especial a europeia, estava em pedaços. Em outras palavras, depois do dilúvio era necessário arar o terreno.

E, para isso, a política estadunidense de promoção da industrialização por substituição de importações cumpria sua função da socialização capitalista e, com ela, a socialização do consumo, inclusive o produtivo. A América Latina, como vimos, conviveu com muitas questões análogas ao que ocorria no resto do mundo. Se, nessas décadas, ela foi afetada pelas crises no mercado mundial e teve que se reinventar desde dentro, de forma mais ou menos bem-sucedida a depender do país, ela também passou pela mesma força crescente na posição do trabalho - inclusive por conta do próprio processo de industrialização - que a Europa e os Estados Unidos, e pelo mesmo esforço de conter, no Estado, a luta de classes.

A CEPAL é fruto dessas questões que conviviam na América Latina. O capítulo seguinte traz uma revisão do processo institucional de criação da CEPAL, assim como uma análise dos principais textos da instituição e suas possíveis influências teóricas.

3. A CEPAL: CRIAÇÃO, TEORIA E MÉTODO

3.1 Introdução

A breve trajetória histórica mundial que apresentamos no capítulo anterior é uma tentativa introdutória de propor que uma análise sobre a Cepal precisa passar pelo momento histórico em que a instituição surge, o que significa voltar alguns anos no cenário internacional e regional para entender melhor a qual problema a Cepal se pretendia solução. No capítulo 2, apontou-se a questão no contexto mundial e, por fim, o regional. Agora, discutiremos o processo em si de criação da Cepal. Em seguida, delimitaremos nosso objeto, definindo o que se chama de “primeira Cepal” e justificando o recorte de uma parte dela. Finalmente, poderemos nos encaminhar para a discussão propriamente dita da teoria da Cepal através de alguns de seus principais textos de primeiros anos. Depois, o subcapítulo 3.4 tratará de alguns aspectos do método da Cepal, buscando traçar suas influências e tecer comentários críticos a partir da crítica da economia política.

Neste capítulo, veremos termos como “mão-de-obra”, “fator-trabalho”, “alocação de recursos”, “produtividade do capital”, dentre outros adquirirem uma recorrência inexistente até o momento neste trabalho. Veremos também como termos como “capital” foram utilizados com um sentido distinto do que apresentamos ao discutir a crítica da economia política de Marx. É importante que o leitor fique atento a essas transformações de vocabulário, que expressam mais do que preferência de estilo.

3.2 A criação da Cepal

A Cepal foi uma das três comissões regionais criadas no período do pós-guerra. As outras são a Comissão Econômica para a Europa e a Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente. Essas outras comissões haviam sido criadas no primeiro período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, graças ao artigo 68 da Carta das Nações Unidas, que conferia ao Conselho Econômico e Social (*Economic and Social Council* - ECOSOC) o direito de criar comissões. Isso se deu em dezembro de 1946 e já em março de 1947 essas duas

comissões estavam estabelecidas (Pollock, 1978). Ambas, por seu caráter voltado à reconstrução das regiões destruídas pela guerra, eram, a princípio, temporárias (Santa Cruz, 1995).

Já o órgão latino-americano foi o único cuja criação foi controversa⁴⁶. Os estados americanos constituíam 20 dos 51 membros da ONU. De um lado, esse número grande era uma forma dos EUA garantirem força nas votações da Assembleia Geral, dado o fato de que a América Latina era zona de influência dos Estados Unidos há algumas décadas. De outro lado, isso efetivamente conferia certa força aos Estados americanos para apresentarem questões relativas a seus próprios interesses regionais.

O debate na ONU sobre a comissão começou em 1947, quando Hernán Santa Cruz, embaixador do Chile na ONU, apresentou uma proposta de resolução no Comitê que debatia o programa do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. O debate evidenciou as resistências de vários países, entre os quais os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética (URSS). O Canadá e a Nova Zelândia se apresentaram de forma contundente contra qualquer forma de regionalismo. A discussão numa comissão *ad hoc* durou cerca de seis meses até sua aprovação final no início de 1948. A sessão de reuniões de fevereiro de 1948 do Conselho Econômico e Social da ONU estava operacionalizando a criação das outras duas comissões e o embaixador chileno submeteu a proposta da criação de uma comissão para a América Latina, que foi então apoiada por delegações de outros países, como Venezuela, Cuba e Peru. A aprovação da comissão se deu com a abstenção de alguns países, entre eles os Estados Unidos, cuja preocupação principal apresentada era de que a comissão não fosse a duplicação das atividades da União Pan-americana - que em 1948 se transformou na OEA, a Organização dos Estados Americanos⁴⁷ (Cohen, 2020). Esse argumento, com certa força na primeira vez que fora apresentado, antes da discussão em comissão *ad hoc*, perdeu força

⁴⁶ “Nenhuma das decisões de criar as outras Comissões Econômicas das Nações Unidas foi controversa, exceto a decisão de criar o que então era conhecido como a Comissão Econômica para a América Latina. (ECLA)” (Cohen, 2020, p. 23).

⁴⁷ A *Unión Panamericana* (UPA) era a organização que reunia os Estados americanos. Sua origem remonta ao início do século XIX, quando Simón Bolívar tentou criar uma associação entre os Estados em vistas a sua maior integração. Foi apenas no fim do século XIX que os Estados americanos decidiram se reunir periodicamente a fim de criar uma cooperação nas relações comerciais da região. Em 1910, o Escritório Comercial, com sede em Washington, se tornou a União Pan-Americana. Após a segunda guerra, suas funções seriam expandidas, se transformando na OEA, com o primeiro documento internacional que proclamava os princípios dos direitos humanos. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp (Acesso em 25/06/2024)

depois que Lleras Camargo⁴⁸ e o próprio Conselho Econômico e Social Interamericano da OEA - a quem os EUA se referiam quando falavam de duplicação de tarefas - se demonstraram favoráveis à criação da comissão (Santa Cruz, 1995).

O embaixador chileno relata que, na época em que propôs a criação da comissão, considerava um erro separar os problemas de reconstrução das regiões destruídas pela guerra e a questão do desenvolvimento das áreas chamadas por ele de economicamente atrasadas. A razão que ele aponta para isso é que o desenvolvimento latino-americano poderia elevar a capacidade de consumo da região, ajudando na reabilitação da economia europeia através da intensificação do mercado entre as regiões. Segundo ele, a América Latina tinha antes da guerra fortes relações comerciais com os europeus, e isto havia praticamente desaparecido (Santa Cruz, 1995).

A Cepal surge em 1948, pouco depois da segunda guerra mundial, com a primeira etapa de sessões ocorridas entre 7 e 25 de junho. A sessão do Conselho Econômico e Social que aprovou sua criação se deu meses antes, entre 2 de fevereiro e 11 de março. Em 1953, um documento oficial da Cepal registra como informe um relatório do primeiro período de sessões da comissão. Esse primeiro período de reuniões da Cepal, ocorrida em junho de 1948, envolveu representantes de diversos países da América Latina, além de delegados dos Estados Unidos, França, Países Baixos, Reino Unido⁴⁹ e de organismos multilaterais como as subseções temáticas da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi também enviado um convite ao Conselho Interamericano Econômico e Social da recém criada Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵⁰. Uma das atribuições conferidas à comissão era a de se ocupar especialmente de questões chamadas de “extracontinentais”, relativas à guerra e ao desajuste econômico mundial.

Dentre as resoluções dessa primeira etapa de sessões, uma delas tinha a rubrica “Reabilitação econômica mundial”, que encomendava um estudo a respeito dos efeitos sobre a América Latina do reestabelecimento econômico da Europa. Em parceria com a Organização para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture*

⁴⁸ Ex-presidente da Colômbia e então secretário geral da OEA.

⁴⁹ Nos regulamentos da CEPAL, tem a seguinte resolução: “Poderão ser membros da Comissão todos os Estados Membros das Nações Unidas na América do Norte, Central e do Sul, e na região do Caribe, assim como França, Países Baixos e Reino Unido.” (CEPAL, 1953, p. 6)

⁵⁰ Em 1961, seria numa reunião desse Conselho que J. Kennedy, então presidente dos Estados Unidos, anunciaria a Aliança para o Progresso.

Organization - FAO) da ONU, também foi dada ênfase à preocupação com a crise mundial de alimentos, resultado da devastação dos parques industriais e das terras agricultáveis, e foram encaminhados estudos relativos a esse tema. Em outras palavras, as funções da Cepal seriam relativas aos aspectos extracontinentais dos problemas socioeconômicos da região. Pollock (1978) afirma que, segundo a comissão *ad hoc* que discutiu a criação da Cepal, a recomendação pelo seu estabelecimento esteve ligada ao (1) rápido desgaste, gerado durante a guerra, dos bens de capital da região, (2) a uma compreensão embrionária de que no pós-guerra estava ocorrendo uma deterioração dos termos de troca em prejuízo da periferia e (3) uma taxa de crescimento relativamente baixa no pós-guerra, indicando a necessidade de assistência externa.

Além dos Estados Unidos, a URSS também era cética em relação à proposta da comissão. A razão apresentada pelos seus delegados era de que o Conselho Econômico e Social e todas as comissões criadas dentro dele tinham o papel de lidar com a destruição econômica e social causada pela guerra, e a América Latina não foi atingida diretamente por ela. Diferente das regiões devastadas, não havia urgência tal como em alguns países europeus cujo cenário era de catástrofe social. Contudo, sua delegação, feita essa constatação, afirmou, ao final, entender os efeitos indiretos causados na região e a própria condição de subdesenvolvimento como razões legítimas, e por isso retiraram as objeções à proposta⁵¹. O país ao final propôs emendas à proposta, para que pudesse ser membro da comissão e para que sua sede não fosse no Chile, com quem a URSS tinha rompido relações meses antes. No entanto, nenhuma dessas propostas de emenda teve maioria no Conselho da ONU.

A tentativa da URSS de ser um membro da comissão foi rejeitada pela maioria do Conselho, sob a alegação de que apenas três países fora do continente americano poderiam compor o grupo - Estados Unidos, França e Países Baixos. As alegações eram de que esses países tinham interesses econômicos diretos na região, além de possessões territoriais⁵². A história importante da relação comercial

⁵¹ “Como não houve devastação causada pela guerra nas áreas da América Latina, parecia não haver uma necessidade urgente, como havia na Europa e no Extremo Oriente... A URSS retiraria suas objeções, pois compreendia as dificuldades causadas indiretamente pela guerra e, particularmente, pelo fato do subdesenvolvimento geral nessa região.” (Biblioteca CEPAL/ILPES, p. 218)” (Cohen, 2020, p. 26).

⁵² A França possui até hoje no norte da América do Sul a Guiana Francesa, além de Guadalupe e Martinica, enquanto os Holandeses possuem atualmente algumas ilhas no Caribe, como Curaçao, Bonaire, Aruba, São Martinho, Saba e São Eustáquio. Naquela época, os holandeses ainda tinham o

entre a América Latina e a Europa Ocidental também reforçava o argumento. Evidentemente, como questiona Bracarense (2012), é no mínimo contraditório que uma instituição criada com a intenção de melhorar as condições sociais e econômicas da região fosse criada com argumentos para adesão de membros baseado em “interesses econômicos” na região. Uma hipótese é entender esse argumento como uma concessão dos latino-americanos em troca da criação da comissão.

Bracarense (2012) argumenta também que uma razão a mais para os Estados Unidos preferirem a OEA à comissão da ONU era o incômodo da presença da URSS mesmo no Conselho Econômico e Social. A autora analisa um trecho do memorando de Castillo, primeiro secretário da Cepal, em que ele descreve a posição da URSS na sessão do Conselho que aprova o primeiro relatório da Cepal. Os soviéticos afirmaram que o relatório ignorava o domínio da região pelo capital estrangeiro, o que abria a porteira para uma perigosa penetração ainda maior. Um país que permanentemente afirmaria a relação de dominação entre os países capitalistas mais desenvolvidos e os países latino-americanos era desagradável, para dizer o mínimo.

Os EUA se mantiveram com desconfiança em relação à CEPAL, mesmo após sua aprovação em 1948. É preciso compreender a posição dos Estados Unidos, que foi publicamente anunciada como uma preocupação em relação à duplicação de esforços, dada a existência da UPA - que em maio de 1948 se torna OEA⁵³. Os Estados Unidos alegavam que ambos os organismos atuavam sobre as mesmas questões. Junto disto, o país ainda era o principal financiador das atividades promovidas pela ONU e temiam que a comissão também onerasse inutilmente seu país.

Enquanto a OEA tinha como tema todos os países do continente americano, o tema da nova comissão seria particularmente a região latino-americana, ainda que os Estados Unidos estivessem convidados a participar como membros. Por outro lado, a OEA era, ao fim e ao cabo, uma organização do continente americano, enquanto a Cepal seria uma organização submetida a uma organização global. Para

território de Suriname. O Reino Unido, até essa época, ainda tinha a posse de diversos países no Caribe, como Jamaica, Bahamas, Granada, Ilhas Virgens Britânicas, Antígua e Barbuda, além de Belize e a Guiana Britânica.

⁵³ A partir de agora, vamos utilizar apenas OEA. Como a data em que a UPA é reformulada e recriada como OEA fica exatamente no meio entre as datas de criação da CEPAL e de seu primeiro período de sessões, a fim de não gerar confusão, vamos utilizar apenas OEA.

os latino-americanos, o desenvolvimento deveria ser um assunto concebido a partir de marcos globais. A Cepal representava desta maneira a fusão entre regionalismo e globalismo, que podia ser notada inclusive pela possibilidade de que membros das Nações Unidas externos à região integrassem a Comissão. Após a segunda guerra, os países latino-americanos desejavam reorientar a política econômica da região, tornando-a menos dependente dos Estados Unidos. Essa orientação global via na ONU uma forma de obter sucesso (Pollock, 1978).

A criação da OEA na conferência dos Estados americanos em maio de 1948 é resultado da consolidação dos arranjos políticos, econômicos e de defesa alcançados durante a segunda guerra entre os Estados Unidos e os demais Estados. A conferência de fevereiro de 1945 em Chapultepec e depois a de Bogotá em maio de 1948 são parte do processo que resulta na criação dessa organização a partir dos acordos gestados entre os diversos países⁵⁴. Assim, esse também podia ser um motivo pelo qual os Estados Unidos não desejavam uma outra comissão para lidar com as questões dos países americanos.

Na verdade, essas conferências interamericanas são também um marco em um debate interno ao governo estadunidense entre posições regionalistas e universalistas que existiam desde o período da guerra. A criação da ONU em 1945 marcou uma aparente vitória da posição universalista, que criava um corpo internacional para englobar os arranjos regionais. Contudo, Nelson Rockefeller, que fora durante a guerra responsável através do Escritório de Assuntos Interamericanos em conter a influência do eixo sobre o continente americano, era um importante regionalista. Sobretudo a partir de sua nomeação como Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Latino-americanos. A criação da OEA, em 1948, consolidou uma vitória para o lado regionalista. Assim, de certa forma a criação da Cepal esbarrou nessa discussão no interior do governo estadunidense (Cohen, 2020).

⁵⁴ “O tratado representou o ponto culminante de um longo e intenso processo de negociações, iniciado em 1945, para consolidar, em tempos de paz, as relações estratégicas e econômicas desenvolvidas nas Américas durante a Segunda Guerra Mundial.” (Cohen, 2020, p. 26).

Em 1950, em um documento do Departamento de Estado dos EUA⁵⁵ vemos a posição do governo para com a Cepal. Nele, o texto recomenda que em 1951, quando a Cepal seria submetida ao Conselho Econômico e Social da ONU para apreciação e reavaliação, os Estados Unidos deveriam construir a posição de que o Conselho Econômico e Social Interamericano (ligado a OEA) deveria se incorporar a ONU, substituindo a Cepal, e os melhores quadros da Cepal deveriam ser incorporados à OEA.

Essa era uma posição que levava em conta consultas feitas no último período, em especial durante o terceiro período de sessões da Cepal, realizada em 1950 na cidade de Montevideu. Nela, o Embaixador estadunidense Ravndal realizou diversas consultas com representantes dos governos latino-americanos. Os governos consultados estavam dispostos a negociar a existência da Cepal nos termos acima propostos pelos Estados Unidos - com algumas condições (Cohen, 2020).

Antes de 1951, algumas mudanças políticas fizeram com que os Estados Unidos dessem menos importância para o problema da Cepal. Em 1949, a Revolução Chinesa havia sido vitoriosa (Bracarense, 2012). O começo da Guerra da Coreia, em 1950, ascendeu os nervos da Guerra Fria, em especial depois que a URSS usou seu direito a veto no Conselho de Segurança para impedir com que os países membros intervissem na situação. Diante disso, os Estados Unidos criaram uma resolução conhecida como *United for Peace* que garantia à Assembleia Geral da ONU a possibilidade de se sobrepor ao Conselho de Segurança caso houvesse dois terços dos membros a favor. Como o primeiro grande confronto militar depois da segunda guerra mundial, os Estados Unidos reuniram todas as forças possíveis para a mobilização e o apoio à sua posição na guerra. Isso incluía os Estados americanos. Os EUA buscaram apoio dos Estados americanos através da OEA, propondo uma agenda para a reunião da organização com assuntos relativos à segurança interna dos Estados americanos. A agenda proposta incluía o debate sobre políticas de defesa contra comunistas e de apoio estratégico à posição estadunidense na guerra na Ásia. Esses temas eram muito mais prioritários do que

⁵⁵ Esse documento foi obtido através de Cohen, 2020: "Um position paper foi preparado para a delegação dos Estados Unidos que participou da Sessão Extraordinária do IA-ECOSOC, realizada em Washington de 20 de março a 10 de abril de 1950. O documento foi classificado como "confidencial" e, infelizmente, está "sem assinatura". (FRUS 1950, Vol. II, Doc. 354)." (Cohen, 2020, p. 27). Para a questão da posição dos EUA sobre a continuidade ou não do trabalho da comissão: Cf: (ibidem, p. 26-32)

a questão da Cepal naquele momento para os EUA. Somado a isso, a posição de alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, a favor da continuação da Cepal, além da consolidação da liderança de Prebisch em 1950, quando é efetivado como secretário executivo do organismo, são elementos que ajudam a explicar a perda de força da posição estadunidense contrária a Cepal. Somado a essas explicações, o principal argumento estadunidense a respeito da duplicação de atividades foi enfraquecido desde a terceira sessão em Montevideu, quando uma publicação dos dois secretariados (da Cepal e do Conselho Interamericano) descrevia as atividades que estavam sendo coordenadas conjuntamente (Cohen, 2020).

Depois que Prebisch foi efetivado, representantes do governo estadunidense lhe convidaram para um jantar onde foi oferecido a ele que, se apoiasse a fusão entre as duas organizações, seria o candidato dos EUA ao cargo de secretário executivo e disporia de mais recursos. A recusa de Prebisch foi preenchida pelos seguintes argumentos principais: para a Cepal era fundamental manter uma independência intelectual, num esforço de autonomia para elaborar soluções para os problemas da região, e não era um desejo da Cepal que os EUA dominassem a comissão da mesma forma que faziam com a OEA. A proposta foi rebaixada, a fim de obter um acordo mínimo, para os termos de que as sessões das duas organizações fossem realizadas simultaneamente. Recusado, finalmente, os EUA trabalharam para que fosse aprovada uma Comissão de Coordenação, que passava pela coordenação dos secretariados e também dos representantes de cada governo - evitando com que para os mesmos temas os representantes de um mesmo governo tivessem posições distintas. Essa comissão foi aprovada na quarta sessão, realizada na Cidade do México, junto com uma resolução para o Conselho Econômico e Social que recomendava a continuação dos trabalhos da Cepal (Cohen, 2020).

A Cepal foi constituída como uma comissão que pertence à ONU e suas formulações estão, de certo modo, em conformidade com a visão desse organismo internacional. No documento de fundação da Cepal, uma resolução do Conselho Econômico e Social de 25 de fevereiro de 1948 cria a comissão cuja atuação deve ser “de acordo com os princípios das Nações Unidas e sob a supervisão geral do Conselho, desde que não sejam tomadas quaisquer medidas em relação a qualquer

país sem o consentimento deste.” (CEPAL, 1953, p. 6). Portanto, a comissão tinha uma autonomia bastante relativa em relação ao Conselho. Também relativo a suas atribuições, quando a resolução afirma o papel de sugerir recomendações para governos da região e organismos membros da Comissão, vemos a seguinte ressalva: "A Comissão deverá apresentar ao Conselho, para exame prévio, qualquer proposta sua relativa a atividades que teriam repercussões importantes na economia do mundo inteiro." (Ibidem). Esse Conselho a que se refere a resolução é o Conselho Econômico e Social da ONU, um dos órgãos internos da instituição, tal como o Conselho de Segurança, dentre outros (CEPAL, 1953).

Comentando sobre os resultados das negociações para a continuidade dos trabalhos da Cepal, a delegação dos EUA considerou o resultado positivo. Dentro disto, elogiavam o papel de Prebisch, que “está numa posição de fazer com que os funcionários latino-americanos compreendam verdades econômicas que eles não aceitariam com base em qualquer declaração feita pelos representantes dos Estados Unidos” (Cohen, 2020, p. 37).

A sede da Cepal se manteve em Santiago, no Chile, mas também criou-se um escritório no México para avançar num programa de integração dos países do Caribe. Além deste, o próprio Prebisch criou um escritório em Washington, composto inicialmente por dois estadunidenses, um oriundo do Banco Mundial e outro do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. A criação desse último escritório não parece ter sido apenas por razões de coordenação de atividades com a OAS, mas para ampliar os contatos da Cepal e a coleta de informações e pesquisas.

Prebisch se tornou muito conhecido a partir de seu trabalho como fundador e gerente-geral do Banco Central da Argentina. Esse trabalho foi realizado durante o governo da coalização política da “Concordância”, que administrou o país durante mais de uma década, com eleições marcadas por fraudes. Depois desse trabalho, Prebisch passou alguns anos fora de cargos importantes com exceção da função de professor da Universidade de Buenos Aires, do qual depois seria obrigado a desistir. Frustrando suas expectativas de voltar a cargos da administração pública, ele vê com infelicidade a ascensão de Juan Domingo Perón, que vence as eleições de 1946 com o apoio massivo da classe trabalhadora do país com um discurso anti-imperialista e, em especial, contrário à política estadunidense. Suas

divergências com Perón incluíam a defesa de Prebisch da autonomia do Banco Central e de uma gestão puramente técnica da economia, que assegurasse a industrialização sempre junto com a garantia de estabilidade monetária. Além disso, Prebisch achava que a estratégia de desenvolvimento argentina passava por incorporá-la na economia internacional, participando do FMI e demais iniciativas multilaterais (DOSMAN, 2011, p. 252)

Durante os primeiros anos do novo governo, Prebisch buscou costurar um emprego no Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington. Alguns funcionários desse organismo de fato sinalizaram positivamente e ele parecia ter a contratação encaminhada, mas alguns fatores alheios à sua vontade o impediram de assumir o cargo. Assim, Prebisch aceitou uma outra proposta, que para ele parecia de menor relevância, como consultor da recém criada Cepal. Prebisch era um autodeclarado anticomunista cujas primeiras publicações na Cepal batiam de frente com as posições mais ortodoxas dentro da ONU a respeito do desenvolvimento dos países periféricos. O contexto era, de forma semelhante com o cenário mundial descrito mais acima, de ascensão das lutas entre capital e trabalho. A Cepal, assumiu uma estratégia para lidar com as demandas das maiorias sociais que consistia na incorporação. Ela incorporava posições mais regionalistas, diluindo a radicalidade em recomendações de uma instituição multilateral ligada à ONU para uma melhor gestão de uma política de desenvolvimento. Funcionou, portanto, como uma resposta do capital regional. Este reconhecia uma nova relação entre capital e trabalho, que se construía desde o fim da segunda guerra mundial e que fazia necessária a proposição de novas estratégias para lidar com o novo cenário.

Do ponto de vista histórico, é a partir da Primeira Grande Guerra (1914-1919) que a crise do colonialismo ganha nova amplitude, primeiro na Ásia e depois, principalmente com o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945), no continente asiático e, aos poucos, no africano. Esses novos estados soberanos passam a se localizar no cenário internacional diante de um mundo polarizado entre o bloco capitalista liderado pelos EUA e o bloco socialista liderado pela URSS. Os países latino-americanos, que já estavam, na sua maioria, independentes há mais de um século, também reivindicaram uma soberania, se não em termos de um Estado formal - pois já o tinham - como os asiáticos e africanos, seguramente em termos de uma autonomia real que superasse os obstáculos econômicos e as intervenções

políticas dos países mais poderosos do mundo no seu território. As lutas pela independência e pela autonomia política e econômica das nações pertencentes à categoria assim chamada de “Terceiro Mundo” estimularam o debate sobre o desenvolvimento e a dependência.

No imediato pós-segunda guerra, os países latino-americanos se encontravam em uma situação nova. Havia reagido ao período entreguerras, mediado pela crise internacional de 1929, de uma forma bastante distinta das crises do século XIX. No caso do século XX, as crises do entreguerras haviam expandido as exportações de produtos primários latino-americanos, ao mesmo tempo que reduziram as importações. Durante as guerras, essa redução nas importações, assim como o aumento nas exportações, foi causada, em parte significativa, pela reconversão industrial com objetivos militares. Isso estimulou um processo industrializante, via substituição de importações. Este processo não fora possível no século XIX, mas foi no século XX, já que o desenvolvimento manufatureiro era antes muito insuficiente para dar início à substituição de importação. Essa substituição de importações se inicia com produtos de consumo para a elite, mas na década de 1940 avança sobre bens duráveis. É neste contexto que a América Latina entra no período pós-segunda guerra.

O desenvolvimento industrial iniciado nas décadas anteriores se tornou dependente de um grande volume de exportações de produtos primários para financiar a necessária importação de máquinas e empréstimos que construíam esse parque industrial latino-americano em expansão. Essa articulação entre os dois setores que criou, na América Latina, uma condição peculiar de uma aliança da burguesia industrial com a oligarquia latifundiária. Sendo a CEPAL uma expressão teórica dos anseios industrializantes da região, sua formulação tentou acomodar tais desejos com os interesses da oligarquia latifundiária. Não à toa, o Manifesto Latino-americano de 1949, escrito por Prebisch como o primeiro relatório da CEPAL para os países latino-americanos, salienta mais de uma vez que não se tratava de confrontar os interesses dos setores exportadores: “A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária” (2011, p. 97).

Veremos, adiante, com mais detalhes, como de fato se apresenta a expressão teórica dessa estratégia sob o nome de teoria cepalina. Apresentaremos

o recorte histórico adotado e depois chamaremos atenção para o núcleo duro da teoria nesse período.

3.3 Uma exposição da posição teórica da CEPAL a partir dos seus principais textos

3.3.1 O recorte histórico adotado

Para uma abordagem da teoria da CEPAL que faremos adiante, tomamos emprestada a historicização proposta por Sampaio Jr. (1997)⁵⁶ a fim de propor um primeiro recorte para a análise do estruturalismo. A CEPAL nasce com um enfoque estruturalista, muito influenciada pelas reflexões de Prebisch, economista argentino que liderou por mais de uma década a comissão. Era central na proposição de Prebisch o sistema centro-periferia, que criava barreiras para o desenvolvimento nacional de países periféricos. Nesse sentido, ao indicar como o sistema internacional perpetuava as desigualdades entre os países, Prebisch mostrava os limites da ação espontânea para o desenvolvimento. Esse processo de desenvolvimento deveria ocorrer como uma ação deliberada com forte participação estatal para a industrialização, que possibilitasse a substituição de importações, reduzindo a vulnerabilidade externa e fortalecendo o mercado interno.

Nos anos 60, as dificuldades para a substituição de importações deram origem às famosas críticas que tentavam recalcular a rota do desenvolvimento. Alguns desses trabalhos são Tavares (1963) e Pinto (1970). O primeiro, “Auge e declínio do processo de substituição no Brasil” (1963) identifica estrangulamentos na estrutura industrial brasileira após um primeiro período de crescimento, em especial da produção de bens de consumo não duráveis. A forma de estrangulamento, que gerava desequilíbrios macroeconômicos, se repôs de uma outra maneira, gerando pressões sobre o balanço de pagamentos devido à demanda por bens intermediários e de capital. Por último, *“Inflación: raíces estructurales”* (1970) parte da crítica à subestimação dos problemas estruturais, que teria impedido uma

⁵⁶ Esta nos parece ser uma historicização bastante útil, embora construa uma história das ideias automotente, uma vez que as ideias se conectam muito pouco com o período histórico e suas transformações.

compreensão correta do fenômeno da inflação, com o qual conviviam muitos países latino-americanos que iniciaram o processo de substituição. Em todos esses textos, as críticas, de maneira geral, tratavam de mudanças na teoria que apenas aprofundavam o enfoque estruturalista rumo a uma maior operacionalidade diante das dificuldades que surgiam à medida que o processo de substituição de importações avançava.

No fim da década de 60, surge uma visão menos crítica, que focava menos nas dificuldades do processo de desenvolvimento a que passavam os periféricos. Ao contrário, retirou a “incompatibilidade entre imperialismo e consolidação de sistemas econômicos nacionais” (SAMPAIO JR., 1997, p. 36). A conjuntura internacional, em especial a guerra fria, forneceria certo poder de barganha para o Terceiro Mundo, poder este superestimado por alguns teóricos. São eles, em particular, representados pelo trabalho de Faletto e Cardoso (1969) com a proposta de desenvolvimento econômico associado. Eles consideravam que a estratégia de desenvolvimento dos periféricos passava por uma bem-sucedida associação com o capital estrangeiro, a fim de que maiores investimentos impulsionassem a industrialização. A consolidação dessa posição revisionista se desdobrou em duas outras, sendo uma delas o neoestruturalismo latino-americano, e a outra a tese do capitalismo tardio, sintetizado em Mello (1982), com mais força no Brasil. Neste trabalho, não nos interessa abordar essas posições revisionistas⁵⁷, uma vez que nosso enfoque é na primeira fase da CEPAL, marcada pelas posições estruturalistas dos anos 1949 a 1970, cujo principal nome foi Prebisch.

Posto este primeiro recorte, avançamos em direção ao que de fato é nosso objeto: dentro do estruturalismo, vamos nos ater aos trabalhos produzidos diretamente pela CEPAL, aos quais denominaremos propriamente de estruturalismo cepalino.⁵⁸ Em particular, são os trabalhos estritamente da CEPAL e que tiveram como principal responsável o próprio Prebisch. Dentro destes, apenas aqueles que são considerados os principais trabalhos que trazem inovações teóricas. Estas são as publicações que vão desde 1949 até 1955, tomando emprestada a proposição de Pollock (1978):

⁵⁷ Alguns trabalhos de referência das posições revisionistas são: FAJNZYLBER, f. La industrialización trunca de América Latina, 1983; Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío", 1990; CEPAL, Transformación productiva con equidad, 1990.

⁵⁸ Um possível debate é considerar que outros trabalhos também podem ser chamados de estruturalismo cepalino, pois seguem o mesmo marco teórico da instituição, mesmo não sendo resultado direto dos trabalhos da instituição. Contudo, estes ficaram de fora desta pesquisa.

A CEPAL ainda publicaria mais durante o restante da década de 1950, mas aquelas primeiras obras já continham os princípios fundamentais do que mais tarde ficou conhecido como o pensamento da CEPAL.⁵⁹ (POLLOCK, 1978, p. 62)

Isso significa, como já dissemos, se ater a textos que, ao fim e ao cabo, tiveram Raúl Prebisch como o principal responsável pelas publicações - mas que evidentemente teve a colaboração dos demais membros da comissão. São elas o texto “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas” conhecido como “Manifesto de Havana” e publicado em 1949; o “Estudo Econômico da América Latina”, de 1949, tendo como foco a primeira parte denominada “Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico”; e o “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico” de 1951. O texto “Os principais problemas da técnica preliminar de programação”, de 1955, será tratado apenas no item 4.3, no capítulo seguinte.⁶⁰

Assim, este subcapítulo nos serviu para demarcar o material que utilizaremos da CEPAL, considerando especialmente as principais inovações teóricas nessa primeira fase estruturalista da comissão.

Adiante, portanto, prosseguiremos uma apresentação da teoria cepalina a partir desses textos acima citados, com o auxílio das sínteses produzidas por Rodríguez (2009). Isso nos servirá para, no último item, propor algumas reflexões sobre a teoria cepalina, considerando inclusive os dois primeiros capítulos.

3.3.2 O arcabouço teórico da CEPAL segundo seus principais textos

O Manifesto Latino-americano foi escrito em 1949, mais de um ano depois da criação da CEPAL. Até 14 de março de 1949, data que Prebisch iniciou seu contrato com a ONU, a CEPAL estava praticamente paralisada (DOSMAN, 2011, p. 272). Na sessão de fundação da CEPAL, antes mesmo da entrada de Prebisch na instituição,

⁵⁹ Outro trecho do autor: “Todavía iban a proliferar más publicaciones de la CEPAL durante el resto de la década de 1950, pero aquellas primeras obras contenían ya los principios fundamentales de lo que luego se conoció como “el pensamiento de la CEPAL”. (1978, p. 62)

⁶⁰ Dentre os primeiros textos, havia ainda *Estado actual del programa de integración y reciprocidad económica centroamericana* (1952), *Las inversiones extranjeras en América Latina* (1953), *La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericana* (1954). Contudo, a nosso ver, esses textos não trazem nenhum aporte teórico fundamentalmente inovador que já não esteja contido nos demais textos.

a principal resolução do encontro encaminhou a elaboração de um documento chamado “Investigación económica de América Latina” para ser apresentado na segunda sessão marcada para meados de 1949, em Havana. Esse documento reunia dados estatísticos que os governos da região não tinham. Este trabalho técnico era considerado fundamental, tanto que a CEPAL continuaria a cumpri-lo nas décadas seguintes, mas isto ainda era pouco para dar uma identidade própria à CEPAL que justificasse sua existência. É nesse contexto, e nessa conferência em Havana, que o Manifesto de Prebisch é pela primeira vez apresentado, e por conta disso também recebeu o nome de Manifesto de Havana. Nele, a CEPAL se apresenta com uma posição própria a respeito do debate sobre desenvolvimento.

As elaborações teóricas desenvolvidas pela Cepal advém de um contexto de desenvolvimento teórico internacional, nos anos anteriores, da chamada Economia do Desenvolvimento. O primeiro trabalho nessa área teria sido o de Rosenstein-Rodan (1943), para quem o *Big Push* demandava investimentos maciços e coordenados a fim de aproveitar economias de escala e a interdependência entre setores. Seu estudo ficou conhecido por analisar as economias da Europa Oriental consideradas subdesenvolvidas. Entre os pioneiros dessa subdisciplina da economia podemos destacar, além do já referido, autores Gunnar Myrdal, que foi o primeiro secretário-executivo da equivalente europeia da CEPAL. Tanto ele como Ragnar Nurske buscavam mostrar como o subdesenvolvimento se retroalimentava, com tendências a permanência do subdesenvolvimento, com o conceito do primeiro de “causalidade circular cumulativa” e o debate sobre a escassez de capital conectada a baixa capacidade de poupança dos países pobres. Hans-Singer foi precursor da tese de Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca para países exportadores de produtos primários. Ao mesmo tempo, como dito, a CEPAL se apresentava como necessária para uma formulação propriamente autêntica da região para lidar com seus problemas.

Embora seja por vezes atribuído ao “Manifesto de Havana” uma grande originalidade, é preciso relativizá-la. Já em 1943, Prebisch havia escrito um texto em que apontava para a ideia de “uma fissura estrutural na economia internacional entre países industriais e agrícolas, em que as forças de mercado tendiam a acentuar desigualdades” (DOSMAN, 2011, p. 278). Por decorrência deste texto, Kindleberg e Samuelson, dois economistas renomados oriundos dos países assim chamados

centrais, desenvolveram essa hipótese durante os anos de 1943 a 1949 (Dosman, 2011). Meses antes do Manifesto, e tendo servido de inspiração a ele, Hans Singer escrevera um texto chamado *Post-war Price Relations between Under-developed and Industrialized Countries (1949)*, em que apresentava dados empíricos que comprovavam a hipótese de que a dinâmica do comércio internacional acentuava as desigualdades entre os países agrícolas e industriais. Singer era também funcionário da ONU, na época na subcomissão sobre desenvolvimento econômico. Os dados de Singer são, inclusive, bastante úteis para o Manifesto escrito por Prebisch.

O texto começa dizendo que o velho sistema de divisão internacional do trabalho estava sendo deixado para trás, uma vez que nas décadas anteriores, em especial pela Grande depressão e todo o período das grandes guerras, aos países latino-americanos foi imposto um caminho embrionário para a industrialização. Ainda assim, apesar desse caminho já ter começado a ser trilhado por estes países na prática, a discussão teórica a esse respeito ainda estava presa no pós guerra aos dogmas da ortodoxia oriunda dos países centrais. Essa posição de estreia do estruturalismo é uma marca dessa escola, de tal modo que é sintetizada por Rodríguez (2009) através da afirmação de que “quando a economia mundial alcança certo grau de maturação ou certo nível de ganho, a industrialização passa a ser a forma necessária e espontânea de desenvolvimento da periferia” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 99). Esta citação condiz com a linha que adotamos no capítulo anterior ao contextualizar o período histórico em que a teoria surge - ainda que com diferenças. A discussão teórica, nesse caso, foi necessária para organizar uma política deliberada de desenvolvimento da América Latina que pudesse dar continuidade ao processo de industrialização de forma a maximizá-lo e evitar obstáculos que impedissem o seu prosseguir.

No texto “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”⁶¹, de 1951, se apresenta a ideia de que o padrão de desenvolvimento anterior, chamado “desenvolvimento para fora” se esgotou por conta das transformações fundamentalmente econômicas no cenário internacional. As “contingências externas (...) intensificaram ou despertaram as ideias de desenvolvimento” (PREBISCH, 2011, p. 248) pois o desenvolvimento passou a ser “um fenômeno das grandes massas

⁶¹ O texto Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico (1951) é considerado por Furtado (1985) a mais completa exposição do que veio a ser o pensamento da Cepal.

humanas” (Ibidem, p. 248). Além disso, chama atenção para “o fato de que as possibilidades de crescer de outra maneira são extremamente limitadas” (Ibidem, p. 252). Em suma, parece consciente de que a teorização cepalina do desenvolvimento está intrinsecamente vinculada às condições materiais de crescimento das economias latino-americanas naquele período histórico. Ou seja, efetivamente o tipo anterior de desenvolvimento e crescimento, puxado pelas exportações, havia se esgotado enquanto possibilidade.

A principal discussão teórica trazida no texto de Havana diz respeito à concepção centro-periferia. Para chegar nela, Prebisch constrói seu argumento a partir da discussão sobre a divisão internacional do trabalho e os termos de troca do comércio exterior.

Prebisch concorda que há vantagens na divisão e especialização da economia internacional, tal como preconizado pela teoria ricardiana. Contudo, o problema está em uma de suas premissas. Segundo o autor, os fatos, no que diz respeito à América Latina, não sustentam essas premissas teóricas.

Segundo estas, o fruto do progresso técnico tende a ser repartido igualmente entre os países, independente de qual a especialização deles no interior da divisão internacional do trabalho. Isso aconteceria por conta de uma tendência à baixa dos preços dos produtos industrializados. O efeito seria de uma alteração dos termos de troca em favor dos países produtores de produtos primários, que assim se beneficiariam do progresso técnico. Isto, no entanto, se pode ser verdadeiro na relação entre países centrais, afirma Prebisch, é falso no que diz respeito à relação entre países centrais e países periféricos. Assim, a teoria das vantagens comparativas confere caráter geral a uma verdade que é apenas particular. O progresso técnico experimentado pelo centro não chega aos países periféricos e, com isso, tampouco os aumentos de produtividade, tão fundamentais para aumentar sua força de capitalização e aumentar a poupança.

Do ponto de vista dos fatos, argumenta Prebisch, o progresso técnico na indústria foi maior do que na produção primária, no entanto a relação de preços não acompanhou a relação entre as duas produtividades. Se tivesse acompanhado, os preços dos produtos industriais dos centros deveriam ter sofrido uma redução mais acentuada do que a redução no preço dos produtos primários. Se o maior aumento na produtividade dos produtos industriais do centro fosse acompanhado de uma relação de preços favorável aos países produtores de produtos primários, que são

os países periféricos, estes últimos se beneficiariam do progresso técnico. Com isso, afirma Prebisch, a América Latina não teria nenhuma vantagem em industrializar-se. Ao contrário, ao industrializar-se, ela teria uma perda real enquanto não alcançasse o nível de eficiência dos países mais industrializados, de acordo com a premissa da teoria das vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho.

Os dados utilizados no relatório da CEPAL vão desde 1870 até a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, pode-se observar que houve uma deterioração dos termos de troca, ou seja, que a relação de preços entre os produtos primários e industriais se moveu de forma desfavorável aos produtos primários, apesar do maior aumento na produtividade industrial. De uma maior produtividade industrial era de se esperar que sua redução de custos acarretasse uma redução nos preços, ao menos de acordo com os pressupostos teóricos prevalecentes até então. No entanto, não era isso que os fatos mostravam à comissão: era preciso uma quantidade cada vez maior de produtos primários da periferia para comprar a mesma quantidade de produtos industriais do centro. Isso ocorreu porque a redução dos custos foi acompanhada por um aumento na remuneração dos fatores de produção, segundo a explicação de Prebisch. Assim, esse aumento na renda gerou aumento de preços, ao invés de haver redução. A mudança de preços relativos desfavorável aos países da periferia não apenas faz com que a disparidade de produtividade e renda se amplie, como também transfere parte do progresso técnico da periferia para os centros, segundo a interpretação cepalina.

Mas isso ainda não é uma explicação para o que a CEPAL denominou de “deterioração dos termos de troca”. Essa é, segundo Rodríguez (2009), uma descrição contábil da teoria da deterioração dos termos de troca. Apenas afirma que a mudança de preços é um fato relevante que influencia o grau em que, graças à disparidade na produtividade entre centro e periferia⁶², essa diferenciação de renda ocorre.

Antes de seguir para explicar as causas sustentadas pela CEPAL para esse fenômeno, fazemos apenas um breve parêntese. O mercado mundial, entendido como um conjunto de relações entre os países - nesse caso relações comerciais - demonstra o aumento permanente da disparidade entre os países do centro e da

⁶² Essa diferença de produtividade, explicada pela especialização do centro em produtos industrializados e da periferia em produtos primários, é explicada, parcialmente, pelo subemprego estrutural.

periferia como parte da sua lógica de funcionamento ao menos nos últimos oitenta anos. Isso é bastante problemático para o comércio exterior, que vigorava como o reino da harmonia, ainda mais vindo de um órgão da ONU. Assim, a CEPAL é rápida em afirmar que a desigualdade produzida no mercado mundial não é responsabilidade dos países do centro, afinal foi com seu próprio esforço que obtiveram o fruto do seu progresso técnico. Isso parece ser uma defesa, ao menos tácita, dos modos pelos quais os países centrais historicamente adquiriram boa parte dos recursos para alcançar esse nível e disparidade de progresso técnico. A comissão salienta, inclusive, que essa desigualdade foi fundamental para o desenvolvimento capitalista desses países e portanto do progresso técnico que obtiveram. Um dos determinantes do progresso técnico foi, segundo ela própria, a enorme capacidade de poupança que tiveram esses países, o que teria sido comprometido caso tivesse sido repartido entre os demais países.

Segundo Rodríguez (2009), a CEPAL sustenta nos seus primeiros textos duas formulações distintas para explicar o fenômeno que diz existir da deterioração dos termos de troca. A primeira versão ele nomeia de “versão ciclos” e a segunda de “versão industrialização”. A primeira está presente desde o Manifesto de Havana de 1949 e é nela que nos deteremos. Segundo ele, essas ideias têm um “viés keynesiano” (Rodríguez, 2009, p. 138) por sustentarem uma rigidez de salários na explicação do movimento cíclico de preços. A explicação da deterioração dos termos de troca, como o nome diz, se dá como resultado das flutuações cíclicas que ocorrem na economia mundial e a forma como elas afetam a relação entre os dois pólos do chamado sistema centro-periferia. A segunda versão, ainda segundo Rodríguez (2009) impregna instrumentos da teoria neoclássica na medida em que usa como causa da tendência à deterioração a disparidade entre elasticidade-renda da demanda de importações entre centro e periferia.

Como dito, seguiremos na explicação da “versão ciclos” apresentada pelo “Manifesto de Havana” e pelo “Estudo econômico da América Latina, 1949”. Segundo esses documentos, os países centrais têm uma característica que os diferencia dos países periféricos no movimento cíclico da economia. No período de crescimento (chamada de “crescente cíclica”), a demanda dos países centrais tende a superar a oferta, levando a um aumento de preços. Nesse período a produtividade aumenta e a remuneração dos fatores de produção também, em especial, segundo a CEPAL, crescem os salários. A descrição cepalina começa pelo centro pois,

segundo a lógica centro-periferia, é lá onde se localiza o centro dinâmico da economia cujos movimentos tendem a se propagar para o restante da economia mundial. Assim, o efeito na periferia dessa expansão nos centros é um aumento na demanda por bens primários e assim dos seus preços. Ou seja, um movimento semelhante ao que ocorre nos centros. Esse movimento expansivo gera uma transferência dos frutos do progresso técnico dos centros industriais para os países periféricos, uma vez que o aumento dos preços seja maior no setor primário que no industrial. Contudo, nos período de baixa da economia mundial, os preços dos produtos primários baixam mais rapidamente que os preços dos produtos finais industrializados nos centros. Na alta, os salários haviam aumentado por conta da concorrência entre os empresários pelo fator de produção trabalho. Na baixa, há dificuldade de redução da renda dos trabalhadores nos centros. Os salários, segundo Prebisch, têm certa rigidez por conta dos sindicatos e mobilizações dos trabalhadores. Assim, essa pressão pela redução na renda é transferida para a periferia, forçando-a a reduzir muito a sua renda. No caso da periferia, a resistência para a redução nos salários é muito menor, uma vez que a desorganização das massas operárias na produção primária é mais acentuada. Assim, no longo prazo, considerando só vários períodos cíclicos, a tendência seria para a deterioração dos termos de troca da periferia.

Esse argumento da rigidez dos salários ou da “capacidade das massas” (Prebisch, 2011) nos centros é o principal da “versão ciclos” apresentado no Manifesto de Havana. Contudo, essa versão tem ainda outro argumento, que se conecta mais com o papel da periferia na estrutura produtiva. O argumento é principalmente de que a periferia tem uma demanda derivada.

Vamos brevemente nos ater ao argumento da “capacidade das massas”. A fraqueza da organização dos trabalhadores latino-americanos, explicada pela CEPAL pelo argumento do subemprego estrutural⁶³, do qual falaremos mais adiante, poderia nos levantar a seguinte questão: se considerarmos que os trabalhadores poderiam vir a se organizar, mesmo em condições de subemprego estrutural, não poderia ser um caminho buscar a organização dos trabalhadores e assim deter essa sequência de perdas durante as chamadas minguentes cíclicas? Prebisch

⁶³ Rodríguez (2009) dedica um item de um capítulo ao tema da tendência ao subemprego estrutural, assim como Bielschowsky (1998) fala em tendência de permanência do subemprego. Mas é possível também falar em desemprego estrutural. Os dois problemas tem causas muito semelhantes.

rapidamente responde que não: mesmo que os trabalhadores da periferia fossem organizados, nada adiantaria. Na verdade, a organização deles causaria um problema ainda mais grave nos países periféricos. Caso resistissem, causaria uma contração ainda maior da economia, uma vez que essa resistência à pressão na redução da renda na periferia ocasionaria nos centros industriais um aumento no estoque acumulado, o que contrairia ainda mais a produção e a renda. Por sua vez, isso geraria uma redução maior ainda na demanda por produtos primários. Isso tenderá a forçar a contração na renda da periferia. Assim, a solução para essa disparidade, conclui Prebisch, não pode ser o aumento da organização dos trabalhadores, mas sim a melhora nas condições de concorrência entre os países, via alteração na estrutura produtiva, aumentando a produção de bens industriais.

Não nos interessa aqui neste capítulo expor equívocos na argumentação de Prebisch, mas expô-la de tal modo que deixe nítido a quem serve seu pensamento. Trata-se de um pensamento que tem a pretensão de melhorar as condições de competição dos países latino-americanos na economia mundial. E melhorar as condições para si é legitimar todo esse processo. Pode-se não gostar da posição que se ocupa nesse processo, mas a saída defendida é empreender um grande esforço regional dentro da regra do jogo. A guerra de todos contra todos é uma guerra justa, que é travada entre os indivíduos e também entre os países ou regiões.

Um dos problemas considerados estruturais da periferia, e acima já citado, é o que os estruturalistas chamam de subemprego estrutural, pessoas que estão empregadas em trabalhos de muito baixa produtividade, em condições precárias de trabalho e renda. Isso conforma o excedente virtual de população. Não se trata de um excesso real, mas relativo à capacidade de absorção da mão-de-obra pelas economias dos países. E isso conforma um quadro mais amplo de heterogeneidade estrutural⁶⁴ e especialização, o que significa que a estrutura produtiva é pouco diversificada e composta por uma divisão entre um setor de baixa produtividade, que emprega a maior parte da população, e outro de alta produtividade, com uma mão-de-obra pequena porém altamente qualificada. Esse cenário é o exato oposto aos centros industriais, onde há homogeneidade da produtividade entre os diversos ramos e grande diversificação. O elemento do subemprego se perpetua mesmo com

⁶⁴ Esse termo “heterogeneidade estrutural” só aparece pela primeira vez em Aníbal Pinto (1970). Contudo, essa ideia geral de uma estrutura produtiva cindida, com duas partes apartadas entre si e separadas por um abismo de produtividade já estava desde os primeiros textos da Cepal.

o aumento da produtividade no campo, pois a mecanização tendeu historicamente a transformar o subemprego rural em subemprego urbano. Esse cenário de subemprego estrutural pode ser entendido como “estrutural” porque compõe um dos obstáculos para o avanço da industrialização. São três os fatores nomeados por Rodríguez (2009) como razões para a persistência do subemprego estrutural. Em primeiro lugar está o fato de que ao final da Segunda Guerra, existia um contingente gigantesco de subempregados, e, portanto, seu próprio tamanho influencia na sua persistência. Além disso, o baixo ritmo da acumulação de capital e o progresso tecnológico são fatores explicativos que se somam ao primeiro.

Falaremos agora dos dois últimos fatores. Mas antes, é preciso caracterizar o modo pelo qual a CEPAL entende o problema do progresso técnico na periferia. Segundo o texto “Problemas teóricos e práticos”, o progresso técnico nos países centrais teve uma trajetória gradativa no que diz respeito à evolução da densidade de capital da tecnologia. Contudo, a periferia não experimenta essa mesma gradação. Ao precisarem investir, se deparam com a necessidade de importar equipamentos produzidos e desenvolvidos nos países dos centros industriais, ou seja, tecnologias compatíveis com a elevada renda per capita desses países. Essas tecnologias são de alta densidade de capital e são poupadoras de mão-de-obra. No entanto, na periferia, a densidade ótima seria menor que nos centros industriais, dada a escassez de capital e a abundância de mão-de-obra. Assim, são obrigados a adquirir os equipamentos disponíveis, que são incompatíveis com sua densidade chamada de ótima - que revela certo vocabulário marginalista. Isso gera problemas de escala, uma vez que a técnica desenvolvida nos centros é muitas vezes constituída por uma indivisibilidade de escala, o que é um problema para uma parcela da região, cujo tamanho do mercado é relativamente pequeno - levando a produção latino-americana a operar com eficiência reduzida. Uma das conclusões dessas afirmações é que as generalizações tipicamente construídas pela teoria econômica precisam ser relativizadas quando considerado o caso concreto da periferia, o que compõe o argumento geral de que a CEPAL responderia a uma necessidade de uma teoria econômica própria da realidade latino-americana.

A baixa acumulação de capital devido a baixos níveis de produtividade e renda, somados aos investimentos em tecnologias de alta densidade de capital e grande escala, inadequadas para a região, não é suficiente para absorver a oferta

de mão-de-obra oriunda do crescimento vegetativo mais a absorção do subemprego.

Rodríguez (2009) argumenta que “quando o setor moderno é exíguo, a acumulação e o crescimento [do setor moderno] podem ser insuficientes para dar emprego à mão de obra adicional que vai sendo gerada não só nesse setor, mas também em um setor atrasado onde se concentra grande parte da ocupação total” (2009, p. 111), ou seja, o grau inicial de heterogeneidade é um fator explicativo fundamental da persistência do subemprego. Mas além dele, opera a baixa capacidade de poupança junto aos exíguos níveis de produtividade e renda médios - essa produtividade tem nível relativamente baixo mesmo em setores de alta produtividade, pois é inferior à que poderia ser obtida com as técnicas conhecidas. Sobre a taxa de acumulação incide negativamente a diminuição da produtividade de capital graças aos problemas de escala, por conta do tamanho dos mercados periféricos. Resumindo: baixa capacidade de acumular, inadequação da tecnologia gerada nos centros, dimensão dos mercados, abundância de mão-de-obra, taxas elevadas de crescimento da população ativa e particularmente a existência expressiva do subemprego no início do processo criam uma persistência no subemprego.

O aproveitamento do progresso técnico pela periferia, a fim de elevar os níveis de vida das massas, superando as consequências da tendência de deterioração dos termos de troca, é colocado como um dos objetivos da industrialização.

A industrialização, contudo, sofria com outros problemas que se somavam à deterioração dos termos de troca e ao subemprego. Segundo a CEPAL, a própria industrialização gerava problemas para si mesma. Em outras palavras, na medida em que a industrialização exigia maiores importações de bens de capital, ela pressionava o balanço de pagamentos, sob ameaça de desequilíbrio externo.

A questão, apresentada em “Problemas teóricos e práticos”, é, portanto, como o crescimento da renda, resultado da industrialização, obriga a uma substituição nas importações pela produção interna e também como, para continuar crescendo, obriga-se a uma modificação na composição das importações. Este parece ser um tema fundamental na medida em que o desenvolvimento da periferia implica um certo conflito com os países centrais por conta de restrições às importações que a periferia precisa impor para seguir seu rumo desenvolvimentista.

Ainda considerando o texto “Problemas teóricos e práticos”, faz-se questão de dizer que de modo algum se trata de um isolamento em relação ao mercado mundial. E muito menos em relação ao mercado regional, haja visto que a CEPAL estimulou o comércio recíproco entre os países da região, inclusive incentivou a especialização industrial a fim de que eles não concorressem nos mesmos ramos e aproveitassem a escala do mercado regional. Mas em se tratando da região como um todo em relação ao mercado mundial, o texto afirma o contrário: seu projeto é compatível com o mercado mundial. Mais que isso, a CEPAL busca mostrar também a *necessidade* do mercado mundial para esse projeto e a *necessidade* desse projeto para o mercado mundial. O primeiro na medida em que as exportações e investimentos estrangeiros são considerados fundamentais para o financiamento das importações necessárias principalmente de bens de capital, mas também de bens de consumo duráveis e bens intermediários, cuja demanda cresceu com o crescimento da renda. O segundo, na medida em que, conforme buscamos apresentar na parte contextual do capítulo 2 e conforme a própria CEPAL reconhecia, a industrialização sustentada era um elemento central para que os latino-americanos pudessem se reposicionar na nova ordem mundial do pós-guerra, possibilitando assim mercados para a produção europeia e estadunidense.

Esse mesmo tom é usado desde o primeiro texto - de Havana. Naquele caso, o tema do mercado mundial se dava através da discussão sobre o desenvolvimento da produção primário-exportadora. A industrialização que se está defendendo não seria antagônica ao desenvolvimento da produção primária. Este último seria fundamental para o financiamento das importações necessárias à industrialização, pois este processo demanda bens de capital, em sua maioria produzidos nos países centrais. Para tal, a exportação de bens primários cumpre o papel de fornecer as divisas necessárias. Neste sentido, defendem que não há necessariamente um conflito entre a expansão do comércio exterior e o desenvolvimento industrial da região, contanto que aquele não sirva apenas para reproduzir a estrutura econômica interna.

É nesse sentido que o texto “Problemas teóricos e práticos” diz que, apesar das restrições às importações impostas, as mudanças nos países periféricos conformam mercados para novos produtos, que podem mais que compensar aquela restrição. Trata-se, portanto, de que os centros percebam a tendência de mudança na composição das importações para melhor prever e adaptar seus programas

econômicos exportadores para atender os novos mercados oferecidos pela periferia. Ou seja, num contexto em que o protecionismo latino-americano poderia levar a certos conflitos de interesses com os países centrais, a CEPAL deseja mostrar que é possível chegar a soluções satisfatórias de conciliação entre as partes. Não à toa, se apresenta como mediador esperançoso e clamante da boa vontade dos países centrais: “cabe esperar que a determinação dos países mais desenvolvidos de cooperar com o desenvolvimento dos menos (...) crie um ambiente propício (...) para que a (...) transformação (...) se efetue com o mínimo de transtornos e com a compreensão recíproca dos interesses em jogo” (PREBISCH, 2011, p. 252). A dificuldade de importação, por falta de divisas e de mercado para seus produtos manufaturados de menor produtividade nos países dos centros industriais, obriga a periferia a produzir a maior quantidade de artigos de que necessitam. Mas isso poderia ser superado por uma “compreensão recíproca”. Evidentemente aqui se apresentam os limites também institucionais. Contudo, é difícil precisar o quanto os limites institucionais são externalidades em relação aos indivíduos, conscientes da necessidade de polir o discurso, ou o quanto essa própria necessidade é incorporada pelos funcionários.

O que acontece é que por vezes as exportações são insuficientes. No texto de Havana, a principal dificuldade é apresentada como oriunda de um condicionante externo, a saber, o baixo coeficiente de importação da principal economia do mundo e principal parceiro comercial dos países latino-americanos, os EUA. No “Problemas teóricos e práticos do crescimento” (1951), o texto foca no fato de que as exportações crescem a um ritmo menor que o crescimento da renda nesse processo industrializante, fazendo com que se tenha que recorrer a outras fontes.

Em “Manifesto de Havana”, se os Estados Unidos tivessem aumentado seu coeficiente de importações da Europa, poderia ser que os Europeus viessem a fornecer as divisas em dólar aos latino-americanos, via aumento do consumo de bens primários. Contudo, isso dependia da vontade estadunidense, que se tratava de um condicionante externo.

A redução do coeficiente de importações pelos Estados Unidos é explicada pelo cenário desfavorável no país, que acarretava em maior desemprego. Assim, a CEPAL argumenta nitidamente que o pleno emprego estadunidense é como uma benção para todos os países, em especial os da periferia, pois tende a aumentar a necessidade de importação daquele país. Explica-se: o pleno emprego de fatores

nos EUA somado à demanda interna gerada pela renda do aumento das exportações para o processo de industrialização latino-americana teria efeitos positivos sobre o comércio exterior, já que essa demanda teria que ser satisfeita via importação de produtos, entre outros, latino-americanos.

Por conta da manutenção do baixo coeficiente inclusive depois da superação da crise de 1929, os países latino-americanos também reduziram o seu coeficiente de importações, pois do contrário agravariam os problemas. Assim, para minimizar os prejuízos sobre as suas reservas monetárias, o comércio internacional foi prejudicado, no sentido de que ele foi retraído. Essa redução do coeficiente ocorreu “por meio da desvalorização monetária, da elevação dos impostos de importação, das cotas de importação e do controle de câmbio” (PREBISCH, 2011, p. 119) funcionando em geral como instrumento discriminatório. A CEPAL reconhece a importância dessas medidas uma vez que “quando um país se vê privado dos dólares necessários para pagar suas importações essenciais, a única saída para essa situação tão crítica parece residir em importações pagáveis nas moedas recebidas pelo pagamento de exportações” (Idem), ou seja, deliberadamente atuar de modo discriminatório no mercado internacional a fim de garantir a saúde da economia doméstica latino-americana. Mas isso não são medidas de princípio, apenas resultado das condições internacionais que lhes eram dadas.

A CEPAL afirma que seria desejável para as economias latino-americanas que os EUA aumentassem seu coeficiente de importações, o que eles consideram possível caso o pleno emprego de fatores nos EUA seja mantido. A industrialização na América Latina se traduz num aumento da demanda por importação, uma vez que provoca um aumento na renda nacional e também da demanda por bens de capital. O aumento das importações latino-americanas, advindas principalmente da produção estadunidense, ocasionaria uma maior renda interna, que provocaria um excesso de demanda interno, que não poderia ser suprido internamente uma vez que todos os fatores de produção estariam empregados. O resultado disso seria o crescimento das importações ou uma pressão inflacionária, no que a primeira opção pareceria mais favorável. Assim, a situação mais provável para evitar as oscilações na economia latino-americana, criando condições para que possa crescer de forma mais sustentada, seria esperar o pleno emprego de fatores dos Estados Unidos. Essa lógica parece expressar que o bem dos EUA é, nesse sentido, o nosso bem. O mal dos EUA, é o nosso mal. Assim, conclui Prebisch:

“tendo atingido seu objetivo de pleno emprego, os Estados Unidos podem alcançar simultaneamente outros dois objetivos primordiais de sua política econômica: promover ativamente o comércio internacional e estimular a industrialização da América Latina” (PREBISCH, 2011, p. 125).

E isso está de acordo com o fato de que os Estados Unidos tinham a hegemonia econômica mundial. Mais uma vez é a demonstração de que a CEPAL está apenas considerando os fatos de modo pragmático. É o que torna essa posição compatível com a que apresentamos mais adiante, o que vamos chamar de um nacionalismo ou regionalismo pragmático.

Sobre a questão da capitalização, já dissemos sobre o problema da criação de poupança interna. Essa preocupação com a capitalização se acentua diante do fato de que Prebisch, em “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”, sabe que até a crise mundial da economia, os investimentos estrangeiros eram realizados principalmente nos setores de exportação, com um *boom* antes na década de 1920 (BÉRTOLA e OCAMPO, 2012), mas que depois de 1929, os capitais se tornaram escassos para a região por décadas. No pós guerra, isso era em parte por conta do que já vimos - a prioridade de reconstrução da Europa.

Ainda assim, no texto do “Manifesto de Havana, diz-se que os investimentos estrangeiros são fundamentais para qualquer industrialização da América latina, mas que o pagamentos dos serviços financeiros se mostrou um problema durante a Grande Depressão, quando alguns países deram calote nos pagamentos. Essas dificuldades são resultado da dificuldade de aumento das exportações que possam portanto gerar divisas suficientes para financiar esses serviços financeiros.

Em Problemas teóricos e práticos, o investimento estrangeiro “terá que ter” papel complementar. O interessante é justamente que esse “terá que ter” não indica princípio nacionalista, mas simplesmente pragmatismo, ou nacionalista pragmático, o resultado das condições reais que se apresentavam naquele momento: a falta de investimento estrangeiro, desde a crise mundial na economia, impôs, por eliminação, o capital nacional como prioridade para o desenvolvimento.

Para Prebisch, o aumento do nível de vida das massas depende do aumento da produtividade (mais capital por trabalhador). Por isso, pelo bem da população latino-americana, é necessário realizar uma enorme acumulação de capital. Para isso, é necessário que as massas façam um sacrifício, a saber, a compressão de seu consumo, que já é excessivamente baixo. Investimentos estrangeiros podem

reduzir o sacrifício necessário a ser feito pelas massas. E os chamados “setores dirigentes” também precisam se sacrificar, diminuindo seu consumo conspícuo escabroso para aumentar o percentual de reinvestimento da sua renda. Além disso, diante da acumulação proporcionada pelo aumento de poupança esperado, o produto gerado deve continuar a se destinar à acumulação, ao invés de se destinar às massas.

Houve, nos anos anteriores, um aumento da produtividade e consequente aumento na renda nacional oriundos do aumento do emprego de pessoas na indústria que antes estavam desempregadas ou em empregos de baixa produtividade. Esse aumento na renda nacional, se persistir em tendência, é promissor para elevar a poupança, mas um elemento que, para Prebisch, joga contra, é o tipo de consumo e os gastos improdutivos do Estado. Dada a escassez de capital, é necessário que este seja aplicado com muita eficiência nos setores estratégicos. Mas “estratégico” depende de qual estratégia é adotada: “É necessário definir com precisão qual objetivo se pretende alcançar com a industrialização” (PREBISCH, 2011, p. 101). Para Prebisch, esse objetivo deve ser o bem-estar da população latino-americana. Por isso, nem toda industrialização é necessariamente boa. Seus limites devem ser postos em função desse objetivo.

Destacamos, neste subitem, os elementos centrais presentes nos primeiros textos da CEPAL, com subsídio de Rodríguez (2009). Percebemos como a teoria busca explicar os obstáculos experimentados pela região no seu processo de industrialização. Percebemos também o esforço de mostrar a compatibilidade da teoria com o funcionamento do mercado mundial e, como dito, a necessidade de um para o outro. Isso ajuda a encaminhar a possibilidade de abordar adiante, no capítulo 4, as consequências dessa teorização, a saber, os elementos práticos de ação estatal, que são igualmente inerentes à teoria da CEPAL.

Mas antes, ainda neste capítulo, destacaremos no item a seguir alguns elementos metodológicos do estruturalismo latino-americano, assim como possíveis influências teóricas, que não estão presentes de modo explícito nos principais textos da CEPAL, mas que esforços posteriores buscaram sistematizar.

3.4 Método histórico-estrutural e as influências teóricas da CEPAL

O objetivo desse subcapítulo é, em primeiro lugar, debater o que significa “estrutura” no método cepalino, assim investigando possíveis influências da tradição estruturalista da ciência sobre o método cepalino. Em segundo lugar, nosso objetivo é investigar outras possíveis influências. A economia política clássica e o marxismo são duas que serão abordadas juntas. Assim faremos pois nos permitirá mostrar um caminho pelo qual é possível aproximar a CEPAL de Marx, tendo a economia política clássica como mediação entre ambos os termos. A influência do economista alemão Friedrich List (1789-1846) é a última influência que trataremos. Haja visto seu tratamento antecipado no tema do protecionismo e da integração regional. Aproveitaremos essa influência para buscar, na crítica de Marx a List, possíveis apontamentos para uma crítica à CEPAL.

Por fim, optamos por excluir o tratamento da influência de Keynes sobre a CEPAL. Em primeiro lugar, porque nesta dissertação já estamos considerando uma aproximação entre o keynesianismo e o desenvolvimentismo, na medida em que tratamos a ambos como uma expressão ideológica (teórica) do período de reconstrução das relações propícias à reprodução da ordem capitalista. No tema do hiato de poupança, por exemplo, esses primeiros trabalhos cepalinos consideram, de modo não-keynesiano, a barreira da poupança fundamental para a dificuldade de crescimento (Bielschowsky, 1998). Por outro lado, a título de menção, lembramos que Prebisch escreveu, em 1947, uma introdução ao pensamento de Keynes, especialmente porque seus tempos de Banco Central Argentino lhe causaram uma preocupação com o tema da moeda. Segundo Rodríguez (2009), um elemento importante da teoria cepalina que a aproximaria de Keynes é o papel conferido ao Estado. Quanto a este tema, optamos por tratá-lo através de outro autor (List) e depois em outro capítulo, pois dessa maneira o tratamento do Estado será feito de modo suficiente para nossas pretensões, considerando os objetivos dessa dissertação.

3.4.1 O método histórico-estrutural

O termo “estruturalista” é utilizado para englobar as contribuições realizadas por intelectuais em geral ligados à Comissão Econômica para a América Latina da

Organização das Nações Unidas, a CEPAL, e que viam na realidade latino-americana especificidades a respeito das quais a teoria neoclássica (e também a keynesiana) seria incapaz de dar conta (FONSECA e DOMINGUES, 2021). De acordo com Hirschman (1961), o termo não foi utilizado nos artigos de Prebisch dos anos 1950, mas em 1956 o termo “estruturalista”, para se referir a essas ideias, foi utilizado pela primeira vez em artigo de Noyola Vásquez (1956) centrado no tema da inflação no México.

Em um importante texto que sintetiza a tradição cepalina, chama-se atenção para o método:

O sistema analítico da CEPAL se baseia no *método "histórico-estrutural"*, que examina as especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e do Caribe em seu caráter "periférico", em contraposição às características das economias centrais observadas na perspectiva prioritária de sua transformação a médio e longo prazo (...) O *método histórico-estrutural* permite uma fecunda interação das abordagens dedutiva e histórico-interpretativa, tratando da trajetória dos agentes e instituições e do diálogo permanente entre as formulações teóricas e as mudanças históricas. O livro de Furtado (1959) sobre a formação econômica do Brasil é possivelmente a mais importante referência quanto ao uso do método no estudo da história. Para uma discussão sobre isso, ver, por exemplo, Sunkel e Paz (1970), capítulo 5 (Bielschowsky, 2009, p. 175, grifo nosso).

A primeira vez que o termo “método histórico-estrutural” apareceu foi nas obras de Cardoso e Faletto (1969) e de Sunkel e Paz (1970). Ou seja, nos textos primários do método, não havia essa denominação. Tampouco havia quando Furtado escreveu seu livro sobre formação econômica do Brasil⁶⁵, citado na referência acima de Bielschowsky. Dentre os autores clássicos dos anos 1950 e 1960 do estruturalismo latino-americano, nenhum se debruçou com particular demora sobre o método histórico-estrutural em si, com exceção de três páginas e meia do Anexo Metodológico de Furtado (1983) (FONSECA e DOMINGUES, 2021).

Nas diversas áreas de conhecimento, o termo estruturalista se refere a uma gama de autores. Na psicologia, Edward Titchener (1867 - 1927) buscou encontrar a estrutura da mente humana, que ele associou a elementos básicos aos quais a mente poderia ser dividida, tais como os átomos na química. Na linguística, foi Ferdinand de Saussure (1857-1913) que viu a língua como um sistema autônomo de signos interrelacionados e assim repensou a linguística no que diz respeito à relação

⁶⁵ Seria muito proveitoso um trabalho que buscasse identificar o método histórico-estrutural em trabalhos em que o método aparece aplicado, como no trabalho de Furtado (1959), em que aparece ligado à realidade brasileira, e não apenas trabalhos sobre o método, tendo este como objeto.

entre as palavras e o mundo. Esse autor também sobrepõe a sincronia à diacronia, ou seja, o estudo da estrutura linguística compreendida de forma estática por sobre a análise da evolução histórica das matrizes linguísticas. Na antropologia, Claude Lévi-Strauss (1908-2009) iniciou seu estudo das sociedades chamadas elementares e formulou um método que consistia em negar a realidade imediata a fim de encontrar estruturas subjacentes universais nas culturas humanas. Como na mitologia, em que Lévi-Strauss comparou diferentes narrativas de povos indígenas na América a fim de demonstrar como apesar das diferentes formas de manifestação, os distintos mitos compartilhavam uma estrutura comum entre eles. No campo marxista, Louis Althusser (1918-1990) foi o principal nome do estruturalismo, num contraponto antihumanista aos escritos de Antonio Gramsci (1891-1937) e Gyorgy Lukács (1885-1971). Na economia, existiu um estruturalismo econômico particularmente referido na França, em que a ideia de estrutura estava ligada aos esforços de modelar a realidade. Além desse, o estruturalismo latino-americano ligado à CEPAL ganhou força nos anos 1950 em torno do tema do desenvolvimento, como estamos investigando nesse trabalho.

Na literatura sobre o tema do método histórico-estrutural, já foram levantadas dúvidas sobre a origem do uso do termo “estrutura” e “estruturalismo” na escola latino-americana. Seriam esses usos uma influência do método estruturalista clássico?

Alguns dos primeiros trabalhos sobre o método foram direcionados aos escritos de Prebisch. Segundo Jameson (1986) e Palma (1987), haveria uma relação clara com o método estruturalista clássico. Segundo o primeiro autor, há cinco pontos de convergência entre o estruturalismo clássico e o cepalino.

Em primeiro lugar, o estruturalismo seria baseado na ideia de “sistema”, em que cada sistema só pode ser compreendido como um conjunto organizado de elementos interrelacionados, em que cada elemento só pode ser compreendido no interior desse sistema e dessa inter-relação. Isso seria exatamente o que o sistema centro-periferia pressupõe, já que um pólo só faz sentido em unidade com o outro e a transformação de um afeta o outro e o conjunto do sistema. Além disso, o foco do sistema cepalino está nessa relação entre os elementos do sistema, assim como na CEPAL, para quem as relações entre centro-periferia são fundamentais para a compreensão completa.

O segundo ponto consiste no esforço de buscar as estruturas profundas subjacentes à realidade imediatamente observável. Assim, os cepalinos teriam buscado ir além das estruturas de superfície como os indicadores macroeconômicos usuais, a presença de corporações transnacionais etc. Boianovsky (2015) chama atenção para os elementos não-econômicos (institucionais, sociais, e de comportamento) que seriam postos na análise.

Em terceiro lugar, estaria a característica estruturalista de estudar os signos através da semiologia. Nisso, está o fato de que os eventos ou objetos ganham um significado para além do que é imediatamente visto - o famoso exemplo do sinal de trânsito em que “pare” ganha um significado por convenção social. A convergência com a CEPAL estaria no esforço de Prebisch em alterar o significado do sistema internacional, passando a ser fonte de assimetria; e, depois, os teóricos da inflação estrutural de mudar o sentido da inflação deixando de ser apenas resultado de mudanças na oferta monetária.

Em quarto lugar, o binarismo, através do qual a mente se organizaria, seria repetido na CEPAL por “desenvolvimento-subdesenvolvimento”, “centro-periferia”, “Estado-nação-transnacional” etc.

O último ponto seria de que as estruturas mudam ao longo do tempo e qualquer análise é historicamente contingente. Esse último ponto dificilmente se aplica aos estruturalistas clássicos. Segundo Boianovsky (2015), Jameson teria interpretado de modo equivocado as “leis de transformação” do estruturalismo como um processo temporal. As leis de transformação seriam as regras pelas quais uma estrutura pode vir a ser outra. Esse é um ponto sobre o qual não nos deteremos, mas a leitura do artigo de Boianovsky (2015) é bastante elucidativa neste ponto.

Mas podemos ir além de Prebisch. Celso Furtado (1920-2004) foi um economista brasileiro que participou da CEPAL durante seus primeiros anos. Ele, depois, seguiu uma vasta trajetória própria de publicações, frequentemente associado ao tema do desenvolvimento. Boianovsky se esforçou por investigar uma possível relação do estruturalismo clássico a partir de Furtado:

Furtado estudou na Universidade de Paris 1 - *Panthéon-Sorbonne*, onde apresentou sua tese de doutorado em 1948, mesmo ano da apresentação da tese de Lévi-Strauss na mesma universidade. Na década de 50 e 60, segundo Boianovsky (2015, p. 2), “a vida intelectual francesa foi dominada (...) pelo estruturalismo”. Depois dessa etapa na França, Furtado voltou a morar no país por

vários períodos, tendo lecionado na *Sorbonne* (Boianovsky, 2015). Contudo, segundo o próprio Furtado, não houve influência direta do estruturalismo de Lévi-Strauss na sua obra.

Segundo Boianovsky (2015), os estruturalistas latino-americanos usam três noções de “estrutura”. A primeira delas associa a ideia de estrutura à ideia de modelos matemáticos, em que os coeficientes são termos invariantes, informações dadas, variáveis não-econômicas e exógenas ao modelo. Para Furtado (1967), a relevância do estruturalismo estava em colocar em evidência os parâmetros não-econômicos, que formariam a “matriz estrutural” dos modelos. Nisso, por um lado, seus modelos se aproximam da matematização de Lévi-Strauss e, por outro lado, do esforço dos economistas por modelos dinâmicos, que “endogeinizem” as variáveis exógenas. A segunda noção é mais próxima de Tinbergen que, com seus trabalhos de econometria aplicada, buscava os mecanismos de propagação, que equivalem a estruturas causais subjacentes aos dados informados imediatamente. Por último, o autor afirma que uma terceira interpretação se baseia na matriz insumo-produto de Leontief, tendo sido desenvolvida apenas nos anos 1970. Os coeficientes intersetoriais dessa matriz são elementos imediatamente observáveis, não correspondendo, portanto, à definição de estrutura profunda de Lévi-Strauss.

Como vimos, portanto, há diversas possibilidades de entender a aproximação do método estruturalista cepalino com o estruturalismo clássico, assim como algumas formas que os latino-americanos compreenderam a ideia de “estrutura” que não eram assim tão próximas da posição de Lévi-Strauss. Furtado incorporava algumas noções críticas que poderiam ser vistas como mais semelhantes à ideia de história estrutural de Fernand Braudel (1902-1985), nome conhecido da Escola dos Anais.

De forma menos rigorosa, haveria ainda outras possibilidades de entender o uso do termo “estrutura” na CEPAL. Uma delas é pela centralidade que ganha o termo “estrutura produtiva”, objeto fundamental a ser transformado pelo processo de desenvolvimento, ao sair de uma estrutura agrária, especializada e de baixa produtividade na maior parte dos setores para uma estrutura industrial, diversificada e com uma produtividade alta e homogênea entre os diversos setores da economia. Além disso, o enfoque dado aos elementos que levam à persistência das condições periféricas, como obstáculos à superação dessa estrutura produtiva, levam a uma consideração sobre fatores que tendem a enrijecer, a impedir a mudança. Fatores

que tendem a persistir ao longo do tempo e que, portanto, seriam mais estruturais. Isso guarda uma conexão com uma noção de estrutura como aquilo que tem estabilidade, enquanto o processo seria aquilo que muda. Há, ainda, uma preocupação com que a industrialização, que já ocorria naquele momento, levasse a um desequilíbrio por conta de uma dificuldade de manter uma proporção adequada entre os diferentes setores da economia. Esse esforço de evitar a desproporção também poderia ser visto como uma preocupação com as estruturas. Assim, a CEPAL se preocupava com as chamadas “condições de proporcionalidade”. Por último, semelhante ao afirmado por Jameson (1986) acima citado, o sistema centro-periferia poderia ser entendido como uma estrutura, já que refletiria uma classificação e posições dos países no interior do sistema comercial internacional. Essas posições também guardam uma relação com a ideia de algo que permanece ao longo do tempo.

O sistema centro-periferia, ainda que remeta às relações do padrão de “desenvolvimento para fora”, do período histórico anterior desde o século XIX, colocando sobre ele a formação da divisão internacional do trabalho, segundo alguns autores o elemento do processo histórico fica ausente da tese prebischiana. Furtado (1985) diz criticamente que a

visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã-Bretanha com a época em que passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos. Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo (1985, p. 67)

Furtado foi um autor que buscou a conjunção entre estrutura e história, entre sincronia e diacronia, nos termos saussurianos. O artigo de Fonseca (2021) sugere uma ruptura, no Anexo Metodológico contido em Furtado (1983), com a economia neoclássica. Nele, Furtado sugere a necessidade da dinamização dos parâmetros, o que significa um esforço para não apenas correlacionar variáveis mas também explicar fatores não-econômicos, como elementos institucionais, sociais e culturais que são razoavelmente estáveis ao longo do tempo, mas mudam quando consideramos períodos mais largos. Isso, para Fonseca (2021) seria algo radical em relação ao que ele chama de *mainstream* econômico, uma vez que “parâmetro que varia seria uma contradição em termos” (FONSECA e DOMINGUES, 2021, p. 629). Não é o objetivo deste trabalho debater o quanto essa afirmação é exagerada ou

não, embora o próprio Fonseca afirme que outras várias escolas lograram incluir fatores não-econômicos nos modelos econométricos.

Além disso, esse esforço de Furtado resume bem o limite da interdisciplinaridade cepalina. Se tomarmos a discussão de Fonseca sobre o Anexo Metodológico, se trata de, depois de encontradas as correlações entre as variáveis econômicas do modelo, buscar dinamizar os parâmetros, explicando suas mudanças no longo prazo por meio do processo histórico. Ou seja, essa integração entre o econômico e o não-econômico se dá com dois pólos estabelecidos, em que a separação entre o econômico e o não-econômico é pressuposta, e por isso naturalizada. Sendo assim, se trata de uma interdisciplinaridade no sentido mesmo do termo: uma conexão entre áreas já pré-estabelecidas, com fronteiras demarcadas. O ponto de partida da análise é a separação entre os dois pólos, e não a unidade.

Sunkel e Paz (1970) e Cardoso e Faletto (1969) são dois trabalhos que buscaram fazer uma crítica por dentro do método cepalino. Assim, esses trabalhos buscaram afastar o método cepalino do estruturalismo de Lévi-Strauss e aproximá-lo do método dialético, em especial da posição de um marxismo existencialista de Jean Paul-Sartre (1905-1980).

Assim, vimos neste item as possíveis razões pelas quais a ideia de “estrutura” aparece na CEPAL. Analisamos também uma possível influência do estruturalismo clássico, inserido no debate sobre a diacronia e a sincronia. A seguir, tratamos da possível influência de Marx no texto cepalino.

3.4.2 Uma interpretação da aproximação entre o estruturalismo latino-americano, a economia política clássica e Marx.

Com o objetivo de tecer uma interpretação crítica dos primeiros anos da CEPAL, Sunkel e Paz escreveram um trabalho em 1970 que buscava aproximar o pensamento cepalino da dialética⁶⁶ - o que quer que essa palavra signifique para

⁶⁶ Há aqui a identificação de uma possível investigação sobre as aproximações e diferenças entre Marx e esses autores que reivindicam a dialética. Há mais proximidades ou diferenças entre eles? Isto mereceria um estudo a parte, ainda que nos nossos estudos as citações à dialética que encontramos tenham parecido sempre sem muito rigor. Esse é o perigo da palavra: “Eu costumo brincar que não há expressão que eu mais deteste do que aquela de processo dialético. Quero chamar a atenção de vocês que pela primeira vez eu estou falando essa palavrinha malvada aqui. Tudo aquilo que a gente não entende exatamente o que é, vira um processo dialético. Ninguém

eles. Essa visão crítica do trabalho inicial da instituição veio junto a um esforço de pensar o método histórico-estrutural. Nisso, o peso da dialética seria um contraponto à rigidez do pensamento sincrônico dos primeiros anos da CEPAL, a favor dos processos históricos. Por isso, os autores fazem referência, na parte sobre método, ao texto *Anti-Dühring*, escrito por Engels em 1878 (SUNKEL e PAZ, 1970, nota de rodapé 8, p. 85). Sua visão de dialética era inspirada pela interpretação do que se denominou marxismo existencialista, o que explica a citação à *Marxismo y Existencialismo* (ibidem, nota de rodapé 21, p. 95), escrito por Jean-Paul Sartre em 1963, quando ele estava em busca de um método - além de outras citações em outros momentos do livro à sua principal obra “Crítica da razão dialética” (Sartre, 1960). Contra um marxismo determinista que viria apenas estruturas, Sartre buscava uma conciliação com as ações individuais na história. Há ainda referência ao trabalho de Paul Sweezy, autor que foi cofundador da famosa revista *Monthly Review*, de divulgação do pensamento marxista nos Estados Unidos e em todo o mundo (ibidem, p. 93). Essas junções são bastante excêntricas no pensamento desses autores, uma vez que seu sentido de ideologia é referenciado na ideia de “visão” de Schumpeter⁶⁷, um autor anti-marxista.

Fato é que se tratou de um esforço de aproximação da teoria cepalina de centro-periferia com o marxismo, que não é de todo raro. Segundo Fonseca (2021), “aspectos importantes do estruturalismo como a distribuição da propriedade e a existência de desemprego estrutural dialogam com o marxismo” (p. 618). Esse mesmo autor cita Furtado que diz que “os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, no sentido de que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas” (FURTADO, 1967, p. 73 apud FONSECA e DOMINGUES, 2021, p. 630). Portanto, há autores que estabelecem uma aproximação entre o pensamento marxista e o pensamento estruturalista cepalino.

Essa aproximação é possível se pensarmos a teoria do valor de Marx a partir da substância do valor, tratando de ignorar o valor enquanto forma. Essa

pergunta o que é, como é que Marx, depois eu quero dizer o que me parece isso tem a ver com a história.” (Neto, p. 87, 1997)

⁶⁷ Os autores utilizam o termo schumpeteriano de visão como uma aproximação para a ideia de uma ideologia (termos utilizado pelos próprios) ou concepção de mundo a priori a atividade de investigação do pesquisador, ainda que esteja também presente durante o restante do trabalho: “Segundo ele [Schumpeter], a ideologia penetra desde o ponto de partida, por meio da visão ou ato cognitivo pré-analítico; mas, na verdade, está presente durante todo o processo do conhecimento científico.” (SUNKEL e PAZ, 1970, p. 86)

interpretação pode ser resultado da cegueira desses intérpretes, mas também pode ser derivado de outros aspectos. Segundo Backhaus (1980), o esforço de popularização da teoria do valor, em especial da análise da forma-valor, não deixou nenhuma versão acabada da parte do autor. Isso, portanto, levou a que “diferenças consideráveis de opinião devem surgir na interpretação do que Marx queria designar” (BACKHAUS, 1980, p. 100) com os conceitos de substância do valor, forma do valor, trabalho abstrato e a relação entre diferentes categorias. Para os neo-ricardianos, no terceiro item do primeiro capítulo de *O Capital*, “a teoria da forma-valor é (...) entendida apenas como uma prova adicional ou como um ornamento do que já foi claramente derivado nas primeiras seções.” (BACKHAUS, 1980, p. 101). Schumpeter é também um autor que vê Marx apenas como um discípulo de Ricardo só que “menos educado, mais prolixo e mais ‘filosófico’” (SCHUMPETER apud Ibidem, p. 99). Contudo,

a redução de Marx a um discípulo de Ricardo e a consequente representação da sua teoria do valor como mero desdobramento da teoria Ricardiana do valor estão por trás da disseminação da interpretação da obra de Marx como uma tentativa de explicar, primeiramente, os preços relativos e a taxa de lucro em equilíbrio; para em seguida derivar a condição de possibilidade de valor de troca e lucro; tendo como finalidade encontrar a alocação racional de bens numa economia planejada. Essa agenda teórica se expressa como uma visão “neo-ricardiana” da economia, em que o trabalho e sua expressão em forma de renda são naturalizados e objetificados sem a devida compreensão de como a própria forma da riqueza e de valor são obtidos na sociedade capitalista. (COLOMBINI NETO, p. 34-5)

Baseado nesta afirmação acima, há autores dentro do marxismo, que vamos chamar de marxismo neo-ricardiano, que retiram a centralidade da questão da forma. Entre eles, podemos citar os sraffianos. Eles também reduzem o pensamento de Marx a um membro da economia política clássica.

O papel da teoria do valor trabalho em Marx é essencialmente o mesmo que em Ricardo: o de permitir uma determinação da taxa de lucro e dos preços naturais dentro da teoria do excedente. [...] Parece-nos que o conteúdo de tal “crítica” fosse, para Marx, ter desvelado aquilo que estava implícito nas análises dos economistas burgueses que eram cientistas (Ricardo, sobretudo), mas por eles não apreendido” (GAREGNANI e PETRI, 1989, p. 437-438 apud COLOMBINI NETO, 2018, nota de rodapé 15, p. 34-5)

Dessa maneira, esses autores veem a teoria do valor de Marx como apenas uma entre outras teorias econômicas; uma entre outras que buscam determinar a

taxa de lucro e os preços relativos⁶⁸ da economia a fim de encontrar a melhor alocação racional de recursos para, no caso da CEPAL, modernizar a economia capitalista; uma entre outras que buscam os melhores caminhos para tirar a economia periférica de uma posição atrasada na economia mundial.

Posta essa aproximação bem particular entre uma interpretação marxiana e a economia política clássica, agora trata-se de demonstrar a aproximação possível entre a economia política clássica e o estruturalismo latino-americano. Assim, se tratarmos de mostrar como o pensamento estruturalista da CEPAL guarda relações com a economia política clássica, poderemos comprovar que é realmente plausível uma interpretação que relacione o pensamento de Marx e o marxismo ao pensamento cepalino. Mas apenas à custa da questão da forma.

Como dissemos, portanto, vamos mostrar que há interpretações possíveis que aproximam a CEPAL da economia política clássica. Isto é buscado em Pinkusfeld e Pereira (2024), que o fazem com uma aproximação entre os dois mediada pela teoria do desenvolvimento, iniciada no pós-guerra. Para esses autores, “o vazio teórico devido ao distanciamento da teoria marginalista foi preenchido com recurso à Economia Política Clássica” (2024, p. 41).

A Economia Política Clássica é definida por esses autores como a escola “cujos principais eixos analíticos podem ser encontrados na obra seminal de William Petty, no século XVII, nas contribuições de Smith e Ricardo, chegando, finalmente, à obra de Marx” (ibidem, p. 18, grifo nosso). Assim, Pinkusfeld e Pereira também se somam aos autores que identificam Marx à Economia Política Clássica. E dando continuidade à definição dessa escola para esses autores, os eixos analíticos giram em torno do excedente, cuja criação se dá no processo produtivo e os processos de distribuição e utilização refletem condições materiais da sociedade. O texto de Milgate (1982), de uma linha teórica semelhante a que estamos utilizando nesta parte, apresenta a estrutura analítica dos clássicos, em que produto, condições técnicas e a taxa de salário (ou lucro) são determinados exogenamente, e os preços relativos e a taxa de lucro (ou salário) são explicados pelo modelo (Milgate, 1982, p. 36; Green, 1982, p. 61).

⁶⁸ “A demonstração da determinação do preço e da taxa de juros em Marx tem como objetivo desmitificar a naturalização dessas categorias econômicas como sendo objetificações que se imporiam autonomamente como leis da acumulação capitalista sobre a sociedade.” (COLOMBINI NETO, 2018, nota de rodapé 15, p. 35)

Segundo Pinkusfeld e Pereira (2024), o recurso à Economia Política Clássica pelos estruturalistas se dá de duas formas principais. Em primeiro lugar, através da determinação exógena do salário. A teoria do desenvolvimento, através das formulações de Lewis (1969 [1954]) sugere uma determinação salarial que não se dá simplesmente pela relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho. Nas economias subdesenvolvidas, as condições materiais de produção dariam origem à teoria da oferta ilimitada de mão-de-obra. Essa seria a ponte para a formulação estruturalista a respeito do emprego na periferia:

Lewis reconhece a existência de uma dualidade no mercado de trabalho, que por sua vez reflete diferentes estruturas de produção, com um setor moderno que é capitalizado e outro em que os trabalhadores dos países subdesenvolvidos atuam em atividades que envolvem a utilização de pouco capital. Esta formulação é consistente com o conceito de heterogeneidade estrutural formulado por Aníbal Pinto, que caracteriza o subdesenvolvimento pela existência de um desemprego “disfarçado” e de um salário de subsistência nos setores não capitalizados, seja a agricultura para produção familiar doméstica ou o trabalho informal urbano. A existência de um salário de subsistência que não seja determinado pela oferta e demanda de trabalho no mercado capitalista, com plena utilização do fator capital, é a chave para o retorno analítico a um esquema de distribuição de excedentes que depende de uma variável exógena, no caso o salário, como na teoria clássica (PINKUSFELD e PEREIRA, 2024, p. 22)

Deixemos de lado o fato de que, assim como em Lewis, as condições que fazem com que o salário seja determinado a partir de condições específicas da estrutura da periferia sumiriam à medida em que os países alcançassem maior industrialização. Neste caso, uma maior quantidade de trabalhadores rumariam para setores modernos, deixando o subemprego, seja ele rural ou urbano, eliminando as condições de heterogeneidade no emprego e na produtividade dos diferentes ramos - ou seja, o que significa que esse traço da teoria cepalina é apenas um caso particular da teoria marginalista da determinação de salários. Nos interessa principalmente seguir afirmando os pontos de convergência com a Economia Política Clássica. Por isso, vamos ao segundo recurso.

O processo de acumulação nos clássicos do século XIX, apontam os autores, seria determinado pela Lei de Say. Isto significa que a oferta de poupança é igual ao investimento e, portanto, quanto maior a apropriação do excedente pelos capitalistas, maior o excedente reinvestido.

Vejamos como isso também aparece no estruturalismo latino-americano⁶⁹. Um dos problemas centrais para Prebisch e a CEPAL era a escassez de capital. Essa escassez era explicada pela baixa taxa de poupança interna. Esta, por sua vez, era explicada pelo alto consumo conspícuo das elites, pela baixa renda das grandes massas que não lhes permitia poupar muito e, associado a isso, uma taxa de produtividade muito baixa na maioria dos ramos produtivos - a baixa produtividade leva ao baixo volume de poupança e este leva à impossibilidade de aumentar a produtividade⁷⁰. Assim, não se permitia uma alta taxa de acumulação de capitais para que os investimentos necessários no processo de industrialização fossem realizados, tais como investimentos em infraestrutura, compra de equipamentos, principalmente os chamados bens de capital. Vejamos quando a CEPAL compara os centros industriais com a periferia:

Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (...) Não se pode desconhecer, no entanto, que, na maior parte dos países latino-americanos, a poupança espontânea é insuficiente para cobrir suas necessidades mais prementes de capital. (PREBISCH, 2011, p. 96)

Assim, apresentamos sucintamente uma interpretação possível que associa a CEPAL à Economia Política Clássica, em especial através do que os autores que utilizamos (Pinkusfeld e Pereira, 2024) chamam de teoria da acumulação, a partir de elementos fundamentais: o salário e a poupança.

Se o objetivo de Marx for entendido como a determinação da taxa de lucro ou dos preços, então torna-se bastante plausível considerar a aproximação entre Marx e a CEPAL. No entanto, nesta dissertação não tratamos o assunto desta maneira, como esperamos ter esclarecido no capítulo 1. A crítica da economia política de Marx tinha como finalidade

⁶⁹ “É importante salientar que a Teoria Clássica do Excedente do século XIX interpreta o processo de acumulação de capital segundo a Lei de Say. Neste caso, com a oferta de poupança sendo igual ao investimento, uma maior apropriação do excedente pelos capitalistas levaria a uma maior acumulação de capital. A Lei de Say, adotada pelos clássicos, especialmente Ricardo, também está presente na teoria do desenvolvimento da década de 1950 e até mesmo em diversas contribuições dos estruturalistas latino-americanos, como tentaremos explorar mais adiante neste trabalho” (PINKUSFELD e PEREIRA, p. 22-3)

⁷⁰ “A poupança significa deixar de consumir e, portanto, é incompatível com algumas formas peculiares de consumo em grupos de renda relativamente alta.” (PREBISCH, 2011, p. 126) E também: “É que a poupança é necessária para conseguir o aumento de produtividade sem o qual será ilusório o propósito de elevar o padrão de vida das massas.” (PREBISCH, 2011, p. 127)

mostrar como com o modo de produção capitalista se criam abstrações ‘pelas costas dos indivíduos’ que aparecem com leis autônomas de determinação. A demonstração da determinação do preço e da taxa de juros em Marx tem como objetivo desmitificar a naturalização dessas categorias econômicas como sendo objetificações que se imporiam autonomamente como leis da acumulação capitalista sobre a sociedade. (COLOMBINI NETO, 2018, p. 35)

É a ideia da forma-valor o ponto fundamental de ruptura no método com a economia política e em específico com a economia política clássica. Sem ela, é possível enxergar muito mais pontos de contato entre Marx e a Economia Política Clássica e consequentemente entre Marx e a CEPAL, inclusive chegando a classificar o autor alemão como parte dos clássicos. A interpretação que provamos ser possível neste subitem só é concebível se considerarmos Marx como um economista político crítico. Em outras palavras, uma teoria informe ou sem consideração pela forma. É possível considerar que há semelhanças entre as teorias, da mesma forma que há semelhanças entre nós e as abelhas. Ambos construímos colmeias ou cidades, mas se as primeiras são capazes de defender instintivamente as colmeias de um ataque, apenas nós seríamos capazes de escrever uma tragédia sobre esse ataque e o dever da defesa. Em outras palavras, se ficarmos nas semelhanças não daremos conta do que há de fundamental (alguns diriam: o que há de ontológico), que nos diferencia enquanto humanos.

3.4.3 Friedrich List, protecionismo, integração econômica regional e o nacionalismo econômico

É bastante comum o reconhecimento da influência de Friedrich List sobre as ideias de desenvolvimento. Em geral, isso ocorre porque List era um autor alemão e que, portanto, viveu o atraso alemão no desenvolvimento industrial fabril no século XIX em comparação à França e principalmente à Inglaterra. Nesse contexto, List defendeu que as indústrias nascentes alemãs deveriam ser protegidas por medidas protecionistas, através de tarifas alfandegárias, em nome do interesse alemão e contra o interesse conveniente de livre-comércio do inglês Adam Smith. Seu livro mais conhecido busca debater diretamente com os autores do que ele chama de “escola”, liderados por Adam Smith e que são acusados (não sem razão) de defenderem o livre-comércio. Em contraponto, List acabou conferindo um papel ao

Estado no desenvolvimento industrial. No que tange às tarifas alfandegárias, sua posição se justifica como proteção da indústria nascente⁷¹:

se é verdade, como pensamos poder comprovar, que nas condições actuais do mundo é impossível uma força manufactureira jovem e desprotegida surgir na livre concorrência com uma outra, já forte há muito tempo e protegida no seu próprio território (LIST,[1841] 2006, p. 300)

A concepção de um papel para o Estado ocorreu também no que diz respeito à integração regional, como uma forma de fortalecer a competitividade das indústrias nascentes dos países atrasados. O *Zollverein* era fortemente defendido por List. Se tratava de uma União Aduaneira cujo objetivo era integrar economicamente os estados germânicos e fazê-los capazes de conter a competição inglesa. Tudo isso se assemelha a certas proposições da CEPAL, os quais alguns deles abordaremos aqui.

Fonseca (2000) afirma que a influência de List na CEPAL é não apenas verdadeira como uma das mais marcantes:

Dos economistas que mais marcadamente influenciaram a Cepal, List certamente é o mais importante, seja pela semelhança de ideias e argumentos, seja por defender um tipo de intervencionismo muito próximo ao dos estruturalistas cepalinos e de seus antecessores latino-americanos, associado à industrialização acelerada em casos de nações agrícolas periféricas. (FONSECA, 2000, p. 352)

Muito embora seja reconhecido por Fonseca e por diversos outros autores como tendo de alguma maneira influenciado a CEPAL, List não defendia a industrialização da América Latina. Ao contrário, List defendia que as “zonas tórridas” ou “tropicais” deveriam se manter produzindo produtos agrícolas, pois a sua condição climática natural as tornavam “inadequadas para a manufatura” (LIST, 1841 apud BOIANOVSKY, 2011, p. 12). Para ele, a troca de produtos agrícolas de países tropicais por manufaturas de países temperados deveria continuar a ocorrer, uma vez que seria benéfica para ambas as partes. Isso, naturalmente, garantia um benefício menor para os países tropicais, uma vez que eles cresceriam menos que os produtores de manufaturados (Boianovsky, 2011).

Apesar disso, List teria influenciado diversos autores latino-americanos do final do século XIX e início do século XX, muito antes do pós-guerra dar origem ao

⁷¹ O debate sobre a indústria nascente está em List e também no início da Cepal. Contudo, o texto de 1929 do romeno Mihail Manoilescu foi incorporado a partir da segunda metade dos anos 1950 nas posições de Prebisch e da Cepal. Nela, Manoilescu defende a necessidade de proteção à indústria em países subdesenvolvidos não apenas de modo temporário ou enquanto um certo ramo ainda não atingiu a maturidade. Assim, passa-se a se diferenciar da posição de List, a favor de Manoilescu (Boianovsky, p. 26-29, 2011)

estruturalismo cepalino. No Brasil, desde pelo menos 1870 crescia um movimento industrialista que já reconhecia nas ideias de List um ponto de apoio, assim como em Alexander Hamilton e Henry Carey, nomes importantes de defesa do desenvolvimento industrial e do protecionismo nos Estados Unidos. Entre esses nomes do movimento industrialista, podemos citar Serzedelo Correa, Amaro Cavalcanti e Luis Raphael Vieira Souto. O primeiro foi um político, ministro e diplomata brasileiro. Ele reproduziu argumentos listianos em um artigo sobre tarifas protecionistas nos primeiros anos do século XX, defendendo proteção temporária para a indústria brasileira. O segundo, oficial brasileiro e, depois, congressista e Ministro também se referia a List explicitamente (Boianovsky, 2011)

No caso da Argentina, podemos citar Alejandro Bunge. Este último teve formação universitária na Alemanha, onde conheceu as ideias de List. Docente universitário em Buenos Aires, influenciou nos anos 1890 o presidente argentino Carlos Pellegrini, de quem foi professor antes de se tornar Ministro das Finanças. Além disso, teve também como estudante o jovem Prebisch. Foi essa provavelmente a primeira interação registrada entre Prebisch e o pensamento listiano. Prebisch passou a publicar na revista fundada por Bunge dois anos antes de seu ingresso e também teve sua primeira experiência numa repartição pública graças a Bunge que abriu as portas para o Diretoria de Estatísticas (MEIRELES e BADILLO-REGUERA, p. 106, nota de rodapé 16).

Nessa época em que teve Prebisch como aluno, Bunge já defendia, na linha do debate do *Zollverein* de List, uma União Aduaneira do Sul, formada pelos países do Cone Sul. Prebisch, anos depois, em seu trabalho na CEPAL viria a defender, já nos primeiros textos, a construção de uma integração regional a fim de coordenar as ações de industrialização, impedindo assim com que os países da região duplicassem esforços na formação industrial⁷². Essa coordenação tinha como objetivo descartar a possibilidade que vários países se dedicassem ao mesmo setor, gerando uma concorrência desnecessária entre os países latino-americanos. Além disso, essa coordenação tinha como objetivo facilitar os ganhos de escala para as indústrias da região, já que a competitividade e eficiência do setor crescia na medida em que tinha acesso a um mercado maior comparado aos seus mercados de um

⁷² Prebisch critica os seguintes esforços: “Nos países da América Latina está se buscando, em geral, desenvolver de um lado da fronteira as mesmas indústrias existentes do outro lado. Isso tende a diminuir a eficiência produtiva” (PREBISCH, 2011, p. 101)

único país. Por isso, ele propõe uma “política clarividente de interdependência econômica” (PREBISCH, 2011, p. 102). Na década de 1950, a CEPAL dedicaria um texto para inteiramente discutir a criação de um Mercado Comum Latino-americano a fim de mitigar barreiras para o desenvolvimento da região.

A preocupação cepalina sobre o desenvolvimento econômico foi frequentemente aproximada da ideia de uma independência econômica, uma segunda independência, que garantisse um desenvolvimento autônomo da nação, não subordinado. Disso, a CEPAL em geral é tributária, mas especialmente aqueles cepalinos que desenvolveram uma versão da teoria da dependência. Tal preocupação com o poder que o país estrangeiro pode exercer sobre a liberdade econômica - e portanto sobre os demais aspectos da “liberdade” - está presente também em List, no seu caso na forma da ameaça bélica.

[considerando o comércio externo,] a nação tem, neste caso, de *considerar todas aquelas situações que condicionam a sua existência, atual e futura, a sua prosperidade e o seu poder*. (LIST, 2006, p. 299, grifo nosso) As vantagens da sua confederação sob um mesmo poder político *não são menos claras em caso de guerra, de diferenças entre nações (...)* (ibidem, p. 310, grifo nosso) “aquisição de uma força produtiva que assegura à nação (...) *independência industrial em caso de guerra*” (ibidem, p. 301)

Em 1845, Marx escreveu um rascunho que pretendia transformar em um artigo cujo objetivo era mostrar os equívocos do livro de List, escrito em 1841. Antes disso, ele e Engels teriam reagido de maneira muito crítica ao livro de List, em fevereiro de 1844. Em novembro, o próprio Engels, em carta, chega a anunciar a redação de um texto sobre o livro de List, que não se concretiza. Marx anuncia seu plano de trabalho para Engels, que aprova, mas o texto termina como um rascunho incompleto. Na verdade, pior que a incompletude em vida, temos apenas algumas páginas do que ele escreveu. O texto *Draft of an article on Friedrich List's book Das Nationale System der Politischen Oekonomie* (1845) foi encontrado nos pertences da neta da filha mais velha de Marx. Foi publicado pela primeira vez apenas em 1971, mais de um século depois de ter sido rascunhado (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 698, nota de rodapé 96)

Ditas todas as ressalvas, ainda assim é um texto em que, nas partes que restaram a nós, podemos visualizar ao menos o tom que Marx depositava para com List e sua obra. O objetivo de trazer alguns dos comentários de Marx, que são

fundamentalmente de crítica ao nacionalismo econômico, é para apontar possíveis críticas nossas à própria CEPAL, que reproduz um nacionalismo econômico a nível latino-americano e que tem influência listiana.

Marx considera o texto de List uma representação da burguesia alemã que deseja desenvolver a indústria nacional e utiliza um discurso de que esse processo seria benéfico para toda a nação. Ironicamente, como é comum vindo de Marx,

Como é que esta nação do "espírito" de repente chega a encontrar as bênçãos supremas da humanidade no tecido de algodão, no fio de tricô, na mula autoativa, em uma massa de escravos de fábrica, no materialismo das máquinas, nas bolsas cheias de dinheiro dos senhores proprietários de fábricas? (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 265).

O atraso alemão é aqui tematizado como em vários momentos da obra de Marx. Segundo ele, a burguesia alemã age como o cavaleiro melancólico de Dom Quixote, que se sente “desencaixado” por ter paixões que já não correspondem à realidade presente. Para Marx, o movimento operário já estava desenvolvido na Europa, o que não era o caso no momento de maturação da indústria inglesa. A burguesia alemã gostaria de ver florescer o desenvolvimento industrial alemão quando ele já não seria mais possível.

Além disso, como no trecho acima citado, para Marx, a Alemanha fora responsável por grandes nomes em matéria de filosofia e literatura, embora não o fosse tanto em matéria de economia política, especialmente por conta do desenvolvimento da produção industrial alemã. Contudo, agora, ela se via “sem asas”, tendo que falar em “tecido de algodão” e “bolsas cheias de dinheiro”, expressões mundanas demais para o elevado espírito alemão. Sem poder falar as coisas como são, como fazia a economia política inglesa, e com uma tradição idealista e pura, dá origem a um “idealismo vazio, leviano e sentimental do burguês alemão, sob o qual se esconde o mais mesquinho e sórdido espírito de merceeiro” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 266). Para justificar que ele também quer enriquecer, precisa criar uma economia política que justifique isso, e ela tem que ser ao estilo alemão, em que “ele nega a riqueza, ao mesmo tempo que luta por ela” (ibidem). Marx se refere à separação que List faz entre o que ele chama de teoria do valor de troca e a sua teoria das forças produtivas, que tentaremos explicar melhor adiante.

Além disso, esse floreio⁷³ com as palavras explicaria o seu nacionalismo, que põe a necessidade do desenvolvimento da indústria como um benefício de toda a sociedade alemã. Segundo Marx, List “evita falar sobre a concorrência e fala de uma confederação nacional de forças produtivas nacionais; ele evita falar sobre seu interesse privado e fala sobre o interesse nacional.” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 266). E com isso, Marx diz que os burgueses alemães através das palavras de List operam na defesa da lei da mercantilização ou regateio⁷⁴ universal para dentro do país, enquanto para fora, na relação com outros países, defendem a suspensão dessa lei universal que, para Marx, significa dizer aos proletários que a burguesia alemã não quer ser submetida às mesmas leis que os primeiros. Ela quer explorar internamente e dizer ao estrangeiro que ser explorado “é contrário a minha dignidade nacional” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 280). Mas a nacionalidade do trabalhador não é francesa, alemã, brasileira ou argentina. Sua nacionalidade é “a escravidão livre”, “o autoregateio”, e o seu governo é o capital (ibidem). A dominação inglesa sobre os alemães, para Marx, é a dominação da indústria sobre os alemães, pois a Inglaterra só tem domínio sobre eles porque a indústria foi feita um poder que se impõe sobre as pessoas. O leitor poderia dizer que talvez Marx estivesse mais inclinado a considerar qualquer indústria uma escravidão por conta das condições de trabalho de meados do século XIX na Europa - que podem ser conferidas no capítulo oitavo de *O Capital*. As vantagens materiais às quais uma parcela cada vez maior da população, inclusive na periferia da América Latina, foi inserida nas últimas décadas do século XX, devido a progressos na técnica, talvez pudesse ser a evidência de uma diferença para com a validade do argumento de Marx para os dias atuais. Entretanto, isso poderia ser igualmente questionado se tomamos o exemplo contemporâneo das empresas latino-americanas de entrega por aplicativo, mostrando como elas não são menos vis do que uma empresa forânea.

Mas também podemos pensar essa questão por outro prisma. Marx afirma que não há como separar as duas concorrências e escolher uma “sim” e a outra “não, obrigado”, pois o comércio interno (a lei do regateio e do autoregateio) tem como consequência necessária a venda externa. O poder experimentado

⁷³ Marx usa uma palavra que, na edição em inglês, é “phrase-mongering”.

⁷⁴ *Huckstering* na tradução inglesa.

internamente não pode previnir externamente a burguesia de ser menos poderosa diante da ação da burguesia estrangeira.

O contexto da Alemanha dessa época era de uma burguesia que não detinha o poder de Estado e que tampouco via o país com um grande nível de desenvolvimento industrial. Na verdade, a presença dos grandes proprietários de terra de origem aristocrática ainda era forte, inclusive no que diz respeito ao poder político. É por isso que Marx diz que a burguesia alemã, por meio de List, teria que pedir um favor ao Estado, dissimulando como se fosse ela quem estivesse a fazer uma concessão ao Estado, permitindo-o a intervenção na economia. Ademais, podemos interpretar que a concessão que List faz à agricultura também é uma conciliação com os proprietários *Junkers*: a força manufatureira “longe de ser adquirida à custa da força agrícola, contribui para que esta experimente uma elevação maior” (LIST, [1841] 2006, p. 305). Em outra passagem, diz que as manufaturas “são o modo principal para libertar a agricultura das suas limitações e elevá-la a uma profissão, a uma arte e uma ciência, para aumentar a renda da terra, os lucros e salários agrícolas e dar valor à terra”. (LIST, [1841] 2006, p. 296). Isto é muito semelhante à posição cepalina nos primeiros textos, em que deseja demonstrar (ou se explicar) que a indústria e a agricultura não são antagônicos e que o desenvolvimento industrial interno depende do aumento das exportações agrícolas para financiarem as importações. A América Latina, assim como a Alemanha, tinha uma força grande das oligarquias latifundiárias.

Agora, tratemos da separação que List faz entre a teoria do valor de troca e a teoria das forças produtivas. Essa separação se origina de sua crítica à “escola”, cujo centro está em Smith, como dissemos mais acima. É também dessa crítica e dessa separação, como dissemos acima, que se origina o conjunto de ironias de Marx quanto a necessidade de List omitir o interesse material e privado, ou seja, “ao invés de falar em valores de troca, fala em forças produtivas”, ao invés dos interesses privados, fala em interesses nacionais. Marx chama isso de uma nova interpretação espiritualista da riqueza.

Segundo List, o fundamento dessa separação decorreria da necessidade de separar a causa da riqueza da riqueza em si mesma. Para ele, se é verdade que o trabalho gera riqueza, seria necessário se perguntar o que causa o trabalho, no que ele chega na “cabeça, mãos, pés” das pessoas. Disso, decorre finalmente a sua conclusão decisiva: o que põe as cabeças, mãos e pés em movimento, tornando os

membros eficientes é “o espírito que anima os indivíduos”. Esse espírito é formado socialmente, é dado pelo conjunto de condições sociais em que o indivíduo é formado e se move. Assim, depende da educação, das instituições públicas, leis, da moralidade e de todos os fatores que influenciem no bem-estar da sociedade, ou seja, o conjunto de forças produtivas da sociedade, muito para além do “capital material” - nas palavras de List. Assim, segundo ele, é preciso sacrificar valores de troca imediatos para que se possa construir forças produtivas. Por isso Marx diz que List “tenta provar que não luta por bens materiais injustos, mas por uma essência espiritual, por uma força produtiva infinita” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 274)

De fato, ainda que o debate sobre tecnologia e progresso técnico na CEPAL tenha inspiração forte de outros autores da teoria econômica, não podemos deixar de reconhecer certas semelhanças com List. Furtado (1985, p. 133) admite essa influência da teoria das forças produtivas de List, especialmente na noção cepalina de produtividade social, que englobaria outros elementos cuja influência na produtividade é menos direta, porém mesmo assim decisiva. O esforço da CEPAL de analisar fatores não-econômicos para explicar as dificuldades de crescimento do país também podem ser aproximados da noção de forças produtivas: fatores externos ao indivíduo ou à empresa influenciam no resultado econômico.

Mas é preciso comentar sobre a teoria das forças produtivas, que pensa o progresso técnico, que serve à indústria como progresso humano. O enriquecimento da burguesia é disfarçado como aprimoramento das forças produtivas humanas, do espírito humano, e isso só pode ser feito como de fato o é: separando a “teoria do valor de troca” da “teoria das forças produtivas”. Assim, na medida em que a indústria é tratada dessa forma mistificada como a objetivação das forças humanas e do seu potencial, “abstrai-se das circunstâncias em que opera atualmente e nas quais existe como indústria” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 281). Marx diz ainda que o ponto de vista para essa colocação tem de ser um ponto de vista que não está dentro das relações sociais existentes, mas que paira por sobre - lembremos do item 1.1 em que chamamos essa maneira de crítica marxiana de crítica imanente, aquela que parte da realidade como ela é. Na medida em que trata a indústria como desenvolvimento humano, ignora a atrofia humana produzida por ela para a grande maioria. Ao celebrar a ligação estreita entre a indústria e o desenvolvimento da ciência e das artes, eleva o espírito de seus compatriotas burgueses.

Vale ressaltar, novamente, a discussão a respeito do *Zollverein*, aproximado da CEPAL pelos planos de integração econômica e mercado comum. A todo momento, o nacionalismo econômico, que pensa a economia a partir do ponto de vista da nação, leva a “frases socialistas” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 276). Essas frases se contrapõem ao individualismo smithiano que concebe a economia a partir do indivíduo isolado. A defesa das forças produtivas está vinculada a essa contraposição: cada indivíduo não é apenas ele mesmo, mas um membro da comunidade de nações alemães, e é formado pelo conjunto de forças produtivas socialmente forjadas.

É também por isso que List remete à necessidade de uma coordenação entre os diversos setores, pois o benefício de um setor impacta sobre outros - adiantando a concepção marshalliana de economias externas. Isso guarda fortes semelhanças com a visão cepalina de que os diferentes setores produtivos devem ser pensados de maneira coordenada a fim de que não haja excessos nem faltas. No texto “Problemas teóricos e práticos” (1951), Prebisch defende “a necessidade de um programa de desenvolvimento” a partir do argumento de que os problemas em ramos específicos da economia afetam a economia como um todo. Segundo ele, apesar do crescimento experimentado nas décadas anteriores, as faltas ou excessos em certos setores prejudicaram um desenvolvimento maior em outros. Essa ideia de cooperação conjunta em prol de toda a sociedade aparece em List como uma confederação das forças produtivas, originado da ideia de que a divisão do trabalho smithiana é, fundamentalmente, uma cooperação do trabalho. Expandida da fábrica individual para o conjunto da nação, ganha a forma do nacionalismo econômico. Marx, uma vez mais, ironiza essa ideia de confederação e interdependência: é verdade que a burguesia tem interesses idênticos, “tal como um lobo como um lobo (*just as a wolf as a wolf*) tem um interesse idêntico aos dos seus compatriotas lobos, por mais que seja do interesse de cada lobo individual que ele, e não outro, se lance sobre a presa” (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 275).

Vimos como Marx via a questão do nacionalismo econômico em List e buscamos, na medida do possível, mostrar as semelhanças que o pensamento da CEPAL guarda com o de List. Já em 1845, Marx mostrou ter tido a clareza sobre o caráter mistificado da nação, cuja ideia dissimula os verdadeiros interesses da burguesia, que estão em antagonismo com os interesses da maioria social. Marx mostra como a “interdependência”, a “cooperação”, a “confederação das forças

produtivas nacionais” e a “independência em relação a outras nações” são a forma nacional dos interesses burgueses. Concluimos o subitem com uma citação de Marx que sintetiza o nacionalismo econômico:

Por mais que o burguês individual lute contra os outros, enquanto classe os burgueses têm um interesse comum, e essa comunidade de interesses, que é direcionada contra o proletariado dentro do país, é dirigida contra os burgueses de outras nações fora do país. Isso o burguês chama de sua nacionalidade. (MARX e ENGELS, [1845] 1975, p. 281)

3.5 Considerações Finais

Este foi o capítulo em que tratamos do tema da CEPAL em si, de forma mais direta. E isso tornou necessária uma apresentação de como ela foi historicamente criada, considerando as discussões na ONU e a posição dos Estados Unidos. E isso nos levou para o acontecimento que foi o Manifesto de Havana, tendo sido o primeiro documento a expressar as ideias-chaves do estruturalismo latino-americano. Vimos o conjunto de formulações cepalinas principais, que captam o fundamental do método da instituição. E então avançamos na questão do método, buscando aprofundar o arcabouço teórico apresentado antes. Centramos na investigação de algumas possíveis influências do método, em especial no estruturalismo clássico, na economia política clássica, em Marx e na economia nacional listiana, aproveitando as discussões para aprofundar a crítica da CEPAL como economia política crítica. Em especial, mostramos como a consideração da influência da teoria de Marx na CEPAL carece de elementos fundamentais da crítica de Marx, sem os quais, a nosso ver, Marx deixa de sê-lo em sua radicalidade para se tornar mais um gestor alternativo da realidade. Além disso, recuperamos a posição de juventude de Marx em que se expressa contra List, para mostrar os limites do nacionalismo (ou regionalismo) econômico da CEPAL.

Adiante, no capítulo final, abordaremos a questão do Estado na CEPAL dentro do recorte temporal que fizemos, tema que esteve presente nesse capítulo em vários momentos, inclusive na apresentação teórica da CEPAL e de sua crítica, mas que, como de costume, é apenas tratada como um apêndice do problema central. Neste quarto capítulo, tentaremos dar a centralidade que merece ao tema.

4. A CEPAL COMO ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA: ESTADO E GESTÃO DA TRANSFORMAÇÃO

4.1 Introdução

No primeiro capítulo, buscamos defender que Marx constrói uma crítica da economia política e o que isso significa. Assim, afirmamos que era nesse sentido de crítica da economia política que estava contida a força mais expressiva do ato de criticar. Agora, iniciamos o último capítulo dessa dissertação a fim de demonstrar a fraqueza do ato de criticar da CEPAL - algo que iniciamos ao contextualizar historicamente e ao apresentar a teoria cepalina e suas influências nos últimos dois capítulos. Na verdade, esperamos demonstrar que o ato de criticar na CEPAL esconde a verdadeira ação empreendida por ela que é o ato de afirmar. Com o arcabouço teórico apresentado no capítulo 3 e com o contexto histórico no qual a CEPAL surge, esperamos agora demonstrar como a CEPAL termina por ser uma força afirmadora das relações sociais capitalistas no seu tempo.

Esse capítulo está organizado como se segue. A primeira parte tratará da relação pouco estudada na CEPAL entre o Estado e o mercado, considerando o recorte conferido à dissertação no item 3.3.1. Nela, nosso objetivo é demonstrar como o Estado, categoria central para as formulações da CEPAL é tratado como um pressuposto. Nem por isso significa que, no conjunto da teoria cepalina, ele não assuma um papel tácito. Na segunda parte, pretendemos defender que a comissão defende fortemente a criação de uma política de desenvolvimento através de um plano ou programa de desenvolvimento econômico. Esse plano ou programa envolve uma série de desenvolvimentos técnicos, inclusive com a região passando a produzir uma enormidade de estatísticas inexistentes até então. Para isso, uma série de mudanças institucionais são fundamentais, como a formação de um corpo técnico que possa ocupar a burocracia estatal para empreender o projeto de desenvolvimento. O objetivo final é que essas quantidades econômicas sejam capazes de formular as melhores alternativas que “maximizem os ganhos materiais” das sociedades periféricas. Em outras palavras, a finalidade é a gestão da transformação, ou ainda, como mostraremos, a gestão da permanência, o que é o mesmo.

4.2 A CEPAL, o Estado e a sua relação com o mercado

Na tradição do teatro moderno, a forma dramática tem como um dos elementos centrais a existência de um protagonista cujos dilemas que vive são resolvidos pela própria ação individual. Assim, o principal motor da estória é essa ação individual, que, se conhece dificuldades, é apenas para que a trama ganhe em tensão dramática. Há excelentes estórias construídas a partir dessa forma de dramaturgia. Ao mesmo tempo, o peso na ação individual nos faz frequentemente questionar o heroísmo abstrato presente nessas cenas. Em outras palavras, o herói da estória soluciona os problemas de modo que tem pouca relação com nossa realidade. Recorrentemente, a moral desses personagens está por sobre a realidade, não sendo tal moral determinada pelo mundo em que vive. Esse personagem dramático, na trama da CEPAL, do fim da segunda guerra, é o Estado. O Estado é o principal agente que pode superar os obstáculos, que apesar de “estruturais”, são magicamente ultrapassáveis pelo protagonista, cuja “moral” não é atravessada pelas questões que caracterizam a realidade no seu entorno. Esse é o assunto que pretendemos abordar neste subcapítulo.

Um dos elementos principais da teoria cepalina é a crença na industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento, uma vez que desenvolvimento é identificado com industrialização. A industrialização espontânea, que vinha ocorrendo desde o fim do século XIX, mas que ganhou impulso com a Primeira Guerra Mundial⁷⁵, enfrentou diversas dificuldades ligadas às restrições impostas pela economia internacional. Diante disso, o pensamento cepalino surge como uma expressão teórica de uma estratégia de superação dessas restrições do comércio internacional, dos obstáculos produzidos pela condição periférica e das barreiras criadas pelo próprio esforço mesmo de industrialização, que ao se fazer, criava impedimentos sobre si mesmo. Essa estratégia estava conectada diretamente com uma industrialização planejada através do Estado e com forte participação deste. Era uma estratégia que criticava a posição neoclássica, contrária à intervenção incisiva do Estado na economia, uma vez que as leis do mercado supostamente

⁷⁵ Existe um debate sobre a intencionalidade da política de industrialização no Brasil desde as décadas que antecederiam o pós Segunda Guerra em Fonseca (2003).

conseguiriam, através das vantagens comparativas, garantir uma ótima alocação de recursos.

Nessa estratégia, que conferia um papel importante para o Estado planejador, estava implícita uma concepção de Estado, mas que foi pouco teorizada pelos cepalinos. Segundo Fiori (2018), durante esse período do pós-guerra, o debate sobre a natureza e o papel do Estado eram centrais. Isso foi comum para muitas correntes teóricas, e especialmente para o estruturalismo cepalino. Fiori (2018) chega a afirmar que o grande ponto do debate “foi sempre o Estado e a definição do seu papel no processo de desenvolvimento econômico” (Fiori, 2018, p. 18). Ele chega a afirmar que na especificidade do debate desenvolvimentista há menos as questões macroeconômicas e mais a questão do Estado e da eficácia da sua intervenção para acelerar o crescimento econômico⁷⁶. Concordando ou não com estas afirmações, o ponto a ressaltar é que a discussão sobre o Estado na CEPAL precisa ser melhor compreendida. Sendo assim, nos parece fundamental caracterizar de forma crítica a relação existente entre o Estado e o mercado na teoria da CEPAL.

Sobre esse tema, o estruturalismo compartilhou com o nacionalismo alemão a ideia do “papel do Estado, da importância da industrialização e da necessidade de construção de um sistema econômico integrado e capaz de autorreproduzir-se de forma relativamente endógena” (FIORI, 2018, p. 30). No tema do Estado, mas também em outros, é comum resgatar a Escola Histórica Alemã na figura de autores que a inspiraram como Friedrich List (FONSECA e DOMINGUES, 2021). Uma das motivações interessantes usualmente levantadas para justificar uma aproximação entre o estruturalismo cepalino e a Escola Histórica Alemã é a percepção comum de uma posição desfavorável desses países na concorrência internacional.

Ingressando na questão, a análise da CEPAL é construída sob a base de um duplo dualismo. Um primeiro dualismo nos textos da CEPAL que apresentamos é observado através da dupla centro-periferia. Há ainda outro dualismo identificado por Prebisch, mas posteriormente conceituado por Anibal Pinto (1970). Este está no interior da periferia, no modo como se conforma sua estrutura produtiva. Como já vimos, ela é caracterizada por poucas regiões de alta produtividade, em geral isoladas das demais regiões e voltadas para atender o mercado externo, e a grande

⁷⁶ “Na verdade, o pivot de toda a discussão e o grande ponto da discórdia foi sempre o Estado e a definição do seu papel no processo de desenvolvimento econômico” (Fiori, 2018, p. 18).

maioria das regiões de baixa produtividade, com baixa renda e frequentemente com modos de vida de subsistência. Isso produz uma realidade também dual no emprego da força de trabalho. É também dito que esses dualismos foram resultado da evolução da divisão internacional do trabalho construída historicamente a partir dos padrões de desenvolvimento de cada período. Como numa divisão de trabalho, pressupõe-se que essa conformação entre centro e periferia admite uma interdependência entre os termos. Cada um desses pólos, centro e periferia, só pode ser compreendido no interior das relações que formam o sistema como um todo. Se a existência do pólo periférico está vinculada ao outro pólo, portanto a sua transformação em outra coisa, seu movimento de deixar de ser o que é, enfrenta tendências à permanência, à manutenção.

Posto esse duplo dualismo, que vai do sistema internacional de trocas para a estrutura produtiva interna da periferia, tem-se como solução da deterioração dos termos de troca, da tendência ao desequilíbrio externo, ao desemprego, à baixa eficiência produtiva, escassez de poupança, e assim segue, o Estado. Isso não seria exatamente um problema se houvesse uma explicação de como a atuação forte, precisa e incisiva do Estado, intervindo em pontos estratégicos da economia, poderia ser esse fator de solução dos problemas. Contudo, como nada é dito, mas ele é posto como solução, conforma-se uma solução mágica. De volta aos dualismos, seria de se esperar que a dualidade centro-periferia e a heterogeneidade estrutural, tão centrais para a teoria da CEPAL, tivessem qualquer consequência sobre o Estado. Mas não, o dualismo simplesmente desaparece: “O dualismo é uma característica da estrutura produtiva e das relações de mercado exploradoras que não tem nenhum impacto sobre o Estado”.

Assim, como dissemos no primeiro parágrafo desse subitem, tem-se a seguinte narrativa dramática: o personagem Estado que paira por sobre a sociedade e suas cisões, que apesar de toda a imoralidade do universo e das demais personagens. Ele não se corrompe pela injustiça, competição, ganância, inveja, rancor etc. Ele é bom, é puro, e por isso pode derrotá-los. Basta a ele que tome as decisões sábias. Não sendo meramente uma estória fictícia, mas cuja encenação é a história, o arco do herói, que se refere à evolução do personagem do início ao fim, não se completou.⁷⁷

⁷⁷ Grigera (2015) dá um exemplo de onde isso ocorre na teoria cepalina, no que tange à soberania do Estado-nacional na relação com o capital estrangeiro (essa é apenas *uma* consequência da ausência

No entanto, podemos apontar um outro dualismo na teoria cepalina. Esta ausência de consequência dessas estruturas econômicas, entendidas pela CEPAL como dualismos, sobre o Estado, está ligado a um terceiro dualismo. Trata-se do fato de que, enfrentando a economia neoclássica, a CEPAL reivindica um Estado “forte”, chegando a listar as áreas da economia em que o Estado faria um papel melhor do que o mercado.

Apesar das diferenças mais amplamente debatidas entre os cepalinos e a teoria neoclássica, ambos têm pressupostos comuns, tais como nas áreas em que o Estado deve intervir: o Estado deve garantir a propriedade privada, prover infraestrutura básica (que na economia neoclássica se chamaria de bens públicos) e manter a estabilidade econômica e várias instituições de mercado, tal como a moeda. Além disso, ambas as teorias concordam com o papel do Estado em consertar falhas de mercado - embora os neoclássicos originalmente não tenham incorporado a ideia de falha de mercado. A diferença entre eles, que não convém aprofundar, está em quais tipos de soluções dar às falhas de mercado (Grigera, 2015). Dessa forma, a visão cepalina compreende o Estado enquanto um agente externo do mercado, como se fossem duas esferas absolutamente separadas. É isso que estamos chamando de um terceiro dualismo. Neste caso, dois pólos com um abismo entre si. A intervenção do Estado na economia é de uma forma social absolutamente separada do mercado que resolver atuar sobre ela. Mas são independentes. Nosso objetivo adiante é criticar essa visão da relação entre Estado e Mercado.

Indiretamente, esta perspectiva é criticada por Panitch e Gindin (2013) a partir de um outro entendimento dos autores sobre a relação entre Estado e mercado no capitalismo. Os autores comentam a narrativa dominante de que a história da segunda metade do século XX teria sido dividida em duas, em que na primeira parte teria ocorrido um aumento do tamanho do Estado e uma redução do mercado, e que os anos 70 marcariam uma virada em que a ascensão do mercado retrai o Estado. No lugar dessa dicotomia, dessa balança (que quando um sobe o outro desce) entre

do dualismo): “Isso é evidente, por exemplo, quando pensadores estruturalistas oferecem “prescrições” para uma melhor acumulação de capital. Em um argumento representativo das amplas tendências do estruturalismo, Prebisch afirma que o investimento estrangeiro deve ser “bem direcionado” e que deve ser restringido pelo Estado para transferir da melhor forma possível tecnologia e *know-how*. Assim, a imposição de limites ao capital estrangeiro por um Estado (periférico) não apresenta problemas nessa estrutura, onde as relações (imperialistas) de expropriação e/ou exploração ocorrem no mercado”. (GRIGERA, 2015, p. 201)

Estado e mercado, Panitch e Gindin defendem que existiu participação de agentes estatais, em especial dos Estados Unidos, na construção da expansão capitalista à nível global ocorrida na segunda metade deste último século. A forma como o capitalismo se desenvolveu fez com que os Estados se envolvessem mais que nunca na vida econômica ao estabelecer e administrar todo o arcabouço ligado a operação dos contratos, da propriedade privada e da competição. Além disso, é também um mérito do trabalho destes autores o reconhecimento de que o estudo da dinâmica econômica capitalista só faz sentido em unidade com a análise da luta de classes. No lugar do fetiche das leis econômicas que operariam num automatismo grosseiro, eles põem a origem humano-social de tais leis.⁷⁸ Com tudo isso se está de acordo, mas é preciso ir mais adiante no problema.

A posição a qual nos filiamos aqui sobre essas relações entre Estado e mercado é aquela que compreende que, assim como Marx não escreveu uma teoria marxista da economia - deformação desprendida pela ortodoxia marxista -, tampouco faria sentido buscar uma teoria marxista do Estado. Estamos de acordo com Bonefeld (2013), para quem “a crítica da economia política equivale à crítica da forma do Estado” (p. 186). E, ao contrário, uma teoria política marxista ou uma teoria marxista do Estado equivalem a aceitar a separação entre Estado e sociedade e Estado e economia como dados, ou seja, uma teoria destas pressupõe essas formas sociais. O que é semelhante ao que faz a CEPAL. Contudo, a forma do Estado é histórica e, por isso, sua separação em relação às demais formas sociais também.

A separação burguesa entre o político e o econômico⁷⁹ tem existência real, assim como é real que o mundo humano no capitalismo apareça como uma relação entre as próprias coisas. Contudo, sabemos que Marx, através da crítica do fetichismo dismantela a maneira como as relações sociais burguesas se apresentam no capitalismo, revelando que essas relações são, em última instância,

⁷⁸ Um ponto muito importante para esses autores é a ideia de “autonomia relativa” dos Estados capitalistas “não no sentido de ser desconectado das classes capitalistas, mas sim como tendo capacidades autônomas de agir em nome de todo o sistema (...) Mas o que esses Estados podem fazer de modo autônomo, ou fazer em resposta a pressões sociais, é em última instância limitado pela dependência do sucesso da acumulação de capital. É acima de tudo nesse sentido que a sua autonomia é relativa” (PANITCH e GINDIN, 2013, p. 4). Para uma crítica à ideia de autonomia relativa ver Clarke (1991).

⁷⁹ É desta separação que deriva a autonomia relativa do político, que também é real e trabalhada por teóricos marxistas do Estado.

resultado da práxis humana, ainda que apareçam no mundo como formas independentes e estranhas a nós. O mesmo vale para o Estado.

Sendo assim, pressupor a separação do Estado e do mercado abre espaço para a ideia de que o Estado pode ser um agente externo ao mercado que intervém nele de fora para dentro⁸⁰. Como se, ao menos antes da globalização, o Estado desfrutasse de autonomia perante sua economia nacional para impulsionar um desenvolvimento econômico que ao mesmo tempo minimizasse as desigualdades sociais. Esse parece ter sido o caso das teorias cepalinas do desenvolvimento. A crítica negativa de Marx é substituída por uma crítica positiva, propositiva, com um objetivo de gerir os rumos do desenvolvimento capitalista.

No texto de Fernández e Ormaechea (2018), os autores discutem a contribuição de Prebisch sobre o Estado, uma vez que o autor argentino confere centralidade ao planejamento econômico como forma de gerar desenvolvimento e reduzir as desigualdades entre o centro e a periferia. Os autores, que tecem críticas a Prebisch por uma compreensão insuficiente da forma estatal, terminam “propondo uma discussão de *uma nova qualidade do Estado* que habilite estratégias de transformação”. Esta proposição de uma “nova qualidade do Estado” parece ser comum em todo o pensamento cepalino. Estes autores vivem a fantasia da possibilidade de construir um Estado crítico no capitalismo, prescindindo de uma crítica do Estado e mais ainda de uma crítica da economia política - em outras palavras, prescindindo de uma crítica das formas políticas e econômicas das relações sociais. Assim, a “nova qualidade do Estado” - um Estado ativo no planejamento econômico e eventualmente na atividade produtiva - pode ser obtida sem que haja uma nova qualidade na sociedade. Tampouco a forma-Estado determina algo sobre o conteúdo da ação estatal para os cepalinos, fundamento da nossa crítica sobre dos dois primeiros dualismos não decorrer uma consequência sobre o Estado. É possível preenchê-lo de bons homens que dominam a técnica correta a fim de alcançar os resultados esperados.

A constituição do Estado e do mercado como formas de relações sociais burguesas se dá simultaneamente. Essa separação ocorre a partir da separação

⁸⁰ Também acarreta assumir o processo de constituição de classes como anterior a conformação do próprio Estado, como salienta Colombini Neto (2018): “por considerarem a classe como um dado, passam a ver a luta através de seus interesses dentro do processo de acumulação de capital, o que leva a uma autonomização do político e do Estado como uma condensação de interesses de intra-classes específicos.” (Colombini Neto, 2018, p. 66)

original da maioria das pessoas dos meios de produção da vida. Essa separação transforma a maioria das pessoas em trabalhadores que vão ao mercado vender a sua mercadoria força de trabalho. Cria, portanto, a relação social de produção baseada no assalariamento. Esta venda da força de trabalho ocorre tal como qualquer circulação simples de mercadoria, ou seja, como troca de equivalentes. Quando o trabalhador comparece na troca, ele é apenas um possuidor de mercadorias, não importando nada mais. Assim, esse contrato de trabalho realizado na troca impõe uma identidade abstrata entre os dois lados da troca. Trata-se de um possuidor de mercadoria confrontado a outro possuidor de mercadoria. Por isso que o Estado aparece como um administrador imparcial, já que trata a todos como iguais: “proíbe por igual a pobres e a ricos de roubar pão” (Bonefeld, 2014, p. 185). Essa identidade deve ser garantida pelo Estado, que o faz através do direito de propriedade. “A lei na sua forma majestosa e abstrata trata os proprietários dos meios de produção e o trabalhador livre como sujeitos idênticos, como sujeitos legais” (Bonefeld, 2013, p. 193). Sendo assim, o ser humano se constitui simultaneamente como cidadão de direitos e como trabalhador livre. Em outras palavras, no que tange à relação entre a esfera política e a econômica: “Tanto os aspectos econômicos, como os aspectos políticos, são formas das relações sociais capitalistas em seus diferentes momentos de realização” (Colombini Neto, 2018, p. 66).

Essa separação original é resultado de uma série de violências. Mas essas violências não cessam quando o capitalismo se consolida enquanto modo de produção da vida social. Essa separação precisa ser permanentemente reproduzida. O Estado, além de garantidor da liberdade e igualdade formais, é também aquele que tem o monopólio dos meios de violência e que pode garantir a reprodução dessa separação pela garantia dos direitos de propriedade. Isto confere ao Estado seu caráter classista (Bonefeld, 2013). Portanto, o Estado não intervém na sociedade burguesa - ou no mercado -, de fora para dentro. Ele é “a força concentrada e organizada da sociedade” (Marx, 1976, p. 915) burguesa que busca assegurar a reprodução dessas relações sociais.

Além disso, é importante dizer que, na Cepal, a própria questão do mercado mundial que funda a divisão centro-periferia está mal colocada. O mercado mundial deve ser pensado também na sua relação com os Estados nacionais. Ele não é

simplesmente a soma de relações entre estados-nações, como se primeiro existissem os Estados-nações e então a relação entre eles é o mercado mundial. Na verdade, o mercado mundial é um pressuposto para o capitalismo a nível nacional. O valor apenas adquire validade de valor a partir do mercado mundial:

A validade da 'indústria nacional', do 'emprego nacional' e da 'riqueza nacional' pertence ao mercado mundial. Qualquer que seja o seu carácter específico e concreto e onde quer que tenha ocorrido, o trabalho social só é produtivo de riqueza capitalista na condição de produzir não só valor, mas, fundamentalmente, mais-valia sob a forma de lucro à escala global. (Bonefeld, 2014, p. 150)

Sendo assim, os Estados-nações existem apenas através e no mercado mundial cujos limites estão dados pela própria dinâmica contraditória de acumulação mundial de capital: “A categoria de mercado mundial é, pois, não uma categoria entre outras. Ela é ao mesmo tempo ‘a pré-condição e o resultado da produção capitalista’” (Bonefeld, 2014, p. 155) Por isso, a própria maneira com que a CEPAL concebe a questão já é limitada, na medida em que parte de um mercado mundial reduzido ao comércio internacional entre países.

O capitalismo latino-americano que cresce com força após a segunda guerra e teve como uma de suas expressões ideológicas e teóricas o desenvolvimentismo cepalino. O Estado funcionou como uma ferramenta importante para organizar a acumulação na região, assim como em todo o mundo. Essa organização também dizia respeito à possibilidade de canalizar as insatisfações dos trabalhadores de forma a deslocar o campo de batalhas da luta de classes para a forma-Estado. Na América Latina, o Estado também exerceu o papel de contribuir para a aceitação da forma-salário por parte da população da região. A “escassez de capital”, de que fala a CEPAL, não era a única dificuldade. As formas de organização em muitas regiões exigiam um disciplinamento da força de trabalho para se adequarem à forma-salário e também limitarem suas reivindicações a ela.

Retomando a ideia, tal como dissemos sobre a CEPAL, as duas esferas - Estado e sociedade - são concebidas separadamente, e, cada qual com seu conteúdo, se complementam. O Estado seria capaz de superar os problemas da sociedade ao se assumir como um princípio racional e ordenador. Isso, em termos gerais, coincide com a visão da CEPAL sobre a atuação do Estado. Não à toa, uma parte considerável dos trabalhos cepalinos se dedicou ao tema do planejamento, que consistia em elaborações técnicas consideradas fundamentais para resolver os limites impostos pelo que entendem como a estrutura do mercado mundial. A

possibilidade de que esses limites sejam superados por um Estado racional e ordenador das relações é aquilo que confere ao Estado cepalino um caráter de demiurgo.

Por um lado, a CEPAL confirma uma posição comum de divisão especializada do conhecimento, demarcando que o seu campo não é a teoria do Estado. Entretanto, esperamos ter esclarecido ao longo deste subitem que, ao pretender formular uma teoria da transformação das forças produtivas da sociedade, e conferindo ao Estado um papel fundamental, ela escorrega, sem querer, numa formulação implícita sobre ele. Dados os problemas, digamos assim, de verossimilhança na caracterização do personagem com a realidade, seria preciso virar do avesso essa economia política crítica fetichizada, dando o foco narrativo aos personagens humanos e a luta entre eles que efetivamente produzem o Estado enquanto forma social. Em outras palavras, seria necessário considerar a forma-Estado como resultado das transformações sociais das décadas anteriores - o Estado como resultado da luta de classes. Além disso, se trataria de compreender a separação real do Estado da sociedade não como prova de sua neutralidade ou autonomia. Ao contrário, essa separação como aquilo que confere o caráter da forma-Estado e subordina ele e a sociedade como um todo à lei do dinheiro.

4.3 A CEPAL e a manipulação das quantidades econômicas: a gestão da “transformação” produtiva

Em “Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento” (1951), Prebisch defende a necessidade de programas de desenvolvimento. De acordo com ele, mesmo sem um programa de desenvolvimento, muitos países realizaram grandes avanços nas décadas anteriores à Cepal. Contudo, um programa poderia ter garantido um avanço ainda maior, visto que sua racionalização tende a aumentar a eficiência no uso dos recursos disponíveis. A indústria poderia ter crescido mais, não fossem eventuais gargalos no fornecimento de energia, nos investimentos em transportes e na falta de mão de obra sentida em algumas partes. Se em alguns locais o problema foi sentido como falta, em outros foi como excesso. Assim, houve em alguns locais excesso de mecanização da agricultura, excesso de protecionismo ou excesso de estímulo a atividades para o mercado interno, em detrimento das exportações. Além disso, frequentes desequilíbrios externos poderiam ser

antecipados e corrigidos. Por isso, os problemas vividos nessas duas décadas de crescimento não dizem respeito apenas à escassez de capital, mas também a uma falta de coordenação desses recursos que maximize o produto com o capital disponível. Por tudo isso, têm-se reconhecido a necessidade de um programa de desenvolvimento, ideia esta fortalecida pelo empenho nos documentos públicos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

O objetivo deste item é apresentar o papel fundamental da CEPAL para a América Latina na elaboração de bancos de dados, estatísticas até então inexistentes para a região, capacitação e assistência técnica para o desenvolvimento capitalista da região. O que chamamos no título como “manipulação” não se trata da falsificação de informações, mas da manipulação no sentido do manejo, da administração dessas quantidades econômicas, ou seja, dos diversos dados obtidos pela CEPAL - o sentido das quantidades econômicas pode ser retomado do item 1.2.2 desta dissertação.

Essa ideia de “manipulação das quantidades econômicas” está de acordo com a orientação geral da CEPAL em que, como destacou Fiori:

a pesquisa acadêmica dessa época foi *policy-oriented* e voltada muito mais para o estudo comparativo dos padrões de intervenção do Estado ou para a discussão normativa do planejamento e das políticas públicas, em particular da política econômica (Fiori, 2018, p. 41).

A CEPAL foi, nesse período, destacada no seu trabalho de produção de estudos com reunião inédita de dados agregados dos diversos países latino-americanos. Esse trabalho estatístico era fundamental para um avanço na precisão das políticas de desenvolvimento a serem adotadas. Também era importante por conta do papel que a CEPAL cumpriu ao contribuir com a criação da burocracia estatal e de instituições modernizantes em vários países da América Latina. Prebisch, anterior à vigência da CEPAL, já havia exercido esse papel na criação do Banco Central Argentino, conferindo a ele autonomia em relação ao governo, e na ajuda conferida a países caribenhos (Dosman, 2011). Antes de ser secretário-executivo da comissão, foi estimulado por funcionários do *Federal Reserve* a

aconselhar autoridades bancárias dominicanas (...) [e] dedicou igual energia ao objetivo de formatar a nova faculdade de economia local, que incluiria um curso de mestrado para alunos dominicanos, e ligar esses jovens profissionais com colegas latino-americanos [pois segundo o autor] (...) nenhuma instituição de ensino superior formava economistas no país (DOSMAN, 2011, p. 250).

Se isso diz sobre a atividade modernizadora de Prebisch antes da CEPAL, esta última tampouco poderia, sob sua direção, se limitar a uma formulação teórica a respeito das condições de subdesenvolvimento. Era preciso também ser capaz de fornecer estudos objetivos e práticos para os países da região.

Durante esses primeiros anos, a CEPAL estabeleceu as bases para seus dois grandes campos de ação iniciais: a saber, a coleta de estatísticas econômicas e sociais básicas, por um lado, e a publicação de uma série de estudos teóricos e de políticas, por outro. No primeiro deles, a CEPAL começou a fornecer, pela primeira vez na história da América Latina, amplos dados estatísticos tanto por países quanto regionais, abrangendo o comércio, a produção, a renda, os preços, o emprego e uma variedade de outras variáveis econômicas e sociais. Em especial, as séries sobre a renda nacional tornaram-se uma contribuição singular da CEPAL. Nunca antes haviam sido disponibilizados dados diretamente comparáveis sobre a renda e o produto, expressos em uma moeda comum, e que abrangessem praticamente todos os países da região. (POLLOCK, 1978, p. 62)

Quando Hernán Santa Cruz, delegado chileno da ONU, assumiu a liderança para a defesa da criação da CEPAL, se deparou com a ausência de dados estatísticos para embasar estudos mais completos a respeito da transformação produtiva. A organização internacional não tinha um estudo, análise ou relatório da região ou de cada país individualmente. E, o que confirma essa informação, é a sua consideração a respeito do levantamento que os representantes latino-americanos fizeram da situação econômica da região a fim de convencer a ONU de que uma comissão seria pertinente:

Os quatro representantes latino-americanos no Comitê haviam previamente elaborado um documento sobre "as principais causas dos desequilíbrios na economia latino-americana". Por sua vez, o Secretariado havia concluído (sob a direção de Weintraub e Caustin) o estudo solicitado na resolução de julho de 1947. Este último trabalho foi tão completo quanto se poderia esperar nas circunstâncias. Naturalmente, tinha um caráter muito geral devido ao curto prazo disponível para sua preparação e à escassez de informações estatísticas. O próprio Secretariado estava ciente dessas limitações (...) Seu principal mérito [do estudo] foi o fato de ter sido o *primeiro estudo realizado em nível internacional sobre a economia latino-americana como um todo*. (SANTA CRUZ, 1995, p. 30, grifo nosso)

Portanto, está mais que comprovado que os dados até então eram muito escassos, o que dificultava qualquer proposição consistente de solução - e a Cepal estava, nesse momento, se propondo a iniciar tais investigações de suporte aos países latino-americanos. Em 1955, a CEPAL escreveu um dos textos que Pollock (1978) considera como parte do núcleo teórico fundamental da instituição. Seu título é "Introdução à técnica de programação". Analisamos, em especial, o primeiro capítulo denominado: "Os principais problemas da técnica preliminar de

programação. Antes disso, apenas um esclarecimento: em entrevista, Prebisch substituiu deliberadamente “planejamento” por “programação” como solução diante de uma época em que falar em planejamento poderia ser publicamente associado a um alinhamento aos soviéticos (BRACARENSE, p. 394)

A primeira seção do texto diferencia o que é um programa de desenvolvimento do que é a intervenção estatal na economia. Não é necessário que os dois existam sempre juntos⁸¹. O programa, segundo o texto, consiste na simples ideia de “aumentar e ordenar criteriosamente os investimentos de capital” (PREBISCH, 2011, p. 299). Um programa requer, ainda segundo o texto, “a aplicação firme de uma política de desenvolvimento”, mas isso não significa a suplantação da iniciativa privada, podendo criar “estímulos para que ela se oriente num determinado sentido” (Idem). O papel do Estado pode se dar (1) pela iniciativa direta na economia (o Estado como empresário) ou (2) de forma indireta através dos instrumentos de política fiscal, monetária, alfandegária e creditícia, com objetivo de criar ambiente propício para a iniciativa privada cumprir certas metas e objetivos da política de desenvolvimento. Medidas como o controle de preços e das licenças de câmbio são parte de uma ação reguladora por parte do Estado, e um bom programa de desenvolvimento deve tornar esse tipo de ação, se existir, extingüível graças à construção de um crescimento mais ordenado e intenso da economia.

A técnica de programação consiste na análise dos dados e na projeção desses dados com o objetivo de criar uma gama de alternativas de taxa de crescimento a ser seguida. Cada uma dessas alternativas corresponde a um grau de “esforço” diferente da economia, baseada tanto na análise passada quanto nas tendências futuras. A partir dessa análise geral, se elaboram análises por setor, com projeções setoriais. Estas são necessárias para criar projeções de demanda, uma vez que as demandas por setor não permanecem a mesma à medida que a economia cresce, o que nos leva a considerar a “elasticidade-renda da demanda”. A Cepal chama, mais uma vez, atenção para a precaridade das estatísticas latino-americanas, que dificulta o conjunto de cálculos necessários para a programação. E defendem a racionalização do processo econômico: e esse conjunto de cálculos deve ser compreendido no seu conjunto, uma vez que esses fatores são interdependentes entre si – o que exige uma coordenação, logo, um programa.

⁸¹ Essa diferenciação já está quase como repetição, no texto de 1951, “Os principais problemas teóricos e práticos de crescimento econômico”.

A escassez de capital, argumentada pela CEPAL, dificulta a obtenção de capital necessário tanto para empreender a transferência de mão-de-obra quanto os aumentos na intensidade de capital nos diversos ramos. Essa escassez reforça a importância de um programa para coordenar as atividades, de modo que a liberação de mão-de-obra não seja em vão e encontre indústrias e comércios para esses trabalhadores e vice-versa, que a indústria e o comércio sejam acelerados apenas na medida em que a liberação de mão-de-obra possa se realizar. O problema fundamental aqui se trata de calcular a maneira de distribuir a mão-de-obra no país. Dito de outra forma, um bom gestor deve ser o mais eficiente com os escassos recursos que tem em mãos, e a CEPAL fornece esse sem-número de cálculos para um manual da boa programação.

E, por fim, vemos uma importante recomendação para a legitimidade do programa a ser criado. O economista deve propor soluções neutras, com objetiva imparcialidade, no âmbito das questões apresentadas nos parágrafos anteriores e apresentá-las para as autoridades. “Em alguns casos os termos dessas alternativas são de caráter estritamente econômico. Em outros, intervêm elementos de natureza política e social” (p. 316). Há, portanto, uma manifestação daquilo que chamamos no item anterior de separação pressuposta entre o político e o econômico. Nesse caso, as tarefas de cada um - do economista e da autoridade política - são bem delimitadas, talvez porque suas racionalidades sejam distintas.

O modo como a CEPAL constrói seu programa de desenvolvimento explica, em parte, a falta de referência substantiva a Hegel e Marx por parte dessa instituição. De acordo com Leys (1996), a teoria do desenvolvimento - incluída a CEPAL - se preocupou com questões mais estreitas que aquelas a que os primeiros autores se dedicavam. Sua preocupação era como as economias coloniais e ex-coloniais poderiam ser transformadas e tornadas mais produtivas à medida que a descolonização se apresentava como uma realidade para muitas delas. Justamente essa orientação prática muito forte de que falamos nos parágrafos acima joga contra a autocrítica reflexiva. Isso foi uma característica deste corpo teórico, inclusive devido às necessidades postas pela conjuntura de recuperação das economias capitalistas e, portanto, de reestabilização da economia global - não

à toa, Sunkel e Furtado são tratados por Leys (1996) como intelectuais orgânicos da burguesia⁸², e de nossa parte podemos incluir a CEPAL.

Tal como dissemos no item 1.3.1, o pensamento burguês se desenvolveu de modo decadente a partir da segunda metade do século XIX em diante. E na medida em que a “lei do dinheiro” se impõe cada vez mais forte, o século XX reforça essa tendência. De acordo com essa forma de enxergar o pensamento burguês, o seu caráter conservador deve ser buscado na sua sujeição aos “limites impostos, na superfície da realidade pela divisão capitalista do trabalho e por suas consequências sociais e culturais” (Coutinho, 1978, p. 17). O que torna, portanto, a CEPAL representante da burguesia não é tanto o papel que ocupam na produção e nem a sua intenção expressa, mas no papel que cumprem de “justificação do existente (Ibidem, p. 22).⁸³ Um fenômeno que é parte dessa decadência e se manifesta na CEPAL, como vimos neste item, está ligado à tendência da economia capitalista no sentido de burocratizar as atividades humanas, econômicas e políticas⁸⁴. A realidade é “transformada na práxis burocrática, em simples objeto de manipulação” (Ibidem, p. 27). Esse processo, ainda segundo Coutinho, “bloqueia o contato do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de ‘dados’”. Nesse sentido, os economistas e técnicos de programação são servidores do Estado ou de agências internacionais (que por sua vez servem, cooperando, com os Estados), transmutando-se de seres humanos em instrumentos, “funcionários de algo cuja finalidade e conteúdo não são questionados” (Ibidem p. 28). No texto das técnicas de programação, o argumento da neutralidade e objetividade imparcial do programa constituído pelo técnico se encerra dizendo a nós a meta final do programa (imparcial e neutro): “obter uma

⁸² Intelectual orgânico da burguesia é uma categoria gramsciana que pode ser, a grosso modo, compreendida como uma especialização, no interior da classe social, diretamente responsável pela hegemonia da classe burguesa. São, portanto, no caso de Furtado e Sunkel, entendidos como a expressão teórica e também ideólogos da classe burguesa.

⁸³ Mas, se Coutinho (1978) afirma que o pensamento burguês ainda pode desempenhar um papel progressista em certos países da periferia, sem dizer quais, não acreditamos que seja o caso da CEPAL. Em primeiro lugar, é evidente que o irracionalismo é uma tendência que não pode ser provada a priori para todo e qualquer pensamento. Além disso, talvez de modo diferente de Coutinho (1978), compreende-se que, para além dos elementos que apresentamos ao longo deste trabalho e que posicionam a CEPAL teoricamente como um esforço de justificação do existente, a existência do mercado mundial configura um cenário em que mesmo nos países subdesenvolvidos a troca e o valor já eram, de maneira geral, uma realidade plena, mesmo em condições, por exemplo, de subemprego e “escassez de capital”.

⁸⁴ Acreditamos que isso esteja ligado ao que é chamado por Clarke (1978) de “movimento de racionalização” que não era um movimento organizado, mas o conjunto de estratégias com que o capital busca ultrapassar barreiras para a acumulação e a reprodução das relações de exploração.

elevação importante do consumo futuro, e isso exige, inevitavelmente, aumentar os investimentos” e portanto a acumulação capitalista. Como diz Coutinho, “O cumprimento ‘objetivo’ das tarefas [e, dizemos, dos programas de desenvolvimento] significa, primordialmente, um cumprimento das tarefas segundo regras calculáveis e ‘sem relação com as pessoas (...) a práxis humana aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação” (Ibidem, p. 29).

Isso apenas se confirma na medida em que a preocupação é com o imediatismo, afastando qualquer interesse pela essência da realidade. Nas palavras de Fonseca: “No caso específico do pensamento cepalino, este não apresenta uma teoria do valor, nem de redistribuição de renda” (2021, p. 620). Não há qualquer menção sobre uma teoria do valor nos textos da CEPAL que discutimos e tampouco num dos principais sintetizadores da obra cepalina (Rodríguez, 2009). E se essa questão soa inadequada para o leitor, é exatamente porque o é - não há nenhuma preocupação com isso por parte da CEPAL. Seu objetivo é alcançar a transformação produtiva de determinados países a fim de que seus capitais alcancem uma melhor posição no quadro da concorrência internacional, gerando empregos e a generalização de maiores padrões de consumo. É um objetivo, ao fim e ao cabo, de transformar para permanecer - mudar a superfície para manter os fundamentos da realidade existente.

4.4 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos apresentar argumentos para uma crítica da concepção do Estado na CEPAL, que se apresenta de forma obscura. Percebemos como essa formulação aparta *a priori* o Estado e o mercado (ou a sociedade), mantendo-os como uma separação absoluta, em que o primeiro apenas intervém, desde fora, no último.

Depois, buscamos considerar o papel exercido pela CEPAL na produção de dados e de uma modernização estatística que serve aos interesses da expansão da produção capitalista na periferia latino-americana. Junto disso, utilizamos o texto de 1955 da CEPAL, que sugere uma técnica de programação a ser seguida a fim de que se construam planos bem coordenados com o objetivo de transformar a

estrutura produtiva desses países. E, finalmente, realizamos uma crítica aos limites dessas ações, centrais para a atuação da CEPAL.

5. CONCLUSÃO: A CEPAL COMO ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA: O DESENVOLVIMENTO SEM ADJETIVO E NEM FORMA

Ao longo desta dissertação, buscamos apresentar a CEPAL, especialmente levando em consideração o atributo crítico que frequentemente lhe é atribuído, pertencendo ao conjunto de teorias heterodoxas que se opõem ao arcabouço mais difundido nas principais escolas de economia pelo mundo. Para isso, analisamos os principais documentos da instituição dentro do recorte histórico adotado e investigamos algumas das principais influências que se atribuem a ela. Para chegar a este capítulo, foi fundamental dispor de uma análise do contexto histórico das décadas anteriores. Embora a existência da instituição, em especial em sua fase estruturalista, ocorra nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, buscamos, ao contrário, olhar para trás, buscando tomar o objeto em seu movimento. Assim, pudemos perceber como o mundo vinha em uma profunda crise de acumulação, com o padrão de relação entre capital e trabalho até então adotado comprometido e com efeitos sobre as mobilizações sociais nos países subdesenvolvidos. Esperamos ter realizado isso sem aderir a uma visão reducionista ou até conspiracionista, que põe o novo ordenamento das relações como resultado de um projeto plenamente consciente de poucos indivíduos.

Buscamos mostrar, na medida do possível, como as transformações na América Latina estavam conectadas com as necessidades de reconstruir a capacidade de acumulação a nível mundial. Assim, diante dos esgarçamentos dos vínculos internacionais pela crise e pela guerra, o capital da região se viu diante de limites de demanda e ao mesmo tempo oportunidades de oferta para os quais criou resposta, na medida do possível. No pós-guerra, com mais condições de reconstruir esses vínculos sob novo ordenamento, o projeto cepalino expressou tanto um esforço de dar prosseguimento a essa acumulação ocorrida de forma inédita na região nas décadas anteriores, quanto uma necessidade de que a socialização do consumo capitalista na região servisse de mercado para produtos estadunidenses, em especial os chamados bens de capital de maior valor agregado, cuja sobreacumulação gerava gargalos de escoamento. Além disso, essa socialização do consumo também era uma resposta às tensões ideológicas com o Terceiro Mundo e sob Guerra Fria. O estruturalismo cepalino “ofereceu um arcabouço teórico

necessário para impulsionar a estratégia de desenvolvimento que buscava substituir as importações com a produção de bens de valor agregado nacionalmente” (GRIGERA, 2015, p. 194).

Finalmente, no terceiro e no quarto capítulos, esperamos contruibuído para a compreensão da CEPAL como um aparelho ideológico burguês, inserido numa realidade histórica na qual o pensamento burguês encontra fortes limites, dada pela sua própria posição enquanto classe, para buscar mais do que a aplicação de regras formais e a afastar as esferas do real e da vida humana. Por isso, o desenvolvimento se torna o que Leys (1996) chamou, conforme citação mais acima, de uma teoria do desenvolvimento “estreitada”, na qual o progresso técnico, por mais que possa se disfarçar de “desenvolvimento forças produtivas humanas”, como em List é o progresso humano atrofiado pelo progresso do valor enquanto força autonomizada.

Reconhecendo alguns dos limites deste trabalho, apontamos nesta conclusão que alguns pontos que foram abordados merecem maior aprofundamento. Por isso, propomos uma agenda de pesquisa futura que se abre a partir da atual pesquisa.

De modo geral, é frequente que os trabalhos de pesquisadores marxistas que tratam do desenvolvimentismo latino-americano recaiam nas teses estruturalistas e institucionalistas. Percebe-se nesta pesquisa que tampouco se foi capaz de evitar esse destino. Apesar de adotarmos, em um nível de abstração mais elevado, uma análise das categorias que propõe a questão da centralidade da forma, a execução disso em termos da análise histórica ainda precisa ser aprofundada, até por certo ineditismo no que concerne a este período da América Latina.

Outro tema que deve ser investigado em posteriores trabalhos que deem sequência a esta pesquisa diz respeito à razão pela qual a CEPAL, em relação às demais comissões, foi singular na sua capacidade de ganhar projeção e notoriedade teórica, inclusive fora da região. Infelizmente, não fomos capazes, ao longo da pesquisa, de responder completamente a essa importante questão, que certamente está conectada ao sentido histórico que tomou a instituição. Algumas hipóteses são levantadas por Gregg (1966), para quem a CEPAL, diferente da sua parente asiática e da africana, que apenas seria criada nos anos 1970, envolvia uma região cujos principais membros tinham uma história de independência mais duradoura - enquanto a Ásia, em parte, recém saía de processos de colonização, e outra parte

ainda lutava por sua independência. Apesar de toda a heterogeneidade latino-americana, sua independência relativamente mais cedo teria contribuído para uma maior homogeneidade do subcontinente. Além disso, é considerável também que a CEPAL teve uma forte presença de ex-membros em governos da sua respectiva região, mais que qualquer outra comissão regional. Ainda que essa influência, segundo o autor, não possa ser exagerada. A Comissão Europeia, primeira a ser criada, acabou sendo tragada pelo esforço de manter os conflitos (que se avolumavam à medida que os dois blocos ideológicos da Guerra Fria se formavam) fora dos assuntos da comissão. Assim, seu trabalho foi em parte reduzido uma vez que a desintegração da região era ameaçada pela Guerra Fria. Importante lembrar que também na comissão asiática havia a copresença dos Estados Unidos e da União Soviética, o que reforçava a dificuldade de unidade. Ainda segundo Gregg, não seria um exagero afirmar que a concorrência com a instância equivalente da OEA, que tratamos nesta dissertação, teria ampliado o prestígio da CEPAL na região, visto que a primeira ficou marcada como dominada pelos Estados Unidos. Contudo, acreditamos que uma importante hipótese para o sucesso da CEPAL no sentido de sua proeminência tenha sido sua capacidade de articular demandas da região com uma oposição política “responsável”, ou seja, a cooptação de uma crítica da relação da região com as principais potências mundiais pela via controlada da institucionalização no sistema-ONU. Com efeito, essas hipóteses precisariam ser postas, juntas, à prova em pesquisas subsequentes.

Ainda quanto a pesquisas futuras, consideramos extremamente oportuna uma análise comparativa entre o Estado na CEPAL com a teoria weberiana do Estado, a fim de encontrar possíveis aproximações. Para isso, um autor cepalino fundamental para essa investigação seria Medina Echavarría, sociólogo weberiano espanhol que teve sua trajetória vinculada ao México e à CEPAL. De acordo com Clarke (1991), a análise de Weber foi inspirada na discussão entre Schmoller, um dos principais nomes da Escola História Alemã, e Menger, proeminente da economia marginalista. A sociologia moderna nasceria, para Clarke (1991), de uma tentativa de conciliar a importância das duas posições, o que conferia um lugar tanto para a abstração quanto para a realidade empírica, tanto para a economia quanto para a sociologia. Em um de seus primeiros trabalhos, ele investiga o desenvolvimento capitalista no leste russo e relativiza o progresso, indicando que a avaliação social deveria passar por outros critérios. Em termos gerais, seu trabalho contribuiu para a

divisão especializada das áreas do conhecimento e das esferas da vida inclusive na medida em que tornava turva a busca por legalidades. Cada uma dessas esferas poderiam ser avaliadas segundo sua própria orientação, e, portanto, as diferentes instituições também seriam pautadas por diferentes racionalidades, o que Lukács considerou uma etapa importante do pensamento irracionalista na sociologia - em outras palavras, como expressão da decadência burguesa da razão. Contudo, até mesmo essas afirmações de Clarke (1991) e Lukács (2020) deveriam ser postas à prova num futuro trabalho que traga de fato a teoria weberiana para propor uma comparação com a teoria cepalina no tema do Estado.

Quanto a outros resultados da pesquisa, considera-se relevante notar que é possível conceber uma aproximação entre a CEPAL e a teoria de Marx, mas apenas ao desconsiderar a questão da forma. A crítica da economia política é aproximada da economia política crítica pelos autores do desenvolvimentismo. Com efeito, a CEPAL, nessa interpretação, ganha relativamente uma suposta força crítica: a a teoria cepalina parece mais crítica do que é, na medida em que o referencial (a crítica em Marx) é rebaixado. A crítica da economia política é transfigurada em economia política crítica, numa fusão em que quem perde é a radicalidade da crítica. Além disso, um importante resultado foi a verificação das semelhanças que guardam a teoria da CEPAL com a economia nacional de List, em que pese a posição listiana contrária à industrialização dos países de clima tropical. Nesta parte, acreditamos ter sido possível, por meio de List, mostrar alguns limites da CEPAL no que diz respeito ao nacionalismo econômico. A indústria, na visão dos dois, assume uma posição fetichizada, na qual o progresso da indústria é celebrado como desenvolvimento das capacidades humanas, mas apenas à custa das próprias capacidades humanas, uma vez que a industrialização nacional ou regional mistificam os interesses capitalistas do “valor de troca”, como diria List.

Por último, tratamos do Estado na CEPAL mostrando os limites dessa concepção. Embora pouco desenvolvida de forma explícita no âmbito da teoria, ela definitivamente existe na medida em que as ações e proposições práticas da instituição envolvem recomendações sobre o comportamento dos Estados latino-americanos. Além disso, abordamos como as recomendações da CEPAL ao Estado envolvem uma posição marcadamente gerencial do capitalismo, no sentido da manipulação instrumentalista das quantidades econômicas.

A fim de criticar a ideologia desenvolvimentista, que ainda vigora nos dias atuais nas universidades, acredita-se serem necessárias novas investigações, buscando sempre questionar os termos autointitulados. Em outras palavras, o uso da palavra crítica para denominar a CEPAL se mostrou, ao longo desse trabalho, bastante frágil. De crítica da realidade, ela demonstra ser o seu contrário, uma apologia da mesma, em que a “transformação produtiva” vira “modo de gestão”.

A tradição marxista ora se incorporou ao desenvolvimentismo, ora se viu acoada, marcadamente atacada nas últimas décadas pelas acusações de apologia ao progresso econômico. Ainda assim, é preciso insistir numa terceira via, uma explicação sobre as ideias de desenvolvimento e progresso que mais vezes retome a tradição marxiana. Mais vezes é preciso denunciar o adjetivo frequentemente oculto ao desenvolvimento, e mais vezes é necessário reconstruir uma crítica da realidade concreta a partir da centralidade da forma das categorias econômicas. A crítica a CEPAL é só uma parte da crítica ao desenvolvimentismo e da apologia ao progresso que varreu o século XX.

Referências bibliográficas

ADI, H.; NETO, M. S. Pan-africanismo & Internacionalismo em 1945: “O trabalho de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalho de pele negra é marcado com ferro em brasa”. In: *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 830-860, 2022.

ADORNO, T. W. Progresso. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 27, p. 217-236, 1992.

ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ARAYA, D. G. El sistema nacional de economía política (1840) para una nueva Argentina (1940). Friedrich List en Alejandro E. Bunge. *Cuestiones de Sociología*, v. 15, p. e019, 2016. Recuperado de: <http://www.cuestionessociologia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/CSe019>.

ARNDT, H. W. *The origins of structuralism*. World Development, Elsevier, v. 13, n. 2, p. 151-159, fev. 1985.

BENSUSSAN, G; LABICA, G. *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Presses universitaires de France, 1999.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. *The economic development of Latin America since independence*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BIELSCHOWSKY, R (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1998].

BIELSCHOWSKY, R. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista CEPAL* 97. Abril, 2009.

BLOCK, F. *The Origins of Economic Disorder: A Study of the U.S. Economic Monetary Policy from World War II to the Present*. London, England: University of California Press, 1977.

BRACARENSE, Natália M. “Development theory and the Cold War: The influence of politics on Latin American structuralism.” in *Review of Political Economy*, v. 24, n. 3, p. 375-398, 2012. DOI: 10.1080/09538259.2012.701916.

BOIANOVSKY, M. Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries. *History of Political Economy*, v. 45, n. 4, Winter 2013.

BOIANOVSKY, M. “Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the Historical-Structural Method” in Latin American Political Economy. *Anais do Encontro Nacional da ANPEC*. Disponível em: https://www.anpec.org.br/downloads/Encontro%202011_texto%20Boianovsky.pdf⁸⁵

BONEFELD, W. State, world market and society. In: *Critical Theory and the critique of political economy: on subversion and negative reason*. Londres/Nova Iorque: Bloomsbury, 2014.

⁸⁵ Não foi possível encontrar a data do Encontro da ANPEC em que essa versão foi publicada. Outra versão foi encontrada do artigo na *History of Political Economy*: **BOIANOVSKY, M.** Friedrich List and the Economic Fate of Tropical Countries. *History of Political Economy*, v. 45, n. 4, Winter 2013.

BONEFELD, W. *La Razón Corrosiva: Una crítica al Estado y al capital.* Buenos Aires: Herramienta, 2013.

BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica.* Niterói: Eduff, 2016.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina.* Buenos Aires: Siglo XXI, 1969.

CARDOSO, F. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico.* Jundiaí: Paco editorial, 2018.

CEPAL. *Informe del primer periodo de sesiones de la Comisión Económica para América Latina, celebrado del 7 al 25 de junio de 1948.* E/840 IN: Actas Oficiales. 3.º año — Séptimo periodo de sesiones. Suplemento No. 13. Nova York: ONU, 1953.

CHADAREVIAN, P. C. *Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964).* In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

CLARKE, S. *Keynesianism, Monetarism and the Crisis of the State.* England: Edward Elgar Publishing Company, 1978.

CLARKE, S. *The State Debate.* In: Simon Clarke (Org). *The State Debate.* Londres: Macmillan, 1991.

COLOMBINI NETO, I. *Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas da constituição de classe no Brasil nos anos 2000.* Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2018.

COHEN, I. *ECLA, Washington and inter-American economic relations, 1948–1968. Studies and Perspectives series – ECLAC Office in Washington, D.C., n. 20 (LC/TS.2020/38-LC/WAS/TS.2020/1).* Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2020.

COUTINHO, N. *O Estruturalismo e a miséria da razão.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DOMINGUES, F. S.; FONSECA, P. D. C. *O método estruturalista: a economia reconhece seus limites.* *Nova Economia*, v. 31, n. 2, p. 613-636, 2021.

DOSMAN, E. J. *Raúl Prebisch (1901-1986). A construção da América Latina e do Terceiro Mundo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

FERNÁNDEZ, V. R.; ORMACHEA, E. *Prebisch, o Estado e o pensamento estruturalista.* In: *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

FIORI, J. L. *As trajetórias intelectuais do debate sobre desenvolvimento na América Latina.* In: *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, v. 54, n. 3, 2000.

FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1 (89), p. 133–148, jan.-mar. 2003.

FONSECA, P. C. D. O método estruturalista: a economia reconhece seus limites. *Revista Nova Economia*, v.31 n.2, p.613-636, 2021.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

FURTADO, C. *Fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1985.

FURTADO, C. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Publicado originalmente em 1967.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Originalmente publicado em 1959.

GREGG, R. W. *The UN Regional Economic Commissions and Integration in the Underdeveloped Regions*. International Organization, v. 20, n. 2, p. 208-232, Spring 1966. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2705779>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GREEN, R. Money, Output and Inflation in Classical Economics. *Contributions to Political Economy*, vol. 1, pp. 59-85, 1982.

GRIGERA, J. Conspicuous silences: state and class in structuralist and neostructuralist thought. In: SPRONK, Susan J.; WEBBER, Jeffery R. (ed.). *Crisis and contradiction: Marxist perspectives on Latin America in the global political economy*. Leiden: Brill, 2015. p. 193-211. (Historical Materialism Book Series, v. 79).

HEINRICH, M. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2004.

HEINRICH, M. Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea. *Crítica Marxista*, n. 38, p. 29-39, 2014.

HEINRICH, M. Prefácio - O Livro II de O Capital. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018. p. 17-22.

HIRSCHMAN, A. *La estrategia del desarrollo económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

HIRSCHMAN, A. O. On the political economy of Latin American development. In: _____. *A propensity to self-subversion*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995. p. 154–188. Trabalho apresentado na reunião anual da Latin American Studies Association, Boston, outubro de 1986.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, J. The Abyss Opens: The Rise and Fall of Keynesianism. In: *Global Capital, National State and the Politics of Money*. Ed. by Bonefeld, W.; Holloway, J. Londres: Macmillan Press, 1995.

JAMESON, Kenneth P. Latin American structuralism: a methodological perspective. *World Development*, v. 14, n. 2, p. 223-232, 1986.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Bragança Paulista: Editora Vozes, 2012.

KINDLEBERG, C. P. *The world in depression, 1929-1939*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1986.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. Tradução para o Brasil de Maria Celina Whately. Versão revista para Portugal com algumas alterações na ortografia e na sintaxe. In: AGARWALE, A. N.; SINGH, S. (Coord.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 406-456. Publicado originalmente em The Manchester School, maio 1954

LEYS, C. *Rise and Fall of Development Theory*. Indiana: Bloomsbury, 1996.

LIST, F. O sistema nacional de economia política. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

LOVE, J. L. Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: BETHELL, L. (Ed.). *The Cambridge history of Latin America*. Vol. 6: Latin America: Economy and society since 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2018, 436p.

LUKÁCS, G. *A Destruição da Razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MALIK, K. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 123-144.

MARX, K.; ENGELS, F. *Marx & Engels collected works vol. 04: Marx and Engels: 1844-1845*. London: Lawrence & Wishart, 1975.

MARX, K. *The capital: a critique of political economy*. Penguin: Londres, 1990.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAXFIELD, S.; NOLT, J. H. Protectionism and the internationalization of capital: U.S. sponsorship of import substitution industrialization in the Philippines, Turkey and Argentina. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 49-81, mar. 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2600405>. Acesso em: 12 jun. 2014.

MAZOWER, M. *Governing the World. The history of an Idea, 1815 to the Present*. Nova Iorque: Penguin Books, 2012.

MEDEIROS, J. L. A economia diante do horror econômico: Uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói: Editora da UFF, 2013.

MELLO, J. M. C. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MILGATE, M. *Capital and Employment: a study of Keynes's economics*. Londres: Academic Press, 1982.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. Anais do Congresso do HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 1997, p. 74-84. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Teoria-social-JP-Netto.pdf>

NISBET, R. *Uma história da ideia de progresso*. Brasília: EdUNB, 1985.

NOYOLA VÁZQUEZ J. F. El desarrollo económico y la inflación en México y otros países latinoamericanos. *Investigación Económica*, v. XVI, n. 4, p. 603-643, 1956.

ORMAECHEA, E. Latin American development: what about the state, conflict and power? *Journal of Economic Issues*, v. 54, n. 2, p. 322-328, 2020. DOI: 10.1080/00213624.2020.1742068.

PALMA, J. G. Structuralism. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). *New Palgrave Dictionary of Economics*. v. 4. London: Macmillan, 1987. p. 528-531.

PANITCH, L.; GINDIN, S. *The making of global capitalism: the political economy of the American Empire*. Londres/ Nova Iorque: Verso, 2013.

PINTO, Aníbal. Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina. In: —. *Inflación: raíces estructurales*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1970.

POLLOCK, David H. La actitud de los Estados Unidos hacia la CEPAL: algunos cambios durante los últimos 30 años. *Revista de la CEPAL*, dez. 1978, p. 59-86.

RODRÍGUEZ, O. *O Estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. *Economic Journal*, v. 53, p. 202-211, 1943.

ROXBOROUGH, I. *Labor Control and the Postwar Growth Model in Latin America*. In: ROCK, David (ed.). *Latin America in the 1940s: War and Postwar Transitions*. Berkeley: University of California Press, 1994. p. 249-262. Disponível em: <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft567nb3f6/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

ROXBOROUGH, I.; BETHELL, L. (Orgs). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

SANTA CRUZ, H. The creation of the United Nations and ECLAC. *CEPAL Review*, n. 57, p. 17-33, dez. 1995.

SMITH, A. *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

STEIL, B. *The Marshall Plan. Dawn of the Cold War*. Nova Iorque: Simon & Schuster Paperbacks, 2018.

TOOZE, A. *The deluge. The Great War and the Remaking of Global Order*. Londres: Penguin Books, 2015.

VARELA, P.; PEREIRA, J. A. As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma geração pan-africanista e antirracista. In: *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 179, p. 1-36, 2020.